

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



RELATÓRIO GESTÃO
DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
INVENTÁRIO





ESTARREJA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

“Quem administra bens alheios presta contas ...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto-organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão. Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”. Tribunal de Contas.”

www.cm-estarreja.pt

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

No seio da administração pública assume particular relevância a exigente prestação de responsabilidades de atos de gestão pública, são só na perspectiva contabilística, monetária e financeira, como também, sobretudo, no mérito e eficácia da concretização de programa pré-estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de ação.

A obrigação de **prestar contas** como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação, assumem acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública.

Atendendo á especificidade do contexto institucional das entidades públicas, nomeadamente assente no facto de os rendimentos/recursos do setor público serem maioritariamente oriundos de impostos e contribuições, cobrados, com força obrigatória, às famílias, às empresas e à generalidade dos agentes económicos, é evidente que os contribuintes pretendem saber a afetação e a respetiva eficácia desses recursos. De ter em conta também que, no que respeita ao setor público, existe uma necessidade de se saber se os serviços prestados vão de encontro às necessidades dos utentes desses mesmos serviços. [Santos, R.J.S. & Saraiva, H.I.B (2016)].

Afinal todo o dinheiro do Estado é proveniente da amputação do rendimento dos agentes económicos privados e nunca deixa de estar ao serviço e ser pertença dos cidadãos [Moreno, C. (2010)]. Por isso, o “dinheiro público” deve ser sempre administrado pelos gestores e responsáveis públicos com rigor, com economia, eficiência e eficácia, procurando gastar o mínimo, com o máximo proveito e os melhores resultados na prestação de serviços públicos.

Neste contexto, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade de assegurar uma boa gestão dos dinheiros públicos (*afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social*) e consequentemente informar sobre a forma como foram utilizados os recursos públicos disponibilizados.

O relato financeiro não é um fim em si mesmo. Tem como objetivo proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras e decorre das necessidades de informação daqueles.

O relato financeiro das entidades públicas é desenvolvido para responder às necessidades de informação dos utilizadores dos serviços e seus representantes e dos fornecedores de recursos e contribuintes, com os objetivos proporcionar informação sobre essas entidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Em cumprimento da sua missão o órgão executivo tem assim de prestar contas em momentos diversos e diferentes destinatários, como sejam:

- Aos eleitores, pelos fornecedores, investidores, instituições financeiras, público em geral, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente em programa eleitoral - Controlo Social;
- Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua atividade financeira - Controlo Jurisdicional (art.º 51º e seguintes da Lei nº98/97, de 26 de agosto);

- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL e CCDR) e outros órgãos de controlo externo (DGO e IGF) a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa - Controlo Administrativo (artigo 7º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro);
- O órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que esta aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de abril - Controlo Político (alínea I) do nº2 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual) dita a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas

Com o pressuposto base de **“Conhecer, avaliar e reportar para melhor gerir os recursos públicos”** submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2018, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cabendo a Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

A organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os termos das instruções da Resolução n.º 4/2001¹ – 2ª secção, alterada pela Resolução nº 6/2013² – 2ª secção e pela Resolução nº 7/2018³ – 2ª Secção.

Em conformidade com as referidas instruções do Tribunal de Contas, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

¹ Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº191, de 18 de agosto

² Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº226, de 21 novembro

³ Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº6, de 09 de janeiro 2019

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↳ Balanço	5	X
2	↳ Demonstração de Resultados	6	X
3	↳ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↳ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↳ Orçamento	7.2	X
6	↳ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↳ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↳ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↳ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↳ Contas de Ordem	7.5	X
11	↳ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↳ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↳ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↳ Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↳ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↳ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↳ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↳ Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↳ Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↳ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↳ Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↳ Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↳ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↳ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↳ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↳ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↳ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	↳ Relatório de Gestão	13	X
29	↳ Guia de Remessa		X
30	↳ Ata da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↳ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↳ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↳ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↳ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↳ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↳ Relação de acumulação de funções		X
37	↳ Relação nominal de responsáveis		X
38	↳ Mapa das Participações da Entidade		X
39	↳ Declaração dos Recebimentos em Atraso existentes a 31/12/2017		X
40	↳ Declaração dos Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2017		X
41	↳ Declaração dos Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017		X
42	↳ Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas		X
43	↳ Cópia da certificação legal de contas, se emitida		X

Posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas, **até 30 de Abril**, pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 35.º e alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, independentemente da sua aprovação e apreciação e votação da Exma. Assembleia Municipal.

Nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, para efeitos da prestação de informação relativamente às contas, os municípios remetem à DGAL a prestação de contas anuais depois de aprovadas, incluindo, sendo caso disso, os consolidados, nos 10 dias subsequentes, respetivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam.

Os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício 2018, será disponibilizada no respetivo sítio em http://www.cm-estarreja.pt/relatorio_de_atividades_e_prestacao_de_contas, art.º 79.º da Lei anteriormente citada.

O auditor externo, Dr. Vitor Manuel Lopes Simões, é o responsável pela certificação legal de contas do Município, pertencendo à sociedade de revisores “MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SROC, S.A.”, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nos termos do art.º 77 da Lei anteriormente citada.

1.2. ESTRUTURA/METODOLOGIA

Um dos documentos de prestação de contas é o RELATÓRIO DE GESTÃO, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), contendo uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

Tais informações destinam-se não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e, para julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O presente RELATÓRIO espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2018 e a situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, apresentando em documento/volume autónomo os MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes.

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em sete áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2018 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise, realçando a legislação de maior relevância e impacto na Administração Local
- **Caraterização da Entidade**, promovendo a exibição da estrutura política, da estrutura orgânica e funcional, com apresentação de alguns indicadores dos recurso humanos desta autarquia local;
- **Eixos Estratégicos**, procede-se a avaliação da execução das premissas e prioridades, explanadas no Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2018, bem como dos eixos estratégicos definidos nesses mesmos documentos previsionais;
- **Análise Orçamental**, onde se desenvolve uma avaliação de natureza orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do Resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Este RELATÓRIO contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

2. CENÁRIO MACROECONÓMICO

2.1. GLOBAL | ENQUADRAMENTO MUNDIAL

Em 2018 a atividade económica global continuou a crescer a um bom ritmo, com a manutenção das condições favoráveis nos mercados financeiros e nos mercados de trabalho, bem como a manutenção de elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias mundiais.

Este ano ficou marcado pelo aumento do protecionismo comercial especialmente pelos EUA e China, por alguns focos de turbulência financeira em economias emergentes mais vulneráveis, pela normalização da política monetária nos EUA e por um menor apetite ao risco pelos investidores internacionais.

Os últimos dados apontam para que a economia mundial tenha registado uma ligeira desaceleração do crescimento em 2018, com o PIB mundial a atingir os 3,5%, comparativamente aos 3,8% registados em 2017, mantendo, no entanto, a tendência de crescimento moderado a que temos assistido nos últimos anos.

Esta desaceleração verificou-se em algumas das grandes economias, como a Alemanha (pequeno aumento do consumo privado, à diminuição da procura externa e pela fraca produção industrial, especialmente a automóvel), Itália (pequena procura doméstica e às altas taxas de juro), França (impacto negativo dos protestos dos coletes amarelos verificados na produção industrial) e Reino Unido (incerteza relativamente ao Brexit).

Na área do euro, o PIB cresceu 1,9% em 2018, abaixo dos 2,5% observados em 2017, sendo que a desaceleração da atividade foi relativamente generalizada em termos de países, embora mais marcada na Alemanha e na Itália na segunda metade do ano.

Na zona do euro, a atividade registou um abrandamento mais acentuado em 2018 (2,4% em 2018 e 1,8% em 2017), refletindo a evolução nas quatro maiores economias da área: Alemanha (2,5%), França (2,3%), Itália (1,6%) e Espanha (3,0%). Este desempenho reflete a moderação da atividade económica nas economias avançadas, nomeadamente, no que concerne ao investimento e às exportações.

As pressões inflacionistas mantiveram-se contidas de uma forma geral nas economias desenvolvidas, tendo registado uma ligeira subida nos EUA.

A inflação na zona Euro encerrou o ano de 2018 em 1,6%, abaixo das previsões de 2% do Banco Central Europeu, justificada principalmente pela queda do preço do petróleo nos últimos meses, pelo menor crescimento que o previsto nos preços dos bens energéticos e pelo abrandamento das exportações durante o ano. Nos EUA, a inflação registou 2,4% no final de 2018, tendo sido o registo mais elevado desde 2011. Este crescimento reflete a depreciação do dólar, o aumento dos custos de produtos energéticos e dos produtos importados devido à implementação de taxas no comércio com o exterior.

Nas economias emergentes as pressões inflacionistas foram atenuadas pela descida do preço do petróleo, tendo este apresentado alguma volatilidade ao longo de 2018.

Durante grande parte do ano, o preço desta matéria-prima apresentou uma tendência ascendente, tendo atingido 81,03 USD/barril em outubro. Esta tendência positiva teve origem num crescimento contínuo da procura e em algumas restrições do lado da oferta, tais como a crise da produção na Venezuela e as expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, os últimos meses do ano, traduziram-se numa queda acentuada do preço do petróleo, tendo este atingido 57,36 USD/barril

em dezembro, essencialmente justificada pelo aumento considerável de produção nos EUA, pelo elevado nível de existências e a pela revisão em baixa das perspetivas de crescimento da economia mundial.

Importa também realçar o acentuado recuo dos mercados bolsistas, após terem atingido máximos históricos a meio do ano. Na segunda metade de 2018, os índices recuaram, gerando um incómodo generalizado nos mercados financeiros. Este recuo foi atribuído à queda generalizada da confiança e do consumo (sobretudo na Europa e na China), à subida das taxas de juro nos EUA aumentando o valor em 1,0p.p., à “guerra comercial” entre os EUA e a China e ainda à incerteza económica, política e social provocada pelo “Brexit”.

2.2. PORTUGAL | CONJUNTURA NACIONAL

A economia portuguesa, em 2018, deverá ter registado um crescimento ligeiramente superior ao do conjunto dos países da região do euro, permitindo continuar o registo de um crescimento positivo nos últimos 20 trimestres (desde o 3º trimestre de 2013), e ultrapassando claramente o período de crise financeira e económica vivida durante os anos de 2011 e 2012.

Nos últimos anos a economia nacional tem apresentado indicadores económicos bastante positivos, para os quais muito tem contribuído a prestação positiva do investimento privado e das exportações, bem como o aumento dos níveis de confiança dos consumidores e a estabilização dos indicadores de atividade económica e de clima económico, não apenas em Portugal, mas também na Europa.

No entanto, começamos a verificar uma contenção natural do crescimento económico à medida que a economia nacional entra numa fase mais madura deste ciclo positivo, além de já se sentir o efeito da desaceleração das principais economias vizinhas, especialmente numa economia com um elevado grau de abertura como a portuguesa, muito dependente do comércio externo.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, em 2018, a economia nacional continuou na sua trajetória de crescimento, mas em desaceleração, com um crescimento do PIB na ordem dos 2,1%, representando um crescimento ligeiramente inferior ao valor registado em 2017 (2,8%).

Conseguimos identificar igualmente, um abrandamento moderado do consumo privado no conjunto do ano, tendo este indicador crescido 2,3% para 2,5%, num quadro extensível às suas componentes duradouras e não duradouras. Relativamente ao crescimento real do consumo público em 2018, segundo o Banco de Portugal situou-se nos 0,8%, tendo implícito o pressuposto de crescimento do número de funcionários públicos.

A inflação, medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), registou em Portugal este ano uma queda para os 1,2% face aos 1,6% de 2017, tendo sido influenciada pelo comportamento da inflação subjacente e pela evolução negativa dos preços dos produtos alimentares não transformados. O aumento dos preços dos produtos energéticos não foi suficiente para evitar a diminuição da taxa em 2018. Verificou-se, novamente, um crescimento médio anual mais elevado para os preços dos serviços que o observado para os preços dos bens.

Em 2018 a situação no mercado de trabalho melhorou. Embora o aumento do emprego total tenha sido inferior ao verificado no ano anterior (2,3% em 2018 contra 3,3% em 2017), a taxa de desemprego situou-se em 7,0%, o valor mais baixo desde 2004 e menos 1,9 pontos percentuais do que em 2017. A população desempregada, 365,9 mil pessoas, diminuiu 20,9% (96,9 mil) em relação ao ano anterior, enquanto a população empregada, 4 866,7 mil pessoas, aumentou 2,3% (110,1 mil).

Verifica-se assim que a taxa de desemprego continua numa trajetória descendente, o que denota uma perspetiva globalmente positiva, ainda que mais moderada do que a tendência registada nos últimos três anos.

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL _ Enquadramento Financeiro e Legal

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para assegurar uma trajetória de crescimento económico sustentado, nessa lógica as autarquias como entidades públicas prosseguem o princípio de disciplina orçamental, assente na transparência das finanças públicas, no controlo da receita e da despesa pública e na monitorização permanente da execução orçamental.

De seguida é apontado o enquadramento normativo mais relevante para a atuação dos Municípios, durante o exercício económico de 2018:

Quadro nº 02 – Enquadramento Normativo 2018 (financeiro)

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DE 2018	
Orçamento de Estado	
Lei n.º 113/2017 de 29 de dezembro	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018
Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro	Lei do Orçamento do Estado para 2018, que á semelhança de anos anteriores, consagra conjunto de medidas e alterações legislativas com implicações na Administração Local, nomeadamente alterando a Lei nº73/2013 e Lei 50/2012
Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio	Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2018
Autarquias Locais	
Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais)
Lei nº50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
Financeira	
Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro	POCAL – Plano Oficial das Autarquias Locais
Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Retificativo n.º 8 -F/2002, de 28 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 69 -A/2009, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 29 -A/2011, de 1 de março	Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas
Portaria nº671/2000, de 17 de abril	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) e respetivo classificador geral, bem como os modelos anexos
Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7 - A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;	Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais
Lei nº73/2013 de 3 de setembro	Regime Financeiro das autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
Lei nº22/2015 de 17 de março	Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)
Decreto-Lei nº99/2015, de 2 de junho	Adaptação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) á Administração Local
Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto	Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal
Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro	Lei de Enquadramento Orçamental
Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DE 2018	
Portaria nº189/2016, de 14 de julho e Portaria nº218/2016, de 9 de agosto	No âmbito da regulamentação do SNC-AP, aprovam respetivamente as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional (Anexo III do SNC-AP) e o regime Simplificado para as pequenas entidades ou micro entidades – art.3.º do DL 192/2015, de 11/09.
Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro	Altera o Regime da Administração Financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, cuja adoção passou a ser obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2018.
Portaria n.º 128/2017 de 5 de abril	Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNCAP, bem como da reforma da contabilidade e contas públicas em geral.
Lei nº98/97, de 26 de agosto na sua atual redação	Lei de Organização e Processo do TRIBUNAL DE CONTAS
Recursos Humanos	
Lei nº35/2014, de 20 de junho	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 de dezembro	Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro de 2018, para 580,00€
Contratação Pública	
Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto	Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos , aprovado pelo Decreto-Lei nº 17/2008, de 29 de janeiro e à transposição da Diretiva nº 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão; da Diretiva nº 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos, que revoga a Diretiva 2004/18/CE; da Diretiva nº 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais, que revoga a Diretiva nº 2004/17/CE; e da Diretiva nº 2014/55/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos
Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto	Regulação da disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública
Portaria n.º 371/2017, de 14 de dezembro	Formulários -tipo para publicação de anúncios no âmbito de processos de adjudicação de contratos públicos
Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro	Regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos.
Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro	Regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE»
Portaria n.º 72/2018, de 9 de março	Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova
Portaria n.º 701-H/2008. de 29 de julho	Instruções para a elaboração de projetos de obras
Portaria 959/2009, de 21 de agosto	Formulário de Caderno de Encargos

Neste cenário de proliferação legislativa que preconiza uma reforma no setor público, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que bem auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

4. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

4.1. IDENTIFICAÇÃO

Origens históricas



A ocupação humana deste território - outrora junto ao mar e após à ria - remonta, de acordo com os estudos arqueológicos realizados, ao Neolítico (séculos V a III a.C.), existindo alguns artefactos deste período. Há provas também de comunidades ao longo do Megalitismo, da Idade do Ferro, da época Romana e da Idade Média.

Está comprovada a existência de pequenos povoados dedicados à agricultura e à pastorícia. Da Idade Média temos referências documentais desde o século X a

Avanca, a Antuã, Canelas, Fermelã, Roxico, Beduído, Salreu e Veiros, pertencendo então todo este território às Terras de Santa Maria.

Em 1257, D. Afonso III fez doação das vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca. Por esta época já a região estava polvilhada de pequenas aldeias, dedicando-se as suas comunidades também a outras atividades não agrícolas, como a salinífera e a piscatória.

O Foral de Antuã, concedido por D. Manuel I, e datado de 15 de novembro de 1519 libertou as terras de Antuã do domínio feudal, estabelecendo aí uma nova organização do território, da economia e da justiça, e dando maior liberdade e privilégios aos seus habitantes.

Em meados do século XVII, o concelho de Antuã alterou a sua designação para **Estarreja**, o qual, já no século XIX, viria a sofrer grandes alterações em virtude da extinção dos foros do senhorio do Mosteiro de Arouca e dos concelhos de Angeja e Bemposta.

Foi a base para o surgimento do concelho de Estarreja.

O brasão do Município de Estarreja foi criado em 1929, altura em que foi estabelecido em decreto que defendia que as instituições públicas deveriam ter uma marca identificativa para autenticação dos seus documentos, foi depois aprovado em 1936, por Portaria nº 8339 de 17/01/1936.

Então, por proposta de Afonso de Dornelas, famoso heraldista português de então, foi criado o brasão, as armas e o selo da Câmara, tendo em conta as características e tradições preponderantes deste território.

Com a elevação de Estarreja a cidade em 2005, as armas foram ajustadas à situação de Cidade, passando o brasão de 4 para 5 torres, como em heráldica é próprio das cidades.

O feriado Municipal de Estarreja comemora-se, desde 1978, a 13 de junho por ser o dia de Santo António, o santo padroeiro de Estarreja.



Caraterização geográfica e administrativa⁴



O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km², integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro e integra-se numa individualidade regional – **a ria**.

Esta sub-região do Baixo Vouga, compreende a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3km² e uma população de 390.840 habitantes (censos de 2011).

O território municipal encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. O concelho de Estarreja abrange 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Entidade Intermunicipal da Região de Aveiro (que integra 11 municípios, uma vez que Mealhada passa a pertencer ao Baixo Mondego, atualização ainda não constante dos dados oficiais do INE), unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal. Para fins do presente documento recorre-se ainda ao Mapa Nacional - NUTIII, constante do *site* oficial do INE (Baixo Vouga), para efeitos estatísticos.

Divisão territorial da região : NUTS III e Municípios



O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho-de-ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não

⁴ Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial/Setor de Planeamento Urbanístico (maio2015)

só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também fatores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

Caraterização demográfica

De acordo com dados publicados pelo publicados pelo Instituto Nacional De Estatística (INE) em dezembro de 2018 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios “ - https://www.ine.pt/documentos/municipios/0108_2018.pdf, em 2017 a população residente no concelho de Estarreja é de 26.074 habitantes, o que corresponde a 7,2% da população da NUTSIII- Baixo Vouga (363.095 hab) e a cerca de 1,2% da NUTS II - Região Centro (2.231.346 hab).

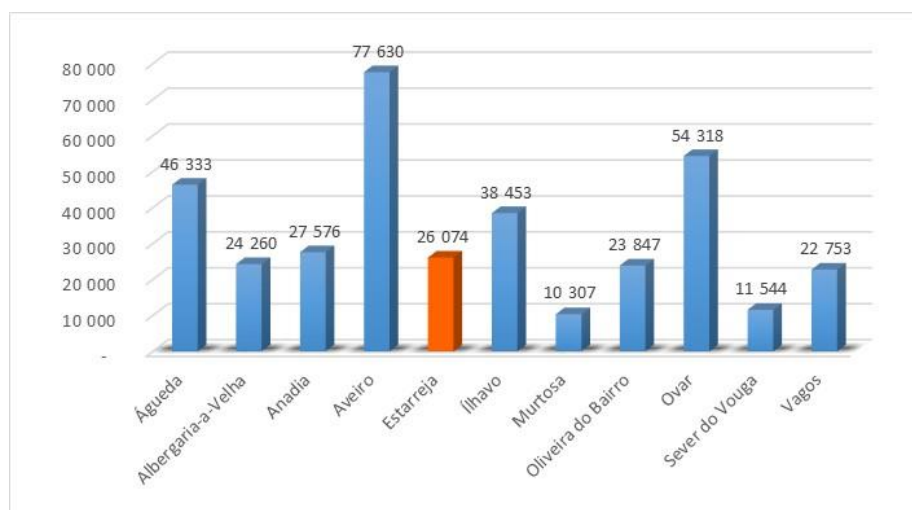
Figura nº 01– Dinâmica Populacional, Estarreja 2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	26 074	363 095	2 231 346	10 291 027	7,2
Homens	12 469	172 169	1 056 975	4 867 692	7,2
Mulheres	13 605	190 926	1 174 371	5 423 335	7,1
Com menos de 15 anos	3 370	47 473	275 886	1 423 896	7,1
Com 65 ou mais anos	5 540	76 329	535 245	2 213 274	7,3
Densidade pop. (N.º/Km²)	241,0	214,5	79,1	111,6	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,6	-0,2	-0,6	-0,2	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,6	-0,3	-0,5	-0,2	-
Índice de Invelhecimento	164,4	160,8	194,0	155,4	-
Índice de Potencialidade	81,8	70,5	70,2	70,6	-

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos; Ministério do Ambiente - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

Atualmente o quantitativo populacional do concelho de Estarreja ocupa a 6ª posição no âmbito do seu peso para o total de população residente no Baixo Vouga, constituindo, como seria de esperar, Aveiro sede de Distrito e principal polo prestador de serviços e de oferta de emprego, o concelho aglutinador de cerca de 21% da população residente no Baixo Vouga.

Gráfico nº01 – População Residente nos Concelhos do Baixo Vouga (2017)



Relativamente à distribuição da população à escala das freguesias, ressalta desde logo a freguesia de Beduído, sede de concelho, a concentrar cerca de 28% da população concelha uma vez que integra o aglomerado urbano principal do concelho – a Cidade de Estarreja – que concentrando bens e serviços proporciona uma qualidade de vida algo diferenciada do restante território. A freguesia de Avanca, surge como a segunda freguesia mais representativa em termos populacionais, uma vez que detém um peso de cerca de 23% no total da população residente no concelho. Com efeito, as zonas norte e centro do concelho, correspondendo às freguesias de Avanca e Beduído, freguesias mais urbanas, polarizam mais de metade da população do concelho (cerca de 51%).

O concelho de Estarreja, com um total de 26.074 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,3 Km², integra-se nos concelhos do Litoral que, em 2011, registam uma densidade igual ou superior a 250 hab/Km², de parceria com Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Ílhavo, quando a média registada para o mesmo ano no agrupamento do Baixo Vouga foi de 217 hab/Km².

A estrutura etária da população do concelho de Estarreja segundo dados de 2017 encontra-se descrita no gráfico divulgado em dezembro de 2017 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios “ com enquadramento na NUTS II e III:

Figura nº 02 – Estrutura Etária da População, 2017

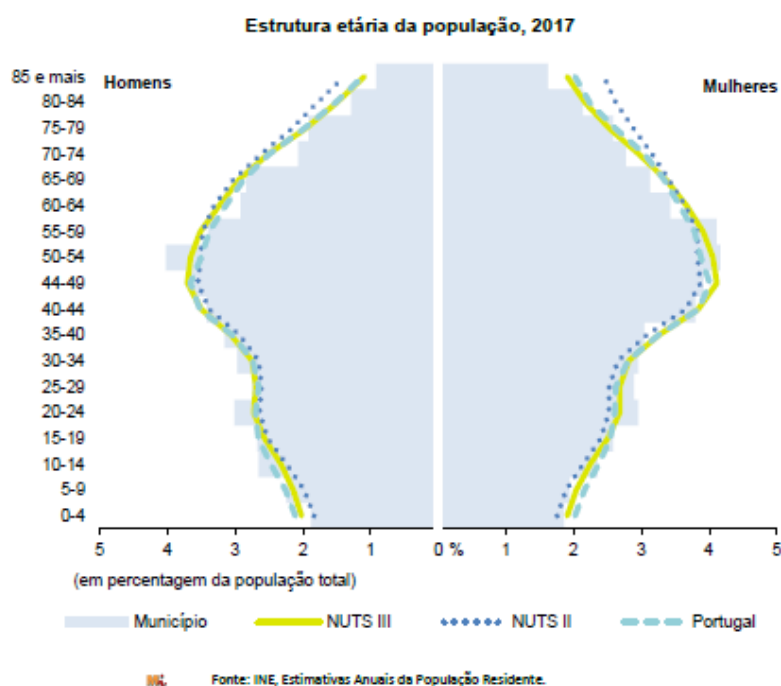
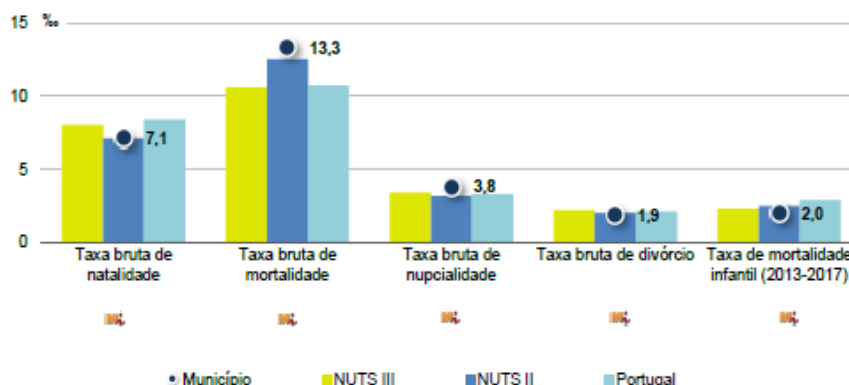


Figura nº 03 – Demografia e Saúde, 2017



Indicadores de Atividade Económica

Em termos de indicadores sobre atividade económica do concelho de Estarreja divulgada no referido trabalho de Retrato Municipal do INE, temos os seguintes dados estatísticos:

Figura nº 04 – Empresas e Estabelecimentos, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Empresas					
Personal ao serviço (Nº)	8 121	128 700	682 153	3 704 740	6,3
Volume de negócios (milhões €)	1 405	11 669	57 241	340 479	12,0
Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%)	54,7	8,8	4,0	4,8	-
Valor acrescentado bruto (milhões €)	257	2 856	13 752	85 410	9,0
Taxa de variação (2016/2015) (%)	3,1	6,3	5,5	6,0	-
Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)	43,7	6,0	2,8	4,4	-
Sociedades					
Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes (%)	53,7	54,1	54,1	55,6	-
Estabelecimentos					
Personal ao serviço (Nº)	10 712	142 312	729 165	3 692 780	7,5
Volume de negócios (milhões €)	1 587	13 078	63 663	336 993	12,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura nº 05 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas 2016/2017

Mês	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
out-18	6	88	511	3 747	6,8
set-18	2	71	424	3 114	2,8
ago-18	4	68	402	2 720	5,9
jul-18	6	85	443	3 209	7,1
jun-18	6	87	452	3 358	6,9
mai-18	3	94	512	3 680	3,2
abr-18	8	102	580	3 654	7,8
mar-18	7	114	637	4 101	6,1
fev-18	4	78	527	3 611	5,1
jan-18	2	125	754	5 287	1,6
dez-17	4	71	398	2 717	5,6
nov-17	2	72	365	3 119	2,8
12 Meses	54	1 055	6 003	42 317	5,1

Fonte: INE, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades equiparadas

4.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

ESTRUTURA POLÍTICA






A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.



A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

Quadro nº 03 – Quadro das Responsabilidades Políticas 2017-2021 (a partir de 14 outubro de 2017)

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Presidente	Diamantino Manuel Sabina	Estratégia e Administração Geral Turismo Eco Parque Empresarial de Estarreja Desenvolvimento Económico e Relações Internacionais Despesas Públicas Empreitadas Saúde
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Finanças Despesas Públicas Empreitadas Obras Públicas e Ambiente Aprovisionamento e Armazéns Desporto Freguesias
 Vereadora	Isabel Simões Pinto	Recursos Humanos Comunicação Cultura e Eventos Coletividades Habitação Social Ação Social e Inclusão Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Educação Juventude Ciência Trânsito Incubadora e Ciclo Criativo Regeneração e Reabilitação Urbana Mercado e Feiras, Comércio e Abastecimentos Proteção Civil e Florestas
 Vereador	Carlos Valente	Urbanismo Planeamento Gestão e Manutenção da Frota Espaços Verdes Públicos, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos Modernização Administrativa e Qualidade Segurança

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Vereadora	Catarina Rodrigues	Sem Pelouro
 Vereadora	Madalena Balça	Sem Pelouro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA EFETIVA

A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja vigente durante o ano económico de 2018 consta do Despacho n.º 2935/2016 publicado no Diário da República nº 39, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2016, páginas 6660 a 6676.

O organograma da Câmara Municipal em 2018 apresenta a forma que segue:

Figura nº 06 – Organigrama Município de Estarreja 2018



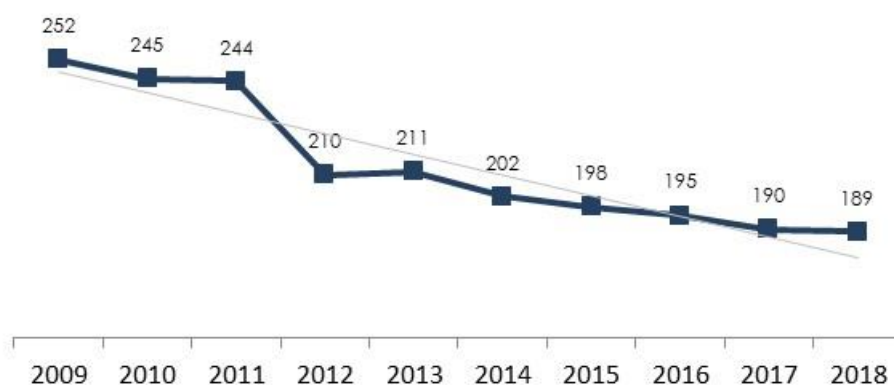
4.3. RECURSOS HUMANOS

Para o ano de 2018, foi aprovado um mapa de pessoal com uma previsão de 254 trabalhadores, dos quais 6 correspondiam a dirigentes, 64 técnicos superiores, 73 assistentes técnicos, 105 assistentes operacionais, 2 trabalhadores da carreira de informática e 4 trabalhadores do grupo «Outros» (membros dos gabinetes de apoio).

3.4.1. Evolução dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2018, o Município de Estarreja era constituído por 189 trabalhadores em efetividade de funções, menos 1 comparativamente com o ano anterior – a que corresponde a uma variação anual negativa de 0,53% - vide gráfico 02.

Gráfico nº02 – Evolução de nº de efetivos



Desde 2009 que se verifica uma tendência de redução do número de efetivos – cfr. Gráfico nº 01-, o que se traduz numa variação de -25,00% (i.e. -63 trabalhadores), sendo que a maior redução do número de efetivos verificou-se em 2012 (-34 trabalhadores), explicada, em grande parte, pela cedência de diversos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do município para a ADRA.

Quadro nº04- Evolução de Efetivos

Efetivos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Totais	252	245	244	210	211	202	198	195	190	189
Variação (nº)		-7	-1	-34	1	-9	-4	-3	-5	-1
Variação (%)		-2,78%	-0,41%	-13,93%	0,48%	-4,27%	-1,98%	-1,52%	-2,56%	-0,53%

3.4.2. Caracterização dos Recursos Humanos

Género

Os efetivos do ME, em 2018, eram representados por, aproximadamente, 57,7% (i.e. 109) de trabalhadores do género feminino e 42,3% (i.e. 80) masculino. Com a exceção do ano de 2009, verifica-se que o número de trabalhadores do género feminino tem sido, desde então, sempre superior ao masculino- cfr. gráfico 03.

Gráfico nº03 – Distribuição de trabalhadores por género

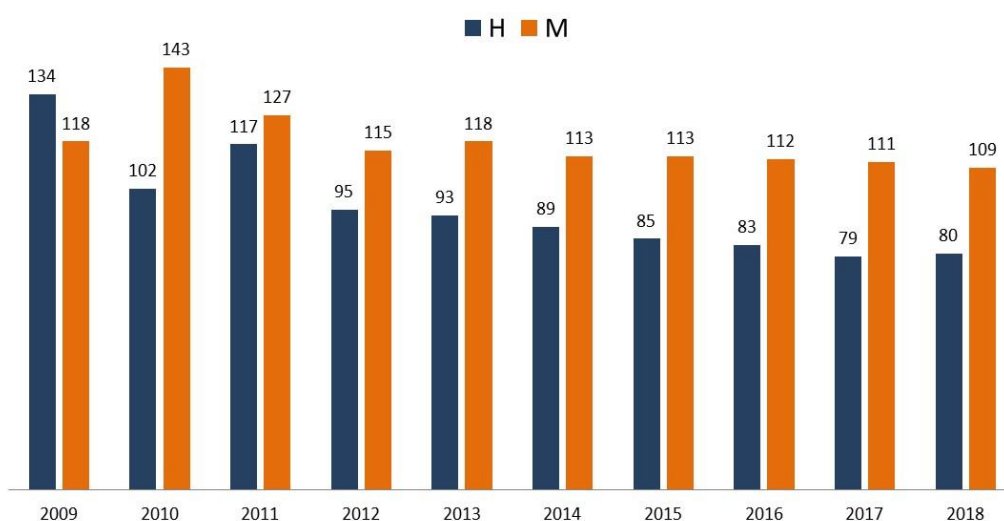


Gráfico nº04 – Distribuição de trabalhadores segundo Cargo /Carreiras / Género

Homens		Mulheres	
3	1,6%	Dirigente Intermédio	1,6%
14	7,4%	Técnico Superior	12,2%
9	4,8%	Assistente Técnico	24,3%
51	27,0%	Assistente Operacional	18,0%
1	0,5%	Informática	0,5%
2	1,1%	Outros	1,1%
80	42,3%		57,7%
			109

Relativamente aos efetivos, e quanto ao género por cargo/carreira, verifica-se que, com exceção da carreira de Assistente Operacional (51 homens e 34 mulheres), o número de trabalhadores do género feminino é maior ou igual ao número de trabalhadores do género masculino. De destacar a predominância de mulheres na carreira assistente técnica e técnica superior – gráfico 04.

Relação Jurídica de Emprego por cargo/carreira

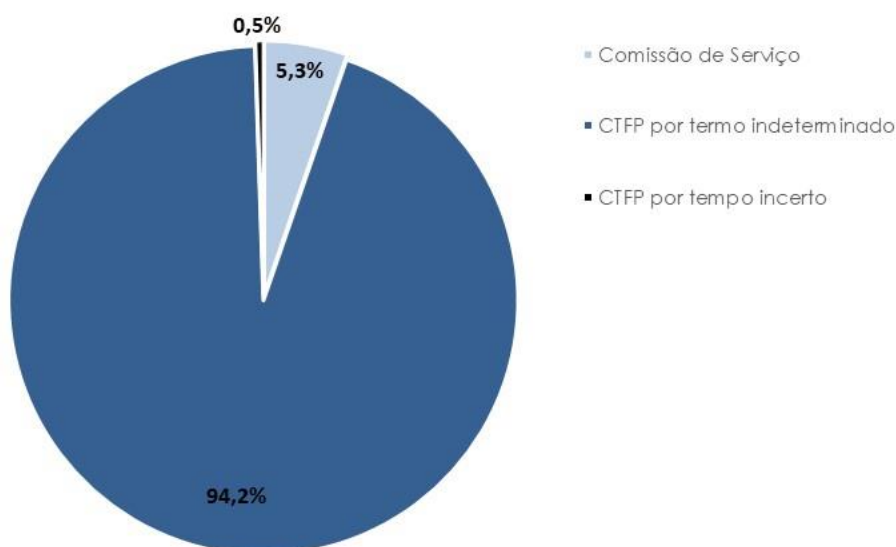
Analisando os recursos humanos do ME, na ótica da relação jurídica de emprego e o correspondente cargo/carreira, verifica-se, de acordo com o gráfico 04 e quadro 02, que:

- 5,3 % (i.e. 9 trabalhadores) em regime de comissão de serviço, dos quais 6 dirigentes intermédios e 4 elementos dos gabinetes de apoio;

- 94,2 % (i.e. 178 trabalhadores) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por termo indeterminado, dos quais 36 técnicos superiores, 55 assistentes técnicos, 85 assistentes operacionais e 2 trabalhadores da carreira, não revista, de informática;
- 0,5 % (i.e. 1 trabalhador) em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto.

No que toca à estruturação dos efetivos por cargos/carreiras, em 2018, e pela análise dos quadros e gráficos seguintes, conclui-se que a carreira de assistente operacional é aquela que concentra o maior número de trabalhadores, 85 (oitenta e cinco), o que representa 45% do total dos trabalhadores.

Gráfico nº05 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2018)



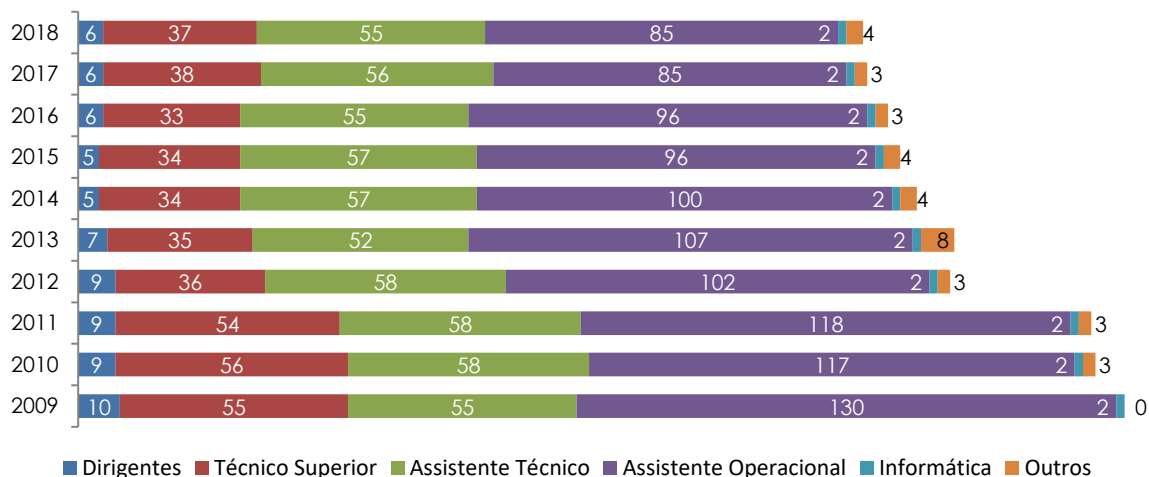
Quadro nº05 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2018)

Cargo/Carreira	Comissão de Serviço	CTFP por termo indeterminado	CTFP por tempo incerto	Total	% em relação ao total
Dirigente Intermédio	6			6	3,2%
Técnico Superior		36	1	37	19,6%
Assistente Técnico		55		55	29,1%
Assistente Operacional		85		85	45,0%
Informática		2		2	1,1%
Outros	4			4	2,1%
Total	10	178	1	189	100,00%
% em relação ao total	5,3%	94,2%	0,5%	100,00%	

Em termos evolutivos, entre 2009 e 2018, verificam-se ligeiras variações no número de trabalhadores inseridos nas carreiras de assistente técnico, informática e outros. Porém, as carreiras de assistente operacional, técnico superior e o cargo de dirigente apresentam grandes variações, nomeadamente:

- Assistente Operacional: -34,6% (i.e. 45 trabalhadores);
- Técnico Superior: -48,6% (i.e. 18 trabalhadores);
- Dirigentes: -40% (i.e. 4 trabalhadores).

Gráfico nº 06 – Nº de trabalhadores por Cargo /Carreiras (2014-2018)



Quadro nº06 – Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão		
Taxa de Feminização	Nº Trabalhadores sexo feminino / Total Nº Trabalhadores * 100	57,67%
Taxa de Masculinização	Nº Trabalhadores sexo masculino/Total Nº Trabalhadores * 100	42,33%
Taxa de Tecnicidade (sentido restrito)	Nº Dirigentes + Téc. Sup. + Esp. Inform. / Total Nº Trabalhadores * 100	23,28%
Taxa de Enquadramento de Pessoal Dirigente	Nº Dirigentes / Total Nº Trabalhadores * 100	3,17%
Taxa de Pessoal Técnico Superior	Nº Técnicos Superiores / Total Nº Trabalhadores * 100	19,58%
Taxa de Pessoal Especialista Informática	Nº Especialistas Informática / Total Nº Trabalhadores * 100	0,53%
Taxa de Pessoal Técnico de Informática	Nº Técnicos Informáticos / Total Nº Trabalhadores * 100	0,53%
Taxa de Pessoal Assistente técnico	Nº Assistentes Técnicos / Total Nº Trabalhadores * 100	29,10%
Taxa de Pessoal Assistente Operacional	Nº Assistentes Operacionais / Total Nº Trabalhadores * 100	44,97%

Estrutura Etária

A idade média dos trabalhadores do ME, no final de 2018 era de **49,56 anos**.

Analisada a distribuição de trabalhadores por escalão etário e género – gráfico 06 - verifica-se que:

- No universo feminino destaca-se o grupo etário entre os 50-54 anos com 22,00 % da população feminina (i.e. 24 trabalhadoras), seguindo-se o grupo etário dos 45-49 anos 17,4 % da população feminina (i.e. 19 trabalhadoras);

- No universo masculino destaca-se o grupo etário entre os 55-59 anos com 32,50 % da população (i.e. 26 trabalhadores);
- De relevar que 58,73% dos trabalhadores do ME apresentam uma idade igual ou superior a 50 anos, representando um total de 111 trabalhadores.

Analisando a globalidade dos trabalhadores, os grupos etários mais representativos são os 50-54 e 55-59, revelando 23,3 e 22,8%, respetivamente, do total de trabalhadores. A presente distribuição etária - gráfico 06 - evidencia o ligeiro envelhecimento da estrutura municipal o que, num médio prazo, se traduzirá na saída por aposentação, em simultâneo, de diversos trabalhadores – quadro n.º 07.

Gráfico nº07 – Pirâmide Etária



Quadro nº07 – Distribuição do nº de trabalhadores por cargo/carreira e grupo etário

Grupo etário	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total	% em relação ao total
25-29		1	0	2	0	0	3	1,6%
30-34		3	1	3	0	1	8	4,2%
35-39	1	9	2	3	0	1	16	8,5%
40-44	1	12	5	9	0	0	27	14,3%
45-49	2	0	11	9	1	1	24	12,7%
50-54	1	5	12	25	1	0	44	23,3%
55-59	1	2	17	23	0	0	43	22,8%
60-64		5	7	9	0	1	22	11,6%
65-69				2	0	0	2	1,1%
Total	6	37	55	85	2	4	189	100,0%

Quadro nº08 – Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão		
Nível Médio Etário	Σ das idades / Total Nº Trabalhadores	49,56
Leque Etário	Idade do trabalhador mais idoso (65 anos) / Idade do trabalhador mais jovem (27anos)	2,41
Taxa de envelhecimento	Trabalhadores com mais 55 anos / Total Nº Trabalhadores * 100	35,45%

Antiguidade na Administração Pública

Em termos globais, o escalão de antiguidade 30-34 anos é aquele que concentra o maior número de trabalhadores com 39 trabalhadores, seguido imediatamente pelo escalão 10-14 anos, com 32 trabalhadores. Pelo contrário, o escalão de antiguidade dos 40 ou mais anos, é aquele que possui menos trabalhadores, com 2.

É nos escalões de antiguidade 10-14 anos e 15-19 anos que o efetivo feminino tem maior representatividade. De realçar a maior representatividade do sexo masculino no escalão de antiguidade 35-39 anos com 18 trabalhadores contra 8 trabalhadores do sexo feminino.

Quadro nº 09 – Distribuição de trabalhadores segundo gênero e grupo

Grupo	Homens	Mulheres	Total	% em relação ao total
Até 5 Anos	2	3	5	2,65%
5-9 Anos	5	12	17	8,99%
10-14 Anos	8	24	32	16,93%
15-19 Anos	11	20	31	16,40%
20-24 Anos	6	18	24	12,70%
25-29 Anos	7	3	10	5,29%
30-34 Anos	22	17	39	20,63%
35-39 Anos	18	11	29	15,34%
40 ou mais Anos	1	1	2	1,06%
Total	80	109	189	100%

Estrutura Habilitacional

Relativamente ao nível de nível de escolaridade, em 2018, verifica-se o seguinte:

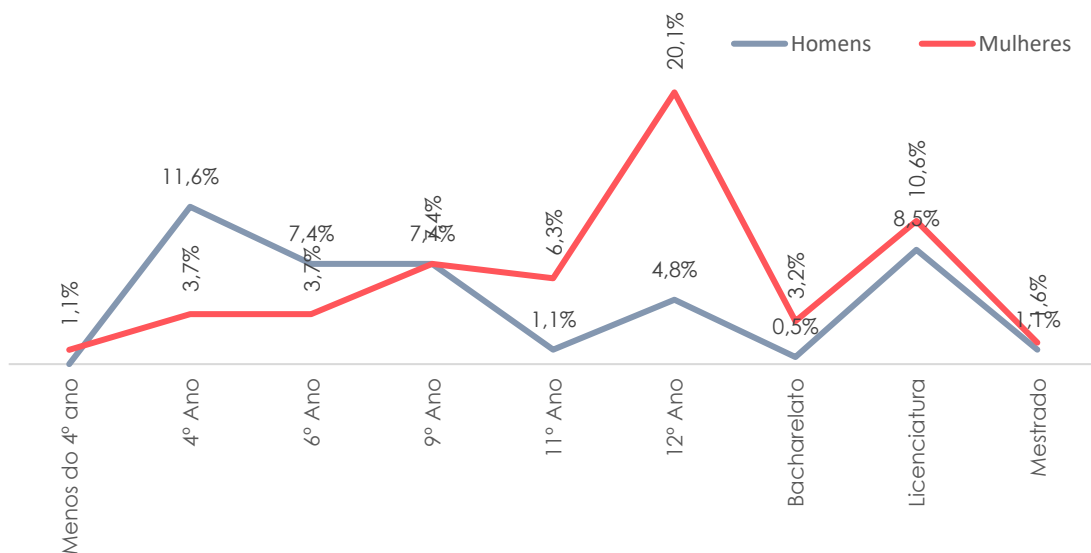
- O ensino básico é o nível de escolaridade mais representado (49,74%, correspondente a 94 trabalhadores);
- A licenciatura é o grau académico mais representado com 19,05% dos trabalhadores. As mulheres representam dos 55,6% titulares de licenciatura;
- Apenas duas melhores, representando 1,06% dos trabalhadores, é que detêm menos do 4º ano de escolaridade;
- O 12º ano de escolaridade corresponde ao segundo nível habilitacional com maior frequência, na medida em que 24,87% dos RH tem 12 anos de escolaridade. Também aqui, as mulheres predominam com 80,85% relativamente a 19,15% dos homens.

Quadro nº 10 – Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade

Escolaridade	N.º trabalhadores	% em relação ao total
Ensino Básico	94	49,74%
Ensino Secundário	47	24,87%
Ensino Superior	48	25,40%

Quadro nº 11 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género

Habilitação	Homens	Mulheres	Total	% em relação ao total
Menos do 4º ano	0	2	2	1,06%
4º Ano	22	7	29	15,34%
6º Ano	14	7	21	11,11%
9º Ano	14	14	28	14,81%
11º Ano	2	12	14	7,41%
12º Ano	9	38	47	24,87%
Bacharelato	1	6	7	3,70%
Licenciatura	16	20	36	19,05%
Mestrado	2	3	5	2,65%
Doutoramento	0	0	0	0,00%

Gráfico nº 08 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género

Quadro nº 12 – Indicadores de Gestão (RH-Habilitação Literária)

Indicadores de Gestão		
Taxa de Formação Superior	Total de Mestrados + Pós-Graduação + Licenciaturas + Bacharelatos / Total Nº Trabalhadores * 100	25,40%
Taxa de Formação Secundária	Total Nº Trabalhadores do 10.º ao 12.º ano / Total Nº Trabalhadores * 100	32,28%
Taxa de Formação Básica	Total Nº Trabalhadores do 4.º ao 9.º ano / Total Nº Trabalhadores * 100	41,27%

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2018 representou o início de um novo ciclo autárquico que se projeta, naturalmente e em grande medida, na senda das opções estratégicas do ciclo que terminou em 2017. Neste novo ciclo mantêm-se assim com caráter nuclear as áreas do desenvolvimento económico, alicerçada na expansão do Eco Parque Empresarial, na Reabilitação Urbana, na Coesão Social, e nas novas políticas de Sustentabilidade.

Durante 2018 e a exemplo de exercícios anteriores, as prioridades da Câmara definiram-se assim através dos já conhecidos 5 eixos estratégicos transversais que, no que se refere a 2018, na sua globalidade atingiram a taxa de execução (financeira) de 74%, atingindo assim limiar de execução muito idêntico ao conseguido em 2017.

Quadro nº 13 – Execução Eixos Estratégico 2018

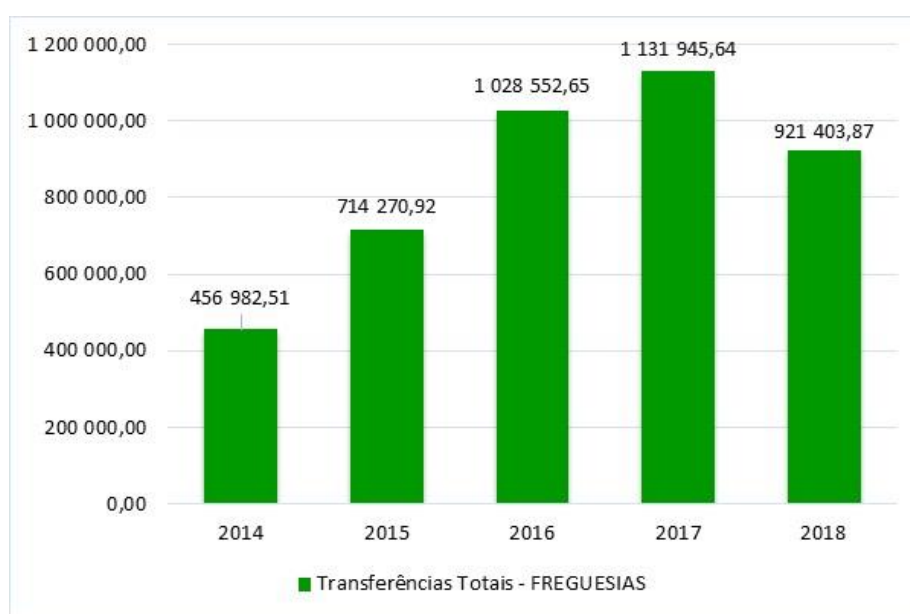
	PAM	PPI	Total
1 DESENVOLVIMENTO URBANO	94%	45%	49%
2 COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	81%	70%	70%
3 NATUREZA E AMBIENTE	87%	50%	70%
4 COESÃO SOCIAL E CULTURA	83%	56%	75%
5 GOVERNAÇÃO MUNICIPAL	89%	77%	87%
TOTAL	87%	59%	74%

No que se refere ao **EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO** que na globalidade atingiu uma taxa de execução de **49%**, destacam-se as intervenções nas freguesias e na rede viária, concluída que foi em 2017 a intervenção no Mercado e Feira e considerando que só em 2019 se iniciará a empreitada de requalificação da antiga Fábrica do Descasque do Arroz.

Na **valorização da rede viária** destaca-se a conclusão das obras de beneficiação da Rua da Carreira Branca em Canelas-Fermelã em Fermelã; em Salreu continuámos a empreitada para alargamento e beneficiação da Rua da Carvalho; em Pardilhó, demos sequencia ao alargamento e beneficiação da Rua Padre António Joaquim Vigário de Matos (EN 224-2) e em Avanca iniciámos a empreitada de alargamento e beneficiação da Rua dos Carvalho; em paralelo, procedemos às habituais intervenções de beneficiação dos arruamentos municipais.

No que se refere às **transferências para as freguesias** mantivemos os níveis elevados de transferências financeiras, sendo Estarreja em termos relativos, o Município que mais transfere para as Juntas no contexto da CIRA. Destacam-se aqui, para além das ações usuais na limpeza de bermas e manutenção de jardins e espaços verdes (em que foram transferidos 258.000,00 € [195.000,00€ da limpeza de bermas e 62 950,30€ da manutenção dos jardins] para as 5 Juntas de Freguesia), a realização de intervenções como a construção do Muro do Cemitério de Fermelã e a beneficiação da quase totalidade da malha de caminhos vicinais do “campo” de Fermelã e Canelas; intervenções nas ruas José Luís Vidal e nas muralhas do Ribeiro de Salreu; intervenções nos becos do Ramalhete, Gerim, Mirandas, Flores e Resendes e a proteção da Ribeira do Canedo em Pardilhó; em Avanca, intervenções na Rua do Rio dos Bois e do Casal; em Beduído e Veiros, intervenções nas ruas do Açude, Senhora das Febres, S. Geraldo e Barreiro de Cima.

Gráfico nº09 – Evolução das Transferências para as Freguesias (2014-2018)



No **EIXO DA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO** cuja taxa de execução foi de 70% a grande aposta na aquisição de terrenos tendo em vista a infraestruturação e a sua posterior venda a empresas que se pretendam instalar no **Eco-Parque Empresarial de Estarreja** manteve-se a um nível elevado, a **despesa** com aquisição de terrenos foi de **1,98 M€** (cerca de 500.000 m² adquiridos) e as vendas de terrenos para localização de **novas empresas** atingiu **1.085.845,14€**, um valor muito relevante não só em termos numéricos como também no que representa em termos de instalação de novas empresas e criação de emprego. Como sempre dissemos nas ocasiões anteriores de apresentação de GOP's e Prestação de Contas, era preciso “semear para colher” e é o que temos vindo a fazer. Conforme se pode aferir pelos resultados, a sementeira foi bem feita e a colheita foi profícua:

De 2015 a 2019: 7 novas empresas adquiriram lotes para se instalarem no Eco Parque Empresarial de Estarreja, num total de 531.355m² de área vendidos e uma receita de 2.677.283.72€ e 6 empresas ampliaram as suas instalações no Eco Parque Empresarial de Estarreja, num total de 71.250m², que representaram uma receita de 1.188.442,50€. O número de postos de trabalho assegurados pelas empresas instaladas no Eco Parque Empresarial de Estarreja atinge o valor de 1.157.

A **Incubadora de Empresas de Estarreja**, criada em 2009, é um polo da IERA – Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, atualmente dispõem de 7 gabinetes, sala de reuniões e serviços de apoio à incubação. Desde 2014 saíram 5 empresas graduadas, estando em fase de pré-incubação e incubação 6 empresas. A Incubadora de Empresas, em parceria com o GIP de Estarreja, iniciou em 2016 o Consultório de Empreendedorismo, que pretende apoiar quem deseja iniciar o seu negócio, em especial os jovens e os

desempregados do concelho. Desde a sua criação foram realizados acompanhamentos a mais de 60 ideias de negócio.

No que toca ao **Empreendedorismo Jovem**, em 2014 alavancamos o nosso programa de Empreendedorismo na Escola, reforçando o já existente Concurso de Ideias de Negócios e o Seminário de Empreendedorismo Jovem, com programas intensivos de formação empreendedora. Esse esforço da autarquia, em parceria com entidades locais como o Agrupamento de Escolas de Estarreja, consolidou o programa ERASMUS+, na área da juventude em ação, abrangendo o projeto europeu com mais cinco cidades. Estarreja une-se assim aos municípios de Cinisello Balsamo (Itália), Karditsa (Grécia), Caracal (Roménia) e Rezekne (Letónia) e ao seu parceiro nacional, o Município de Vagos, com o objetivo de criar um programa que possa ser participado e replicado pelos mais diversos parceiros nacionais e internacionais. O programa TOP, programa de promoção do empreendedorismo jovem que pretende, através de atividades intensivas de formação (**Training**), de geração de oportunidades (**Opportunities**) e apresentações pessoais (**Pitch**), fomentar competências empreendedoras nos jovens, promovendo o seu crescimento pessoal e potenciando a capacidade criativa. Aqui e além-fronteiras, no âmbito do projeto europeu Youth Inclusive Entrepreneurship Lab, financiado pelo programa Erasmus+ Juventude em Ação.

O reconhecimento dos programas de Empreendedorismo Jovem, surgem também com os diversos convites para a participação em vários projetos europeus, onde se destaca o projeto IMPACT liderado pela organização espanhola AJS e pela Diputació de Barcelona.

Na área da promoção de competências empreendedoras para a empregabilidade juvenil, em articulação com o Gabinete de Inserção Profissional, foram dinamizadas várias sessões com a temática “Ser Empreendedor na procura ativa de emprego”, envolvendo todos os alunos do ensino secundário profissional, desenvolvendo o crescimento pessoal e a capacidade criativa dos jovens reforçando uma cultura de inovação, com resultados vencedores em diversos concursos locais, regionais e nacionais.

No **EIXO DA NATUREZA E AMBIENTE**, atingimos a **taxa de execução global de 70%**. Destacamos aqui a continuação da substituição das luminárias de vapor de sódio pelos **LED's** na **iluminação pública** e o contínuo investimento na **rede hidrográfica**, protegendo terrenos agrícolas e espaços naturais do avanço de água salgada e das inundações dos rios Antuã e Vouga, salvaguardando o nosso riquíssimo património natural. Investimos também valor elevado na construção de novas redes de drenagem de águas pluviais, aproveitando também as intervenções na área do abastecimento de água e saneamento levadas a cabo pela AdRA em Salreu e Avanca. Sublinha-se o constante trabalho de manutenção dos percursos naturais do concelho (BIORIA). 2018 foi também o ano de realização da **4ª edição da BIORACE**, que redundou de novo num estrondoso êxito, tendo passado de 2516 participantes em 2017 para 3.200 participantes e, 2018.

No **EIXO DA COESÃO SOCIAL E CULTURA** a taxa de execução foi de **75%**, culminando o crescente investimento desde 2014, sendo que em 2018 se atingiram, de novo, em termos agregados, os valores mais elevados em áreas como a Educação, Inclusão e Ação Social, Desporto, Cultura, apoio à Economia Social, Juventude e Cidadania.

A **Educação**, como área estratégica para o Município, continuou na prossecução de dotar os alunos, as famílias e os estabelecimentos escolares com as melhores condições para estudar e alcançar os bons resultados que paulatinamente se vêm concretizando.

Ao nível da **ação social escolar** continuou-se com a atribuição das fichas de apoio aos manuais escolares no 1º ciclo, em complemento da oferta dos manuais escolares que o Governo atribuiu até ao 6º ano de escolaridade – situação assumida pelo Município em anos anteriores – a **extensão da gratuidade dos transportes escolares a todos os alunos da escolaridade obrigatória** (12º ano), o fornecimento de refeições e demais auxílios económicos.

Prosseguindo uma **oferta educativa inovadora de excelência**, o Município assumiu pela primeira vez o investimento no **ensino do Mandarin** aos alunos do 3º e 4º anos de escolaridade, do **alargamento do ensino artístico** da Música no Polo de Estarreja do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro. A promoção da “escola a tempo inteiro”, com a oferta educativa das atividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio à família no 1º ciclo, e as atividades de apoio à família na educação pré-escolar continuou com grande qualidade, o que tem merecido uma maior adesão das famílias a estes serviços. Por outro lado, em **parceria** com o **Agrupamento de Escolas de Estarreja** foi desenvolvido um trabalho de promoção de uma maior **flexibilidade das ofertas formativas existentes** e consequente articulação entre as mesmas. O foco tem-se centrado no **ensino profissional**, numa oferta que possa responder às necessidades concretas e reais, em muitas áreas de formação, das empresas do município de Estarreja e da Região de Aveiro. Foi exemplo disso a semana da educação com diversas atividades, destacando-se a XI Feira da Juventude e da Formação e o Seminário “O futuro do ensino profissional nas empresas e na economia da região”.

No que respeita às políticas integradas de apoio às famílias, demos continuidade a medidas e programas como o **apoio à vacinação infantil não participada** e o **apoio ao arrendamento habitacional**, dois programas que definem bem a nossa marca nesta área de intervenção apoiando um número muito significativo de famílias. Por outro lado, no que respeita às políticas de habitação e concretamente no âmbito do **apoio à reabilitação habitacional**, salienta-se os apoios no âmbito dos Programas **Casa Melhor e Habitação Freguesias**.

No âmbito das nossas constantes preocupações sociais, 2018 ficou marcado pela apresentação e implementação do **Programa VIVER +**, que agrega todos os projetos e medidas dirigidos à população sénior do nosso Concelho, com o objetivo de proporcionar, a cada munícipe, um envelhecimento saudável e ativo e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida. A promoção de um envelhecimento ativo e saudável ao longo do ciclo de vida tem sido um caminho apontado como resposta aos desafios relacionados com a longevidade e o envelhecimento da população.

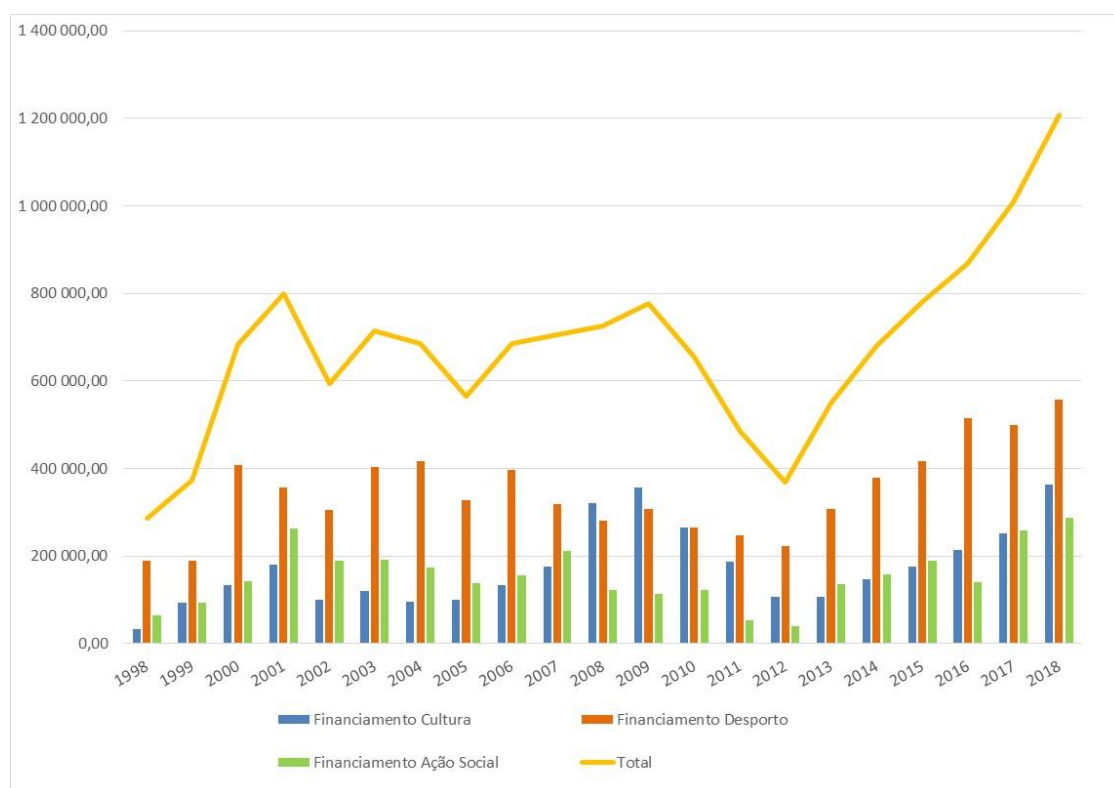
Tratando-se de uma parte significativa da população do município, com experiência e sabedoria ímpares e que têm que ser valorizadas, foi nossa preocupação criar e dinamizar ações de partilha e enriquecimento individuais e coletivos. É neste contexto, e fruto de experiências a ações anteriores, que o Município de Estarreja apresentou o **PROGRAMA VIVER +**, assente em quatro grandes áreas de intervenção – **Saúde & Bem-estar; Cultura & Lazer; Artes & Saberes; Solidariedade**. Para além da aposta na consolidação e crescimento de medidas já em curso (Cartão Sénior, atividade física + 55, o Passeio Sénior, matinés dançantes, envolvimento em projetos culturais, etc), salienta-se a implementação de novos projetos como as **oficinas de informática, a oficina de Mandarin** e o fortalecimento das relações de parceira com as IPSS com respostas sociais na área dos idosos – Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Centro de Convívio, disponibilizando, semanalmente, um técnico de Desporto para dinamizar em cada instituição o **Projeto atividade – gerontomotricidade nas IPSS**.

Em 2018, Estarreja volta a ser distinguida com a Bandeira com Palma de **“Autarquia + Familiarmente Responsável”**, pela 8.ª vez consecutiva. Este reconhecimento reflete bem o investimento da Câmara Municipal neste eixo estratégico, Coesão Social e Cultura, em projetos e programas de apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação, urbanismo e acessibilidade, transportes, saúde, cultura, desporto, lazer e tempo livre.

No que respeita à Cultura, salienta-se a implementação do novo conceito e modelo de gestão do **Carnaval de Estarreja**, que implicou um maior investimento em termos de recursos materiais e humanos e uma profissionalização da organização, num novo “Sítio” com oferta de mais valências, garantindo uma maior capacidade de atração de públicos. Neste novo modelo de gestão, o Município assumiu maiores responsabilidades e, conseqüentemente, um significativo incremento orçamental nas suas diversas dimensões, designadamente no que diz respeito a: Comparticipações às Escolas de Samba, aos Grupos de Folia e às Instituições participantes no Carnaval Infantil; Produção do evento, com a criação de melhores condições para a realização dos desfiles e melhores condições de acolhimento para os públicos; Conceção de um programa abrangente e transversal a várias gerações; Implementação de uma estratégia de comunicação mais eficaz e ampla.

De sublinhar ainda os apoios à **cultura e ao desporto**, não só ao nível associativo como no investimento nestas 2 áreas desenvolvido pela própria autarquia. Neste campo, e no que se refere ao **investimento per capita** em desporto, Estarreja está nos **níveis mais elevados no país** e muito acima dos municípios da Região de Aveiro e da média nacional.

Gráfico nº10 – Evolução das Transferências para as instituições S/ fins Lucrativos (1998-2018)



Salienta-se ainda a realização da 2ª edição do **ESTAU**, festival de Arte Urbana de Estarreja, êxito rotundo (e repetido) na qualidade dos trabalhos apresentados e na participação da nossa comunidade no evento.

Na área da **Juventude**, as políticas são transversais a praticamente todas as áreas de atuação do Município, importando salientar as medidas de apoio mais próximas dos nossos jovens, nomeadamente o reforço das **Bolsas de Estudo** para o **Ensino Superior**, alargando o número de bolseiros e aumentando o valor mensal das bolsas. Por outro lado, o **Orçamento Participativo Jovem** tem permitido aos jovens do concelho apresentarem projetos de âmbito municipal, escolar e social. Já com 5 edições realizadas o impacto destas iniciativas é bastante significativo, principalmente ao nível da comunidade escolar. Já foram atribuídos cerca de 75.000€ em projetos do OPJ. Desde 2015 começamos a aproximar os nossos jovens dos **projetos europeus**. O Município aderiu à Rede Nacional de Lojas Europa Jovem, com a abertura da Loja Europa Jovem Estarreja, que tem permitido estabelecer uma abordagem inovadora sobre informação europeia e acesso a processos de mobilidade dos Jovens na União europeia através da troca de experiências, como sejam a participação no Fórum da Juventude da Madeira e o Encontro Nacional da Juventude em Cascais, no encerramento da Capital Europeia da Juventude.

A execução do eixo **GOVERNANÇA MUNICIPAL** traduz em termos genéricos o cometimento das unidades orgânicas e dos funcionários municipais com a atividade municipal. Aqui se inclui a componente dos encargos com pessoal, a amortização de empréstimos e os custos com as diversas instalações municipais.

Analisando em concreto os dados mais relevantes do exercício económico e financeiro de 2018, importa sublinhar, no que se refere à execução orçamental:

Receitas

- A receita global manteve-se praticamente inalterável face a 2017, atingindo o valor de 22.349.696,16€ , sendo que também as receitas correntes ficaram praticamente inalteráveis (13.809.586,64€) ocorrendo uma diminuição sensível pelo lado das receitas de capital, muito por via da diminuição das transferências de capital (coincidente com a finalização da primeira fase dos investimentos municipais com participação comunitária).
- A taxa de execução global das receitas foi de 95,37%, tendo atingido 98,85% no que se refere às receitas correntes e 77,22% no que respeita às receitas de capital. Nas receitas correntes, realça-se o aumento do valor da receita do IMT em 16,04% e dos passivos financeiros em 85,52% referentes à utilização de 1.400.000,00€ de um empréstimo de médio e longo prazo contraído. Estes valores compensaram a sensível perda de receita da Derrama em 19,10%.

Despesas

- A despesa global aumentou 2% face a 2017 para 17.389.360,75 € sendo que tal decorreu essencialmente do aumento sensível das despesas com pessoal e das transferências de capital.
- A taxa de execução global das despesas foi de 74,20%, tendo atingido 87,08% nas despesas correntes e o valor 59,06% nas despesas de capital.

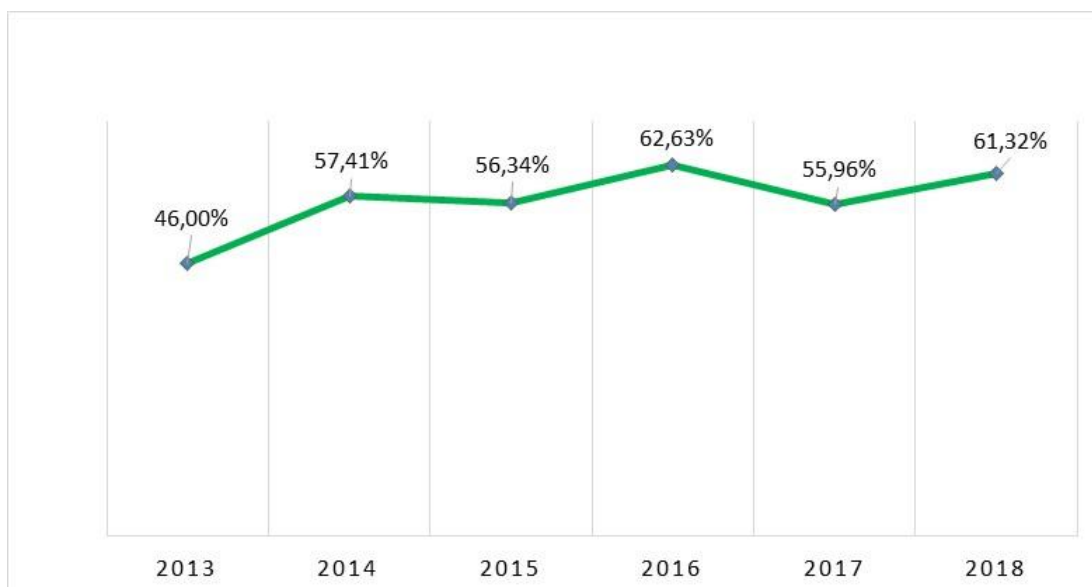
Equilíbrio Orçamental

- A poupança corrente bruta atingiu 2.780.571,62€ e equilíbrio orçamental foi cumprido nas 3 fases do ciclo orçamental (previsão inicial, final e execução), tendo um saldo de equilíbrio de 1.562.892,60€.

Outros indicadores

- O rácio entre a despesa paga vs despesa faturada foi de 99,4%, exatamente o mesmo valor de 2017
- Reduzimos o passivo em 5%
- O investimento global aumentou 7,35% e o investimento direto aumentou 1,68%
- Aumentámos os fundos próprios em 1.361.355,47€
- O ativo bruto aumentou 4 milhões
- Aumentámos o resultado líquido do exercício em 174.387,47€
- Aumentou a despesa com aquisição de bens e serviços em 8,81%
- Atingimos um patamar de estabilidade no que se refere à dependência das transferências do OE, das Receitas dos Impostos e particularmente do IMI
- O grau de independência financeira evoluiu muito favoravelmente e é hoje possível dizer que estamos bem acima da média nacional e da região centro e nos 3 primeiros lugares da CIM Região de Aveiro,

Gráfico nº11



5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise dos documentos de execução orçamental mantem um capítulo próprio, sendo abordados neste capítulo diversos aspetos relacionados com contabilidade orçamental, cuja natureza é a ótica de caixa, que permite o registo de recebimentos e pagamentos com base num orçamento previsional (dotação inicial ou corrigida). É efetuada a análise dos fluxos de caixa e posteriormente, uma análise individual e detalhada das receitas e despesas.

De salientar, que os recebimentos e pagamentos, apresentados no presente capítulo, podem não coincidir com os relativos aos proveitos e custos, especializados por exercício económico, que resultam da contabilidade patrimonial/financeira. A explicação é dada pela abordagem que é feita a cada uma destas óticas contabilísticas, sendo explicada pela amortização de dívida de anos anteriores com impacto nos pagamentos, assim como o princípio do acréscimo utilizado pela contabilidade patrimonial/financeira.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2018 – OM|GOP2018”.

O orçamento das entidades públicas engloba as suas receitas e despesas, e a execução orçamental permite aos órgãos executivo e deliberativo exercer o controlo dos atos de gestão da autarquia.

Através da informação orçamental é possível estabelecer comparações entre a receita arrecadada e a despesa executada, verificar desvios face às previsões e verificar a existência de eventuais saldos orçamentais, o que de certo modo permite avaliar a extensão com que o município cumpre os objetivos financeiros propostos, e promovendo assim a responsabilidade pela prestação de contas.

Numa primeira instância, neste capítulo, procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

A presente análise é efetuada tendo em conta o ano económico 2018, comparando-o com o anterior período homólogo, mas espelha igualmente o comportamento do quadriénio.

5.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2018. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

5.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

De forma a melhor compreender a dinâmica da execução orçamental, nomeadamente no que concerne às suas principais variações ao longo do exercício económico, promove-se de seguida a uma breve comparação entre **orçamento inicial, final e executado** e assim avaliar o rigor, a capacidade de realização das atividades programadas, bem como, a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadado pelo município

A análise realizada no presente ponto, tem por base os mapas de execução orçamental que fazem parte dos Documentos de Prestação de Contas, visando, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, como os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No âmbito desta análise, importa referir que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não a despesa faturada/realizada (traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros).

Quadro nº 14 - Orçamento Inicial versus Final e Execução

Designação	2017	2018
ORÇAMENTO INICIAL	17 000 000,00	18 100 000,00
ORÇAMENTO CORRIGIDO	22 770 670,28	23 435 110,55
RECEITA TOTAL COBRADA	22 369 629,32	22 349 696,16
Grau Execução Receita (%) corrigida	98,24%	95,37%
Grau Execução Receita (%) inicial	131,59%	123,48%
DESPESA TOTAL PAGA	17 034 616,38	17 389 360,75
Grau Execução Despesa (%) corrigida	74,81%	74,20%
Grau Execução Despesa (%) inicial	100,20%	96,07%
RECEITA TOTAL /DESPESA TOTAL	131,32%	128,53%

Os documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 18.100.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2018 apresentaram um acréscimo de 1.100.000,00€. No que diz respeito às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2018, estas apresentam um aumento de 664.440,27€ face às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2017, sendo que a previsão final de 2017 era de 22.770.670,28€ e a previsão corrigida de 2018 de 23.435.110,55€.

O orçamento inicialmente aprovado para 2018 totalizava 18.100.000,00€, tendo sido realizadas no decurso do exercício **13 modificações**, que, no seu conjunto, determinaram um aumento da dotação global do orçamento em +5.335.110,55€ (29,48%), sendo que no final do exercício a dotação dos documentos previsionais de 2018 totalizava 23.435.110,55€.

Em termos de taxas de execução constata-se que a taxa de execução orçamental de 2018 ao nível da **receita** atingiu valores superiores a 95%, sendo que o grau de execução da receita face ao orçamento corrigido atingiu em 2018 os **95,37%** e face ao orçamento inicial os 123,48%.

Do lado da **despesa paga**, a taxa de execução em 2018 face ao orçamento corrigido atingiu os **74,20%** e face ao orçamento inicial os 96,07%

Como se pode constatar, as receitas totais do município no ano em análise, cobriram as despesas totais (taxa de cobertura de 128,53%) demonstrando um bom desempenho da autarquia.

► Modificações ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, reforçando e ou reduzindo a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Durante o exercício de 2018 os documentos previsionais sofreram ajustamentos por via das 13 (treze) modificações ao orçamento, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere:

Quadro nº 15 _Modificações GOP's e Orçamento 2018

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Receita	0	1
Orçamento da Despesa	12	1
Plano Plurianual de Investimentos	12	1
Plano de Atividades Municipais	12	1

As modificações operadas no Orçamento verificaram-se tanto ao nível da receita como da despesa.

Avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2018, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas segundo os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica.

Em matéria de Orçamento da Receita foi formalizada uma revisão, que implicou um aumento da dotação global do orçamento de 5.335.110,55€, tendo reflexos no aumento da dotação do agrupamento “Outras receitas” com a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no referido valor.

Quadro nº 16 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –RECEITA

(unidade monetária:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	13 970 000,00	77,18%	0,00	0,00	13 970 000,00	59,61%	0,00	0,00%
Impostos Directos	4 436 000,00	24,51%	0,00	0,00	4 436 000,00	18,93%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	586 394,00	3,24%	0,00	0,00	586 394,00	2,50%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	159 800,00	0,88%	0,00	0,00	159 800,00	0,68%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	607 000,00	3,35%	0,00	0,00	607 000,00	2,59%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	6 715 356,00	37,10%	0,00	0,00	6 715 356,00	28,66%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 291 650,00	7,14%	0,00	0,00	1 291 650,00	5,51%	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	173 800,00	0,96%	0,00	0,00	173 800,00	0,74%	0,00	0,00%
		0,00%						
Receitas de Capital	4 127 500,00	22,80%	0,00	0,00	4 127 500,00	17,61%	0,00	0,00%
Venda de Bens de Investimento	1 066 000,00	5,89%	0,00	0,00	1 066 000,00	4,55%	0,00	0,00%
Transferências de Capital	1 514 500,00	8,37%	0,00	0,00	1 514 500,00	6,46%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1 500 000,00	8,29%	0,00	0,00	1 500 000,00	6,40%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	47 000,00	0,26%	0,00	0,00	47 000,00	0,20%	0,00	0,00%
Outras Receitas	2 500,00	0,01%	5 335 110,55	0,00	5 337 610,55	22,78%	5 335 110,55	213404,42%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2 500,00	0,01%	0,00	0,00	2 500,00	0,01%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior		0,00%	5 335 110,55	0,00	5 335 110,55	22,77%	5 335 110,55	n.a
Total da Despesa	18 100 000,00	100,00%	5 335 110,55	0,00	23 435 110,55	100,00%	5 335 110,55	29,48%

Quadro nº 17 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –DESPESA

(unidade monetária:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	11 633 982,00	64,28%	1 941 167,00	909 667,00	12 665 482,00	54,04%	1 031 500,00	8,87%
Despesas com Pessoal	4 774 300,00	26,38%	180 750,00	295 100,00	4 659 950,00	19,88%	-114 350,00	-2,40%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5 524 030,00	30,52%	1 330 662,00	493 567,00	6 361 125,00	27,14%	837 095,00	15,15%
Juros e Outros Encargos	66 822,00	0,37%	0,00	0,00	66 822,00	0,29%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	1 109 130,00	6,13%	371 780,00	120 800,00	1 360 110,00	5,80%	250 980,00	22,63%
Outras Despesas Correntes	159 700,00	0,88%	57 975,00	200,00	217 475,00	0,93%	57 775,00	36,18%
Despesas de Capital	6 466 018,00	35,72%	6 134 410,55	1 830 800,00	10 769 628,55	45,96%	4 303 610,55	66,56%
Aquisição de Bens de Investimento	4 765 685,00	26,33%	3 671 100,00	1 305 000,00	7 131 785,00	30,43%	2 366 100,00	49,65%
Transferências de Capital	528 470,00	2,92%	2 463 310,55	498 300,00	2 493 480,55	10,64%	1 965 010,55	371,83%
Activos Financeiros	108 583,00	0,60%	0,00	27 500,00	81 083,00	0,35%	-27 500,00	-25,33%
Passivos Financeiros	1 057 280,00	5,84%	0,00	0,00	1 057 280,00	4,51%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	0,03%	0,00	0,00	6 000,00	0,03%	0,00	0,00%
Total da Despesa	18 100 000,00	100,00%	8 075 577,55	2 740 467,00	23 435 110,55	100,00%	5 335 110,55	29,48%

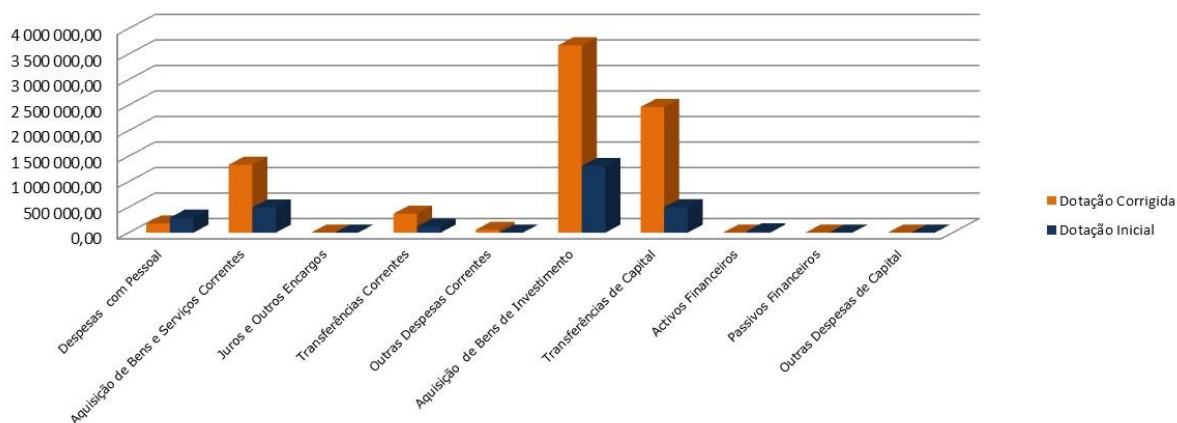
Sobressai da apreciação geral do quadro supra reforços no valor global de 8.075.577,55€, fruto das 13 (treze) modificações realizadas ao orçamento da despesa, traduzidos da seguinte forma:

- ↳ 5.335.110,55€ que determinaram um aumento nas dotações iniciais que tiveram como contrapartida o aumento nas dotações iniciais no orçamento da receita.
- ↳ 2.740.467,00 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Como se pode observar, as variações líquidas mais significativas ocorreram nas rubricas “Aquisição de Bens de Investimento “ (2.366.100,00€ - ↑49,65%); “Aquisição de Bens e Serviços Correntes” (837.095,00€ - ↑15,15%); e “Transferências de Capital” (1.965.010,55€ - ↑371,83%).

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

No gráfico apresentado de seguida, temos a visualização dos agregados económicos que sofreram ajustamentos de dotação orçamental ao longo do exercício económico de 2018.

Gráfico nº 12 – Modificações Orçamentais à Despesa


Numa análise global dos ajustamentos operados no orçamento 2018, temos que em matéria de natureza **corrente**:

- ✦ Nas receitas correntes, a previsão final situou-se nos 13.970.000,00€ sem qualquer variação face ao valor inicialmente previsto.
- ✦ As despesas correntes com uma previsão inicial de 11.633.982,00€, comportaram uma variação positiva de (+) 1.031.500,00 € que determinou uma dotação final de 12.665.482,00€.

Quanto às rubricas de natureza de **capital**:

- ✦ As receitas de capital, inicialmente dotadas com 4.127.500,00€, finalizaram com a mesma dotação.
- ✦ O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 6.466.018,00€, tendo sido aumentado em (+) 4.303.610,55€, o que o posicionou no final em 10.769.628,55€.

Do exposto resulta que do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de caráter corrente.

➤ Resumo da Execução Orçamental 2018

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao **princípio do equilíbrio orçamental**, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2018**, 5.335.110,55€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2018.

Quadro nº 18 - Resumo de Execução Orçamental 2018

(unidade monetária: Euros)

Capítulos	Previsão		Desvio (b) - (a)	Execução		Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (d)	Desvio (d)-(b)	Exec % (d)/(a)	Exec % (d)/(b)
Receitas							
Receitas Correntes	13 970 000,00	13 970 000,00	0,00	13 809 586,64	-160 413,36	98,85%	98,85%
Receitas de Capital	4 127 500,00	4 127 500,00	0,00	3 187 120,05	-940 379,95	77,22%	77,22%
Outras Receitas	2 500,00	2 500,00	0,00	17 878,92	15 378,92	715,16%	715,16%
Total.....	18 100 000,00	18 100 000,00	0,00	17 014 585,61	-1 085 414,39	94,00%	94,00%
Saldo da Gerência Anterior		5 335 110,55		5 335 110,55	0,00		100,00%
Total.....	18 100 000,00	23 435 110,55	5 335 110,55	22 349 696,16	-1 085 414,39	123,48%	95,37%
Despesas							
Despesas Correntes	11 633 982,00	12 665 482,00	1 031 500,00	11 029 015,02	-1 636 466,98	94,80%	87,08%
Despesas de Capital	6 466 018,00	10 769 628,55	4 303 610,55	6 360 345,73	-4 409 282,82	98,37%	59,06%
Total.....	18 100 000,00	23 435 110,55	5 335 110,55	17 389 360,75	-6 045 749,80	96,07%	74,20%

Em matéria de execução orçamental e atendendo aos dados do quadro supra, regista-se que:

- O montante da **receita arrecadada em 2018** (não considerando o saldo de gerência anterior) ascendeu a 17.014.585,61€, refletindo uma taxa de execução de 94%;
- A taxa de execução das **receitas correntes**, manteve-se em níveis elevados, 98,85%, o que significa que para uma previsão final de 13.970.000,00€ se atingiu uma execução de 13.809.586,64€ originando um desvio negativo de (-) 160.413,36 €, sobretudo devido à influência da rubrica de Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes;

- No que respeita às **receitas de capital**, estas ficaram abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 4.127.500,00€ se atingiu uma execução de 3.187.120,05€, representando um desvio negativo de (-) 940.379,95€, correspondendo uma taxa de execução de 77,22%.
- No grupo das **despesas**, a taxa de execução atingiu 74,20%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 87,08%, com um valor de despesa paga de 11.029.015,02€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 6.360.345,73€, representando uma taxa de execução 59,06% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Face a tais desvios, o Município arrecadou **receitas totais** (*incluindo o saldo de gerência transitado*) no montante de **22.349.696,16€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 95,37% (em 2017 foi de 98,24%), e um nível de **despesa total** paga de **17.389.360,75€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 74,20% (em 2017 foi de 74,81%), um saldo a transitar para a gerência de 2019 totaliza **4.960.335,41€**.

➤ Evolução da Execução Orçamental (quadriénio 2015 - 2018)

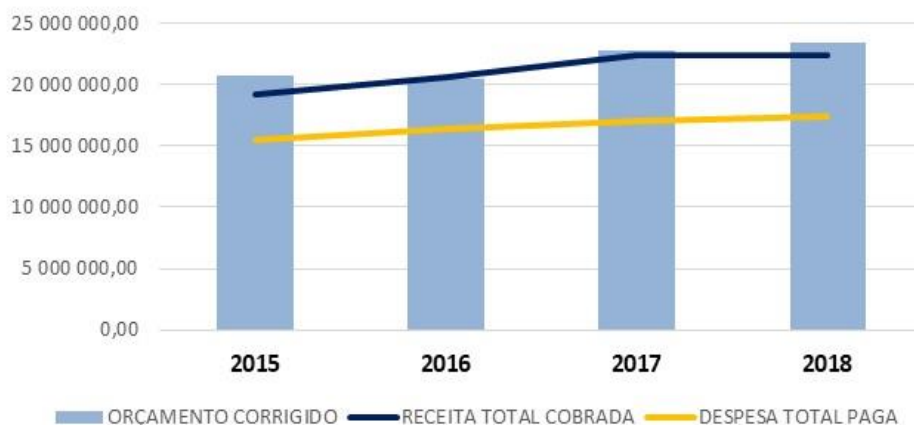
Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, procede-se, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas no quadriénio 2015-2018.

No quadro e gráfico apresentado em infra, constata-se que as receitas totais arrecadadas pelo Município de Estarreja, no quadriénio 2015-2018, têm superado as despesas totais, demonstrando um bom desempenho financeiro, tendo a taxa de cobertura de Receita Total/Despesa Total atingido os 128,53%.

Durante o quadriénio em análise temos que o orçamento corrigido tem apresentado acréscimos sucessivos ao longo dos anos, registando-se a mesma tendência ao nível da execução das despesas totais, sendo que ao nível da execução da receita a mesma tem conhecido aumentos de 2015 a 2017, assistindo a um pequeno decréscimo de 2017 para 2018.

Quadro nº 19 - Evolução da Execução Orçamental 2015 a 2018

Designação	2015	2016	2017	2018
ORÇAMENTO CORRIGIDO	20 686 768,75	20 507 642,73	22 770 670,28	23 435 110,55
RECEITA TOTAL COBRADA	19 143 855,95	20 636 235,62	22 369 726,93	22 349 696,16
Grau Execução Receita (%) corrigida	92,54%	100,63%	98,24%	95,37%
DESPESA TOTAL PAGA	15 532 333,33	16 371 965,42	17 034 616,38	17 389 360,75
Grau Execução Despesa (%) corrigida	75,08%	79,83%	74,81%	74,20%
RECEITA TOTAL /DESPESA TOTAL	123,25%	126,05%	131,32%	128,53%

Gráfico nº 13 - Evolução da Execução Orçamental 2015 a 2018


Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a DGAL alerta e informa, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, na primeira reunião ou sessão seguinte, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º. no caso de o município registar **durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 %**. Trata-se de uma medida de alerta precoce de desvios.

No quadro e gráfico apresentado em supra, constata-se que o Município de Estarreja tem no quadriénio 2015-2018, mantido taxas de execução da receita superiores a 85%, cumprindo e superando a exigência legal imposta no n.º 3 do artigo 6.º do RFALEI (Lei nº73/2013, de 3 de setembro),

A taxa de **execução da receita do exercício 2018 foi de 95,37% (98,24% em 2017)**, superando em 10,37% limite imposto pelo articulado acima referenciado.

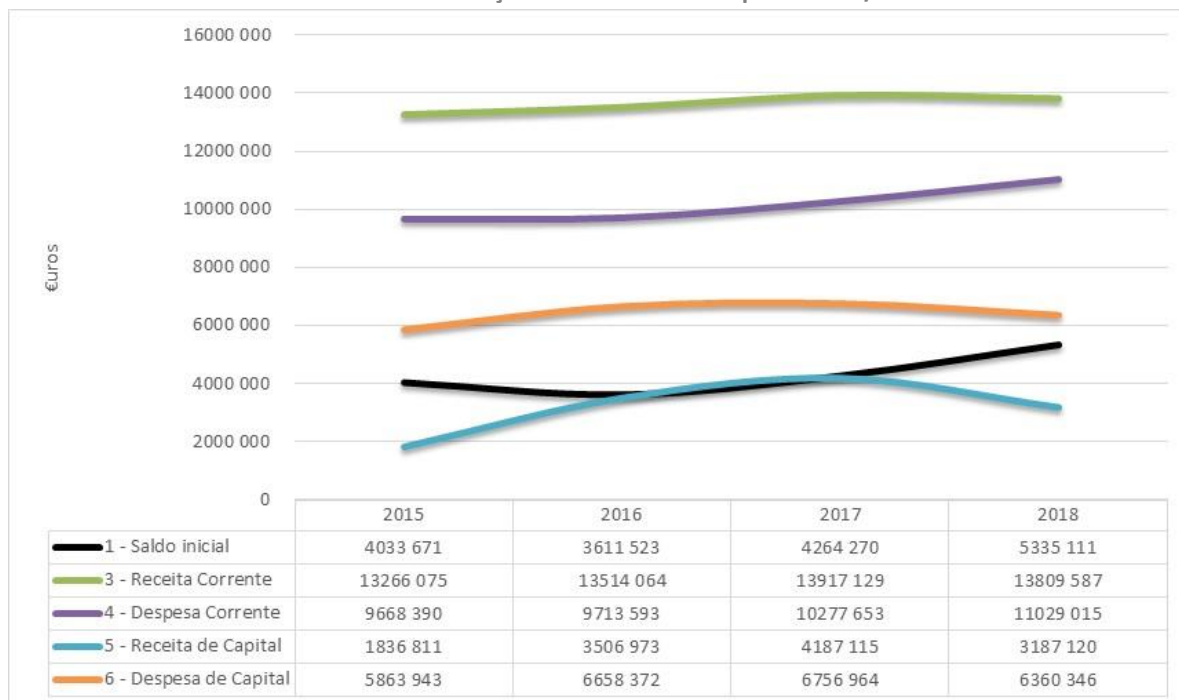
No quadriénio de 2015/2018, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa nos quadros e gráfico seguintes.:

Quadro nº 20 - Evolução da Execução Orçamental 2015 a 2018 - RECEITA

	ORÇAMENTO/PREVISÃO (corrigido)				EXECUÇÃO							
	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	OUTRAS	TOTAL	% Exec	CORRENTE	% Exec	CAPITAL	% Exec	OUTRAS	% Exec
2015	20 686 768,75	13 326 278,00	3 276 820,07	4 083 670,68	19 143 855,95	92,54%	13 266 075,04	99,55%	1 836 810,83	56,05%	4 040 970,08	98,95%
2016	20 507 642,23	13 477 453,00	3 356 666,61	3 673 522,62	20 636 235,62	100,63%	13 514 064,05	100,27%	3 506 973,33	104,48%	3 615 198,24	98,41%
2017	22 770 670,28	13 698 351,00	4 778 049,08	4 294 270,20	22 369 726,93	98,24%	13 917 129,22	101,60%	4 187 115,41	87,63%	4 265 482,30	99,33%
2018	23 435 110,55	13 970 000,00	4 127 500,00	5 337 610,55	22 349 696,16	95,37%	13 809 586,64	98,85%	3 187 120,05	77,22%	5 352 989,47	100,29%
Variação	Valor				- 20 030,77		- 107 542,58		- 999 995,36		1 087 507,17	
2017/2018	Taxa Cresc				-0,09%		-0,77%		-23,88%		25,50%	

Quadro nº 21 - Evolução da Execução Orçamental 2015 a 2018 - DESPESA

	DESPESA									
	ORÇAMENTO/			EXECUÇÃO						
	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	% Exec	CORRENTE	% Exec	CAPITAL	% Exec	
2015	20 686 768,75	11 408 134,46	9 278 634,29	15 532 333,33	75,08%	9 668 389,87	84,75%	5 863 943,46	63,20%	
2016	20 507 642,23	11 265 882,00	9 241 760,23	16 371 965,42	79,83%	9 713 593,22	86,22%	6 658 372,20	72,05%	
2017	22 770 670,28	11 979 918,61	10 790 751,67	17 034 616,38	74,81%	10 277 652,73	85,79%	6 756 963,65	62,62%	
2018	23 435 110,55	12 665 482,00	10 769 628,55	17 389 360,75	74,20%	11 029 015,02	87,08%	6 360 345,73	59,06%	
Variação	Valor			354 744,37		751 362,29		- 396 617,92		
2017/2018	Taxa Cresc			2,08%		7,31%		-5,87%		

Gráfico nº 14 - Variação das Receitas e Despesas 2015/2018


Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das **receitas totais**, que registaram um decréscimo em termos absolutos de (-) 20.030,77€, a que corresponde uma taxa de crescimento negativa de 0,09%.

No que respeita às **despesas totais pagas** do Município observa-se, no ano em análise, um acréscimo no valor de (+) 354.744,37€, que representa uma taxa de crescimento de 2,08%, face ao ano anterior.

Dos quadros acima apresentados, verifica-se que relativamente ao ano de 2017, as arrecadações de Receitas Correntes diminuíram 0,77% (-107.542,58€), tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 23,88% (-999.995,36€).

As Outras Receitas, onde se encaixa a contabilização do saldo de gerência transitado de gerência anterior, registaram um acréscimo de (+) 25,50%.

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 7,31% (+ 751.362,29€) e as Despesas de Capital uma diminuição de 5,87% (-396.617,92€).

O município tem conseguido suportar as despesas correntes, com as suas receitas correntes. No ano em análise essa cobertura foi de 125,21%, isto é, gerou uma **poupança corrente de 25,21%**.

Quadro nº 22

	2015	2016	2017	2018
RECEITA CORRENTE /DESPESA CORRENTE	137,21%	139,13%	135,41%	125,21%
Poupança Corrente	3 597 685,17	3 800 470,83	3 639 476,49	2 780 571,62

Face ao exposto e como podemos verificar nos mapas infra, o saldo entre a receita corrente cobrada (13.809.586,64€) e a despesa corrente paga (11.029.015,02) traduz-se num total positivo de 2.780.571,62€.

5.1.2. Relação Entre Receita e Despesa

► Saldos Orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2015 a 2018.

Quadro nº 23 - Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais (unidade monetária : €uros)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA)	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS					
Receitas Correntes	12 741 855,63	13 266 075,04	13 514 064,05	13 917 129,22	13 809 586,64
Receitas de Capital	1 240 513,76	1 836 810,83	3 506 973,33	4 187 115,41	3 187 120,05
Reposições Abatidas nos Pagamentos	13 170,20	7 299,40	3 675,62	1 212,10	17 878,92
Saldo da Gerência Anterior	3 414 481,24	4 033 670,68	3 611 522,62	4 264 270,20	5 335 110,55
Total Recebimentos (Ano)	13 995 539,59	15 110 185,27	17 024 713,00	18 105 456,73	17 014 585,61
Total Recebimentos	17 410 020,83	19 143 855,95	20 636 235,62	22 369 726,93	22 349 696,16
DESPESAS					
Despesas Correntes	8 820 699,93	9 668 389,87	9 713 593,22	10 277 652,73	11 029 015,02
Despesas de Capital	4 555 650,22	5 863 943,46	6 658 372,20	6 756 963,65	6 360 345,73
Total Pagamentos	13 376 350,15	15 532 333,33	16 371 965,42	17 034 616,38	17 389 360,75
SALDOS ORÇAMENTAIS					
Saldo Corrente (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	3 921 155,70	3 597 685,17	3 800 470,83	3 639 476,49	2 780 571,62
Saldo de Capital (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	(3 315 136,46)	(4 027 132,63)	(3 151 398,87)	(2 569 848,24)	(3 173 225,68)
Saldo do Exercício (Saldo Corrente+Saldo de Capital+Reposições não Abatidas nos Pag.tos)	619 189,44	(422 148,06)	652 747,58	1 070 840,35	(374 775,14)
Encargos Não Pagos*	239 774,08	48 272,59	125 720,78	90 740,59	90 740,59
Encargos transitados de anos anteriores	301 910,93	239 774,08	48 272,59	125 720,78	118 171,51
Saldo Real do Exercício (Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	681 326,29	(230 646,57)	575 299,39	1 105 820,54	(347 344,22)
Saldo Orçamental da Gerência (Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior +Saldo do Exercício)	4 033 670,68	3 611 522,62	4 264 270,20	5 335 110,55	4 960 335,41

* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro supra, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos sendo que o saldo da gerência 2018, o qual transita para o exercício seguinte (ano 2019) totaliza um global de 4.960.335,41€, significando, um decréscimo de poupança em relação ao saldo de gerência de 2017 no valor de 374.775,14€ (-7,02%).

De referir, que o Saldo do Exercício (receitas expurgadas dos efeitos do saldo de gerência transitado do exercício anterior) regista um valor negativo, (-) 374.775,14€ significando que os valores das receitas arrecadadas no próprio ano são inferiores às despesas pagas no ano.

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi negativo no ano 2018, no valor de (-) 347.344,22€.

► Equilíbrio Orçamental

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

De referir, que o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

As condições impostas legalmente, funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro nº 24

PRINCIPIO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Lei das Finanças Locais n.º 73/2013, artigo 40º				
Receita Corrente Bruta ≥ Despesa Corrente + amortização média de empréstimos M/L				
		Previsto Inicial	Previsto Final	Execução Orçamental
(1)	Receita Corrente	13 970 000,00	13 970 000,00	13 809 586,64
(2)	Despesa Corrente	11 633 982,00	12 665 482,00	11 029 015,02
(3)=(1)-(2) Poupança Corrente		2 336 018,00	1 304 518,00	2 780 571,62
(4)	Amortização média de empréstimos <small>(na avaliação mensal do indicador, as amortizações)</small>	1 217 678,96	1 217 678,96	1 217 678,96
(5)=(3)-(4) Saldo no Equilíbrio anual		1 118 339,04	86 839,04	1 562 892,66
Controlo do Objetivo		Cumprido	Cumprido	Cumprido

Conclui-se da análise do quadro supra que o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 1.562.892,66€ para financiamento de investimento.

5.1.3. Movimentos de Tesouraria

Na sequência de recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

➤ **Fluxos de Caixa**

O **mapa de fluxos de caixa** efetua uma discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital e assim como das operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria (incluindo cauções em dinheiro) são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuem para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro infra apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2018.

Quadro nº 25 – Mapa Fluxos de Caixa - RESUMO

(unidade monetária : €uros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		6 111 314,41	DESPESAS ORÇAMENTAIS		17 389 360,75
Da Conta de Execução Orçamental	5 335 110,55		Correntes	11 029 015,02	
Da Conta de Operações Tesouraria	776 203,86		Capital	6 360 345,73	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		17 014 585,61	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		1 118 889,64
Correntes	13 809 586,64				
Capital	3 187 120,05		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		5 701 391,54
Outras	17 878,92		Da Conta Execução Orçamental	4 960 335,41	
OPERACÕES DE TESOURARIA		1 083 741,91	Da Conta Oper. Tesouraria	741 056,13	
TOTAL		24 209 641,93	TOTAL		24 209 641,93

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2018 pode-se concluir que:

- ♦ as entradas de fundos ascenderam a 18.098.327,52€, sendo 17.014.585,61€ provenientes de receitas orçamentais e 1.083.741,91€ a operações de tesouraria (dotações não orçamentais).
- ♦ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 18.508.250,39€, dos quais 17.389.360,75€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 1.118.889,64€ procedentes de operações de tesouraria.
- ♦ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2018, um total de 5.701.391,54€, sendo 4.960.335,41 € decorrentes da execução orçamental, 741.056,13€ de operações de tesouraria.

Quadro nº 26 - Resumo Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

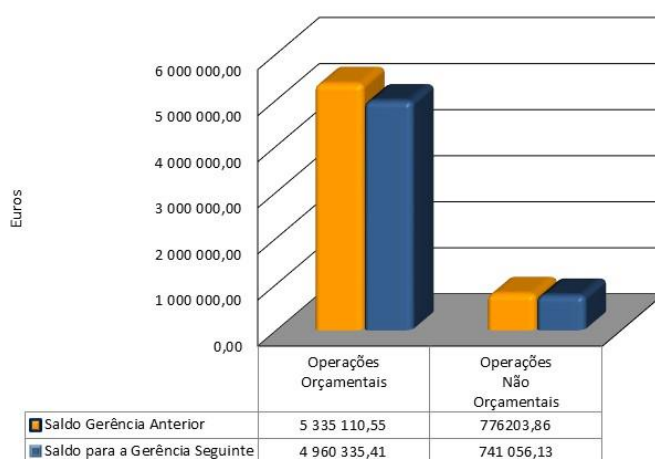
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo Transitado de 2017	5 335 110,55	776 203,86	6 111 314,41
(2) Receitas Arrecadadas	17 014 585,61	1 083 741,91	18 098 327,52
(3) Despesas Pagas	17 389 360,75	1 118 889,64	18 508 250,39
Saldo Transitar para 2018 (1)+(2)-(3)	4 960 335,41	741 056,13	5 701 391,54

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2018 verifica-se que a receita global cobrada foi inferior à despesa global paga em -409.922,87€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 6.111.314,41€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 5.701.391,54€.

Conclui-se, pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2018 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 5.701.391,54€, dos quais 4.960.335,41€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 741.056,13€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de 4.960.335,41€ corresponde a 29,15% da receita orçamental total.

Gráficos nº 15 – Comparação entre o saldo da Gerência Anterior e o Saldo de Gerência seguinte no Resumo de Fluxos de Caixa


► Evolução dos Fluxos Monetários de operações orçamentais

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

A Evolução dos Fluxos Financeiro do último quadriénio evidencia significativas poupanças corrente brutas que rondam os 3M€ e os 5M€, que resultam de anos seguidos com receitas correntes cobradas acima das despesas correntes pagas, destacando-se no presente exercício económico o expressivo acréscimo registado nesta componente.

Quadro nº 27 – Evolução dos Fluxos Financeiros
(unidade monetária : €uros)

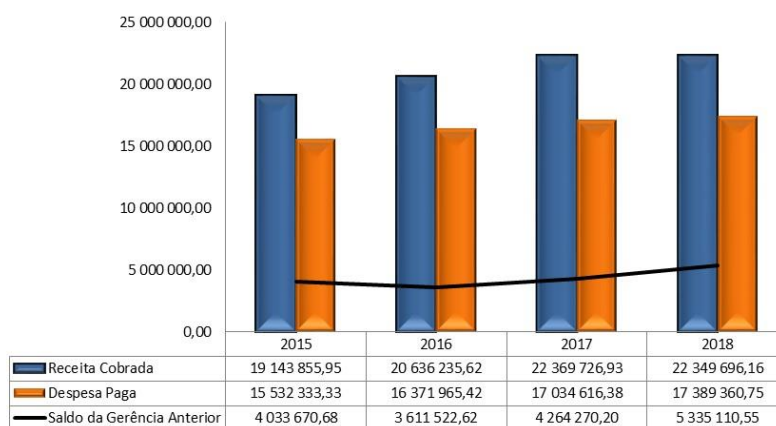
	2015			2016			2017			2018		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	4 033 670,68		4 033 670,68	3 611 522,62		3 611 522,62	4 264 270,20		4 264 270,20	5 335 110,55		5 335 110,55
Corrente	13 266 075,04	9 668 389,87	3 597 685,17	13 514 064,05	9 713 593,22	3 800 470,83	13 917 129,22	10 277 652,73	3 639 476,49	13 809 586,64	11 029 015,02	2 780 571,62
Capital	1 836 810,83	5 863 943,46	-4 027 132,63	3 506 973,33	6 658 372,20	-3 151 398,87	4 187 115,41	6 756 963,65	-2 569 848,24	3 187 120,05	6 360 345,73	-3 173 225,68
Outras	7 299,40		7 299,40	3 675,62		3 675,62	1 212,10		1 212,10	17 878,92		17 878,92
TOTAL	19 143 855,95	15 532 333,33	3 611 522,62	20 636 235,62	16 371 965,42	4 264 270,20	22 369 726,93	17 034 616,38	5 335 110,55	22 349 696,16	17 389 360,75	4 960 335,41

Em 2018, a receita corrente cobrada ascendeu a 13.809.586,64€ e a despesa paga situou-se nos 11.029.015,02€, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 2.780.571,62€, que sustentou não só *deficit* alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada é inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento. Comportamento inverso é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Relativamente à componente de capital, observa-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, motivando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e pelo saldo da gerência anterior. No exercício de 2018, importa realçar que o saldo negativo de capital foi totalmente absorvido pela poupança corrente

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 22.349.696,16€ e a despesa total paga 17.389.360,75€ gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 4.960.335,41€, inferior ao transitado da gerência de 2017, em cerca de 7,02%, que representa em termos absolutos um decréscimo de 374.775,14€.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 16 - Evolução dos Fluxos Financeiros


➤ **Evolução dos Fluxos Monetários de operações Não Orçamentais**

No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para entidades terceiras (ex: ADSE, CGA, IGFSS, AT,

Sindicatos, ATAM, ATAL, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e outros) ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Da análise dos dados do quadro apresentado abaixo, verifica-se que no exercício de 2018 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 1.083.741,91€, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 1.118.889,64€. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Quadro nº 28 – Mapa de Operações de Tesouraria (Dotações Não Orçamentais) –RESUMO

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		32 123,56	0,00	0,00		32 123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32 123,56	0,00	0,00		32 123,56
21.7.1 Cauções de água		31 664,41	0,00	0,00		31 664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		59 607,39	874 359,08	882 670,83		67 919,14
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		30 428,85	428 398,58	439 841,23		41 871,50
24.2.1 Trabalho dependente		28 573,00	396 310,00	403 826,00		36 089,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		1 855,85	32 088,58	36 015,23		5 782,50
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		0,00	0,00	0,00		0,00
24.4 Restantes impostos		6,61	639,17	632,56		0,00
24.4.1 Imposto de selo		6,61	639,17	632,56		0,00
24.5 Contribuições para a Segurança Social		26 172,00	424 635,63	423 753,12		25 289,49
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		18 999,45	258 989,27	260 247,92		20 258,10
24.5.2 Segurança Social		7 170,05	69 652,74	67 514,08		5 031,39
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		2,50	95 993,62	95 991,12		0,00
24.6 Participação de EOEP em multas e Coimas		0,00	0,00	0,00		0,00
24.6.1 Participação em Multas e Coimas - GNR Avança		0,00	0,00	0,00		0,00
24.9 Outras Contribuições		2 999,93	20 685,70	18 443,92		758,15
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	0,00	0,00		0,00
24.9.9 Outras		2 999,93	20 685,70	18 443,92		758,15
26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES		684 472,91	244 530,56	201 071,08		641 013,43
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27 373,29	0,00	0,00		27 373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27 373,29	0,00	0,00		27 373,29
26.2 Pessoal		20 785,93	122,00	1 214,29		21 878,22
26.2.9 Outras operações com o pessoal		20 785,93	122,00	1 214,29		21 878,22
26.3 Sindicatos		0,00	5 478,26	5 977,66		499,40
26.8 Devedores e Credores diversos		636 313,69	238 930,30	193 879,13		591 262,52
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		636 313,69	238 930,30	193 879,13		591 262,52
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		776 203,86	1 118 889,64	1 083 741,91		741 056,13

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

O quadro apresentado infra reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 29 – Resumo das Contas de Ordem

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
Descrição	Valores		Descrição	Valores	
Saldo da Gerência Anterior		2 057 072,49	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		384 073,61
Garantias e cauções	1 840 962,06		Receita Virtual Cobrada	11 563,78	
Recibos para cobrança	216 110,43		Receita Virtual Anulada	10 367,96	21 931,74
Garantias e Cauções Prestadas		141 161,73			
Receita Virtual Liquidada		1 309,05	Saldo para a Gerência Seguinte		1 793 537,92
			Garantias e Cauções	1 598 050,18	
			Recibos para cobrança	195 487,74	
TOTAL		2 199 543,27	TOTAL		2 199 543,27
		=====			=====

No início do ano de 2018, a autarquia detinha o valor de 216.110,43€ respeitante a recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 1.309,05€. No entanto, 11.563,78€ foram transformados em receita efetiva e foram anulados 10.367,96€, pelo que transitam para 2019 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 195.487,74€.

Por outro lado, para 2019 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 1.598.050,18€ resultante de um saldo inicial de 1.840.962,06€, a que deduziram da libertação de cauções em 384.073,61€, tendo sido prestadas no ano 2018, 141.161,73€ de cauções.

5.2. ANÁLISE DA RECEITA.

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em **Receitas Correntes**, **Receitas de Capital** e **Outras Receitas** (no qual se incluem as Reposições não abatidas aos pagamentos e o Saldo da Gerência anterior), em obediência ao disposto no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro e ao classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A componente do orçamento “**reposições não abatidas nos pagamentos**” (**RNAP**), abrange receitas resultantes de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores ou no próprio ano. Este tipo de reposições, implicam a correção das dotações de despesa utilizadas e dos respetivos saldos disponíveis, não sendo consideradas, portanto, receita orçamental.

A classificação económica das **receitas**, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

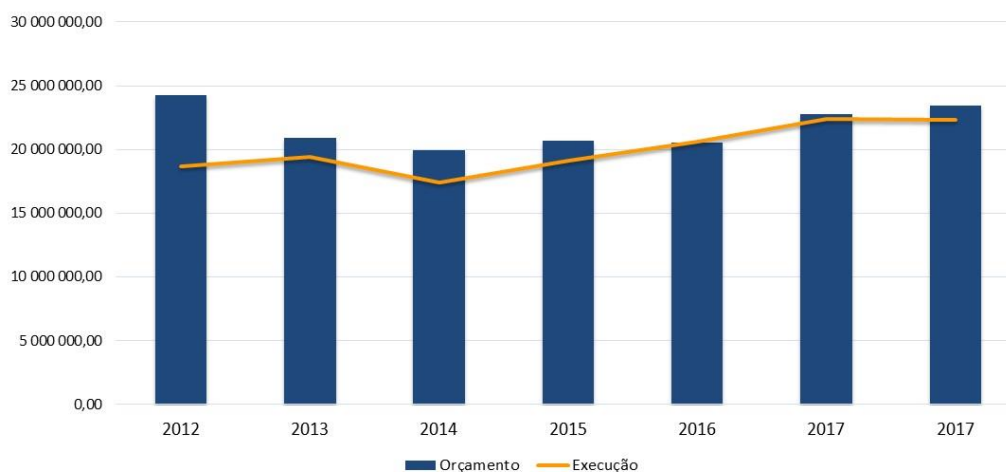
5.2.1. Execução, Evolução e Estrutura da Receita Total

A análise da execução do orçamento da receita (valores corrigidos/finais) de 2018, revela uma performance que permite manter o Município fora do procedimento de alerta precoce de desvios⁵, dado que em termos da receita, a taxa de execução da receita atingiu os 95,37%, e desde 2013 o grau de execução da receita tem superado a fasquia dos 90%.

Quadro nº 30 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução (unidade monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento	24 263 263,86	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 672,23	22 770 670,28	23 435 110,55
Execução	18 668 190,12	19 436 603,69	17 410 020,83	19 143 855,95	20 636 235,62	22 369 726,93	22 349 696,16
%	76,94%	92,91%	87,34%	92,54%	100,63%	98,24%	95,37%

Gráfico nº 17– Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução



⁵ Artigo 56º da Lei nº73/2013, 03/09

Relativamente ao comportamento da receita arrecadada no exercício económico de 2018, temos que montante de **Receita Total** efetivamente arrecadada, ascendeu a **22.349.696,16€**, correspondendo o montante de 13.809.586,64€, a receita corrente e o montante de 3.187.120,05€, a receita de capital. As reposições não abatidas aos pagamentos apresentam uma execução de 17.878,92€.

Quadro nº31- Execução das Receitas 2018

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Cobrada (execução)	Desvio	Exec %	Peso %
Receitas Correntes	13 970 000,00	13 970 000,00	13 809 586,64	-160 413,36	98,85%	61,79%
Impostos Directos	4 436 000,00	4 436 000,00	4 600 128,51	164 128,51	103,70%	20,58%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 417 000,00	2 417 000,00	2 691 894,43	274 894,43	111,37%	12,04%
Imposto Único de Circulação	572 000,00	572 000,00	629 486,08	57 486,08	110,05%	2,82%
Imposto municipal s/ transmissões one	486 000,00	486 000,00	476 664,05	-9 335,95	98,08%	2,13%
Derrama	960 000,00	960 000,00	802 083,95	-157 916,05	83,55%	3,59%
Impostos abolidos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	586 394,00	586 394,00	543 490,56	-42 903,44	92,68%	2,43%
Taxas, Multas e Outras Penal.	159 800,00	159 800,00	134 473,83	-25 326,17	84,15%	0,60%
Rendimentos de Propriedade	607 000,00	607 000,00	573 176,78	-33 823,22	94,43%	2,56%
Transferências Correntes	6 715 356,00	6 715 356,00	6 560 110,93	-155 245,07	97,69%	29,35%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 291 650,00	1 291 650,00	1 271 855,59	-19 794,41	98,47%	5,69%
Outras Receitas Correntes	173 800,00	173 800,00	126 350,44	-47 449,56	72,70%	0,57%
Receitas de Capital	4 127 500,00	4 127 500,00	3 187 120,05	-940 379,95	77,22%	14,26%
Venda de Bens de Investimento	1 066 000,00	1 066 000,00	1 085 845,14	19 845,14	101,86%	4,86%
Transferências de Capital	1 514 500,00	1 514 500,00	684 527,32	-829 972,68	45,20%	3,06%
Passivos Financeiros	1 500 000,00	1 500 000,00	1 400 000,00	-100 000,00	93,33%	6,26%
Outras Receitas de Capital	47 000,00	47 000,00	16 747,59	-30 252,41	35,63%	0,07%
Outras Receitas	2 500,00	2 500,00	17 878,92	15 378,92	715,16%	0,08%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2 500,00	2 500,00	17 878,92	15 378,92	715,16%	0,08%
Saldo da Gerência Anterior		5 335 110,55	5 335 110,55	0,00	100,00%	23,87%
Na Posse do Serviço.		5 335 110,55	5 335 110,55	0,00	100,00%	23,87%
Total da receita	18 100 000,00	23 435 110,55	22 349 696,16	-1 085 414,39	95,37%	100,00%

O quadro supra relaciona a receita efetivamente arrecada com a previsão inicial e corrigida.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que o valor da totalidade das receitas efetivamente cobradas, é praticamente idêntico ao valor das orçadas, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 98,85%, apresentando um desvio negativo de (-)160.413,36 face ao orçado.

Constata-se que as rubricas da **receita corrente** têm um elevado nível de execução, sendo que suas as diferentes componentes registaram graus de execução superiores a 90%, exceto as Taxas, Multas e Outras Penalidades e as Outras Receitas Correntes.

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em 940.379,95€, correspondendo a uma taxa de execução de 77,22%.

Ao nível das receitas de capital e com maior relevância destacam-se a Venda de Bens de Investimento com uma execução de 101,86%

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões das Transferências de Capital. No que se refere ao primeiro tipo de receita, esta situação está diretamente relacionada com os acertos verificados no encerramento das candidaturas financiadas pelo QREN e correspondente correção do financiamento.

No que se refere às Reposições Não Abatidas nos Pagamentos das Outras Receitas, verificou-se que as receitas cobradas foram superiores às orçadas, em 15.378,92.

De forma ilustrativa temos os seguintes gráficos demonstrativos do comportamento da execução das componentes da receita e a distribuição da execução da receita total segundo a sua natureza:

Gráfico nº 18 – Previsão vs Cobrança de receita

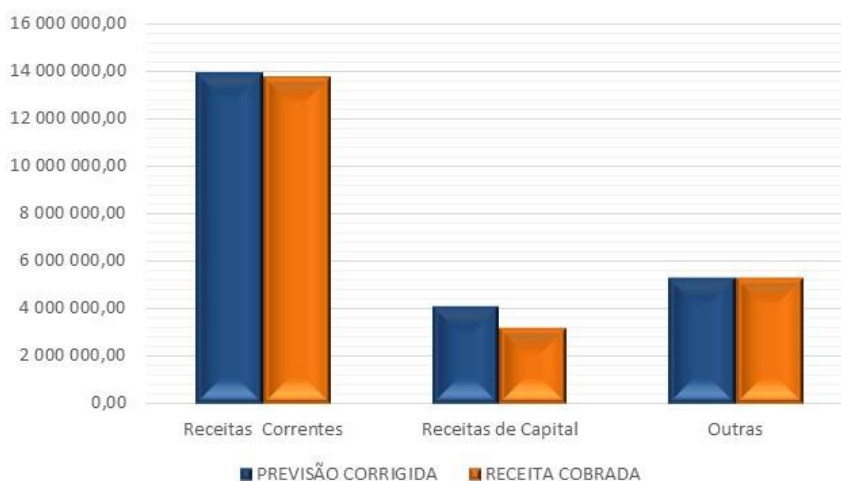


Gráfico nº 19 – Estrutura da Receita Arrecadada 2018



Constata-se que 62% das Receitas Totais são relativas a Receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam 14%, enquanto as Outras Receitas correspondem a 24% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2018.

Quadro nº 32 - Evolução da Receita (2017/2018)

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Previsão		Diferença	Execução		Diferença	Taxas de Execução(%)		Tx de Cresci.to
	2018	2017	2017/2018	2018	2017	2017/2018	2018	2017	
Receitas Correntes	13 970 000,00	13 698 351,00	271 649,00	13 809 586,64	13 917 129,22	-107 542,58	98,85%	101,60%	-0,77%
Impostos Directos	4 436 000,00	4 244 100,00	191 900,00	4 600 128,51	4 466 122,69	134 005,82	103,70%	105,23%	3,00%
Impostos Indirectos	586 394,00	650 600,00	-64 206,00	543 490,56	458 934,92	84 555,64	92,68%	70,54%	18,42%
Taxas, Multas e Outras Penal.	159 800,00	140 400,00	19 400,00	134 473,83	190 436,79	-55 962,96	84,15%	135,64%	-29,39%
Rendimentos de Propriedade	607 000,00	622 500,00	-15 500,00	573 176,78	584 672,03	-11 495,25	94,43%	93,92%	-1,97%
Transferências Correntes	6 715 356,00	6 748 051,00	-32 695,00	6 560 110,93	6 750 915,47	-190 804,54	97,69%	100,04%	-2,83%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 291 650,00	1 233 600,00	58 050,00	1 271 855,59	1 199 897,54	71 958,05	98,47%	97,27%	6,00%
Outras Receitas Correntes	173 800,00	59 100,00	114 700,00	126 350,44	266 149,78	-139 799,34	72,70%	450,34%	-52,53%
Receitas de Capital	4 127 500,00	4 778 049,08	-650 549,08	3 187 120,05	4 187 115,41	-999 995,36	77,22%	87,63%	-23,88%
Venda de Bens de Investimento	1 066 000,00	1 607 800,00	-541 800,00	1 085 845,14	1 034 715,50	51 129,64	101,86%	64,36%	4,94%
Transferências de Capital	1 514 500,00	2 389 167,00	-874 667,00	684 527,32	2 347 048,82	-1 662 521,50	45,20%	98,24%	-70,83%
Passivos Financeiros	1 500 000,00	768 600,08	731 399,92	1 400 000,00	754 624,64	645 375,36	93,33%	98,18%	85,52%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1 500 000,00	768 600,08	731 399,92	1 400 000,00	754 624,64	645 375,36	93,33%	98,18%	85,52%
Outras Receitas de Capital	47 000,00	12 482,00	34 518,00	16 747,59	50 726,45	-33 978,86	35,63%	406,40%	-66,98%
Outras Receitas	5 337 610,55	4 294 270,20	1 043 340,35	5 352 989,47	4 265 384,69	1 087 604,78	715,16%	3,71%	25,50%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2 500,00	30 000,00	-27 500,00	17 878,92	1 114,49	16 764,43	715,16%	3,71%	1504,22%
Saldo da Gerência Anterior	5 335 110,55	4 264 270,20	1 070 840,35	5 335 110,55	4 264 270,20	1 070 840,35	100,00%	100,00%	25,11%
Total da receita	23 435 110,55	22 770 670,28	664 440,27	22 349 696,16	22 369 629,32	-19 933,16	95,37%	98,24%	-0,09%

No que concerne à evolução das receitas e com base no quadro supra, constata-se que as receitas totais registaram uma diminuição pouco significativa de 2017 para 2018, cifrando-se num decréscimo de 0,09%, que em termo de valores absolutos de traduz numa diminuição de 19.933,16€.

Comparativamente com o ano 2017 verifica-se que as Receitas de Capital diminuíram cerca de 23,88%, tendo as Receitas Correntes registado ligeira diminuição de 0,77%.

Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um decréscimo de cerca de 2,87 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi parcialmente semelhante quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução ligeiramente inferior à do ano 2017 em 2,75 p.p., as receitas de capital assistiram a um significativo decréscimo, representando um aumento de 10,41 p.p., mesmo passando de uma taxa de execução de 98,24% em 2017, para 95,37% em 2018.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2018 podem ser vistas de uma forma mais aglomerada, conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

Quadro nº 33– Repartição das Receitas (unid: €uros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	4 600 128,51	20,58%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	543 490,56	2,43%
Taxas pagas pelo Sector Privado	134 473,83	0,60%
Rendimentos de Propriedade	573 176,78	2,56%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	2 357 700,73	10,55%
Fundos da Administração Central	7 070 529,68	31,64%
Fundos Comunitários	102 978,32	0,46%
Outros Fundos	71 130,25	0,32%
Crédito Bancário	1 400 000,00	6,26%
Outras Receitas	5 496 087,50	24,59%
Total da receita	22 349 696,16	100,00%

Detalhando a análise da receita arrecadada ao longo do ano 2018 nos seus principais agregados e simultaneamente deter uma visão comparativa com o exercício económico 2017, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 34 – Receita Arrecada 2018vs2017

DESIGNAÇÃO	2017	2018	VARIAÇÃO 2017/2018	% Tx Cresc	Peso%
IMPOSTO DIRETOS	4 466 122,69	4 600 128,51	134 005,82	3,00%	20,58%
IMI	2 467 821,58	2 691 894,43	224 072,85	9,08%	12,04%
IUC	596 037,32	629 486,08	33 448,76	5,61%	2,82%
IMT	410 767,98	476 664,05	65 896,07	16,04%	2,13%
DERRAMA	991 495,81	802 083,95	-189 411,86	-19,10%	3,59%
IMPOSTOS INDIRETOS +TAXAS	649 371,71	677 964,39	28 592,68	4,40%	3,03%
LOTEAMENTOS E OUTRAS URBANÍSTICAS	159 421,62	154 121,91	-5 299,71	-3,32%	0,69%
MERCADOS	62 698,05	154 159,00	91 460,95	145,88%	0,69%
PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO VIA PUBLICA	310 924,66	293 768,67	-17 155,99	-5,52%	1,31%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	79 186,66	35 451,53	-43 735,13	-55,23%	0,16%
OUTRAS	37 140,72	40 463,28	3 322,56	8,95%	0,18%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	584 672,03	573 176,78	-11 495,25	-1,97%	2,56%
JUROS	11 805,69	12 530,67	724,98	6,14%	0,06%
DIVIDENDOS DE PARTICIPAÇÕES	79 762,57	63 189,37	-16 573,20	-20,78%	0,28%
RENDAS	493 103,77	497 456,74	4 352,97	0,88%	2,23%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6 750 915,47	6 560 110,93	-190 804,54	-2,83%	29,35%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6 749 915,47	6 533 684,93	-216 230,54	-3,20%	29,23%
PRIVADOS	1 000,00	18 500,00	17 500,00	1750,00%	0,08%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 199 897,54	1 271 855,59	71 958,05	6,00%	5,69%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	266 149,78	126 350,44	-139 799,34	-52,53%	0,57%
TOTAL RECEITA CORRENTE	13 917 129,22	13 809 586,64	-107 542,58	-0,77%	61,79%
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	1 034 715,50	1 085 845,14	51 129,64	4,94%	4,86%
TERRENOS	1 027 715,20	1 056 605,14	28 889,94	2,81%	4,73%
HABITAÇÕES	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00%
EDIFÍCIOS	7 000,00	0,00	-7 000,00	-100,00%	0,00%
OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	0,00	29 240,00	29 240,00	n.a.	0,13%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 347 048,82	684 527,32	-1 662 521,50	-70,83%	3,06%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - OE	583 167,00	589 475,00	6 308,00	1,08%	2,64%
COMPARTICIPAÇÕES EXTERNAS	1 555 653,83	95 052,32	-1 460 601,51	-93,89%	0,43%
MUNICIPIOS	62 478,87	0,00	-62 478,87	-100,00%	0,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	754 624,64	1 400 000,00	645 375,36	85,52%	6,26%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50 726,45	16 747,59	-33 978,86	-66,98%	0,07%
TOTAL RECEITA CAPITAL	4 187 115,41	3 187 120,05	-999 995,36	-23,88%	14,26%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 114,49	17 878,92	16 764,43	1504,22%	0,08%
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	4 264 270,20	5 335 110,55	1 070 840,35	25,11%	23,87%
OUTRAS RECEITAS	4 265 384,69	5 352 989,47	1 087 604,78	25,50%	23,95%
TOTAL DE RECEITA	22 369 629,32	22 349 696,16	-19 933,16	-0,09%	100,00%

A análise do quadro acima realiza-se por rubricas económicas e de algumas das suas sub-rubricas, a qual nos ajudará a compreender melhor o comportamento da receita corrente e de capital.

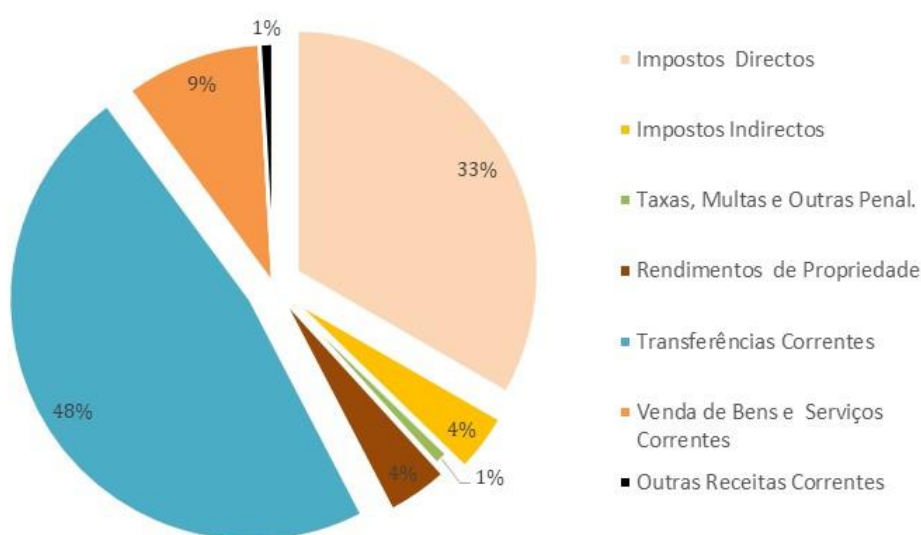
5.2.2. Análise das Receitas Correntes

As **receitas correntes**, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, já que se trata de um fluxo monetário corrente e constante, representando 62% das receitas totais arrecadadas em 2018. Com uma execução de **98,85%**, a autarquia consegue arrecadar receitas correntes que lhes permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas certas e permanentes (consumo de água dos diferentes edifícios municipais, tratamento de recolha resíduos sólidos, recolha dos resíduos sólidos, fornecimento de energia eléctrica e abastecimento combustíveis, assistência técnicas de diferentes equipamentos, manutenção espaços verdes, transportes escolares, protocolos de cooperação com juntas de freguesias e coletividades, funcionamento centros escolares, equipamentos cultural, desportivo, recreativos e turísticos, animações culturais recreativas, culturais, religiosas e desportivas, etc.).

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os **impostos directos** (IMI, IMT, IUC), as **transferências correntes** (FEF, FSM, participação financeira no IRS) e a **venda de bens e prestações de serviços** (água, saneamento, RSU, etc...) que permitem alcançar um peso das receitas totais arrecadadas de 90,03% das receitas correntes e 55,63% das receitas totais.

A Receita Corrente arrecadada ascendeu em 2018 a **13.809.586,64€**, sendo que as suas componentes principais tiveram o seguinte desempenho:

Gráfico nº20 – Receita corrente cobrada



► Receitas Fiscais e Taxas

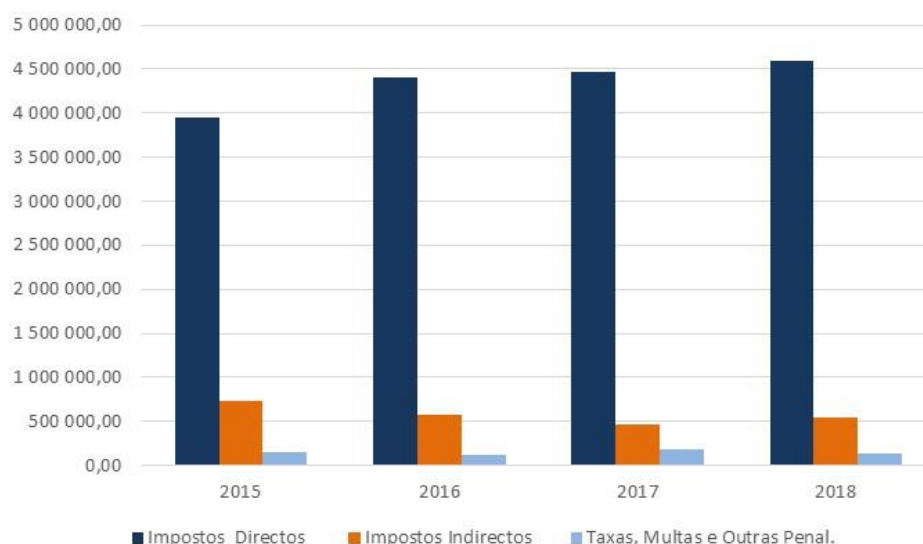
Atendendo à sua importância desenvolver-se, de seguida, o estudo da receita tributária, parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada. Conforme se constata no quadro infra (pág63) temos que este tipo de receita representa 23,62% das receitas totais e 38,22% das receitas correntes no exercício 2018.

No quadro que a seguir se apresenta expõe-se a estrutura deste agregado de receitas em termos previsionais e em termos de execução real.

Quadro nº 35 – Receitas Fiscais e Taxas 2015-2018

Capítulos	2015	2016	2017	2018	Peso %	Varição 2017/2018	Tx Cresc
Impostos Directos	3 947 991,86	4 409 060,41	4 466 122,69	4 600 128,51	87,16%	134 005,82	3,00%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 560 449,63	2 377 821,56	2 467 821,58	2 691 894,43	51,00%	224 072,85	9,08%
Imposto Único de Circulação	545 185,49	557 602,15	596 037,32	629 486,08	11,93%	33 448,76	5,61%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	199 636,64	560 395,68	410 767,98	476 664,05	9,03%	65 896,07	16,04%
Derrama	642 720,10	913 241,02	991 495,81	802 083,95	15,20%	-189 411,86	-19,10%
Impostos Indirectos	737 503,04	581 554,28	458 934,92	543 490,56	10,30%	84 555,64	18,42%
Taxas, Multas e Outras Penal.	146 977,82	122 515,85	190 436,79	134 473,83	2,55%	-55 962,96	-29,39%
TOTAL	4 832 472,72	5 113 130,54	5 115 494,40	5 278 092,90	100,00%	162 598,50	3,18%

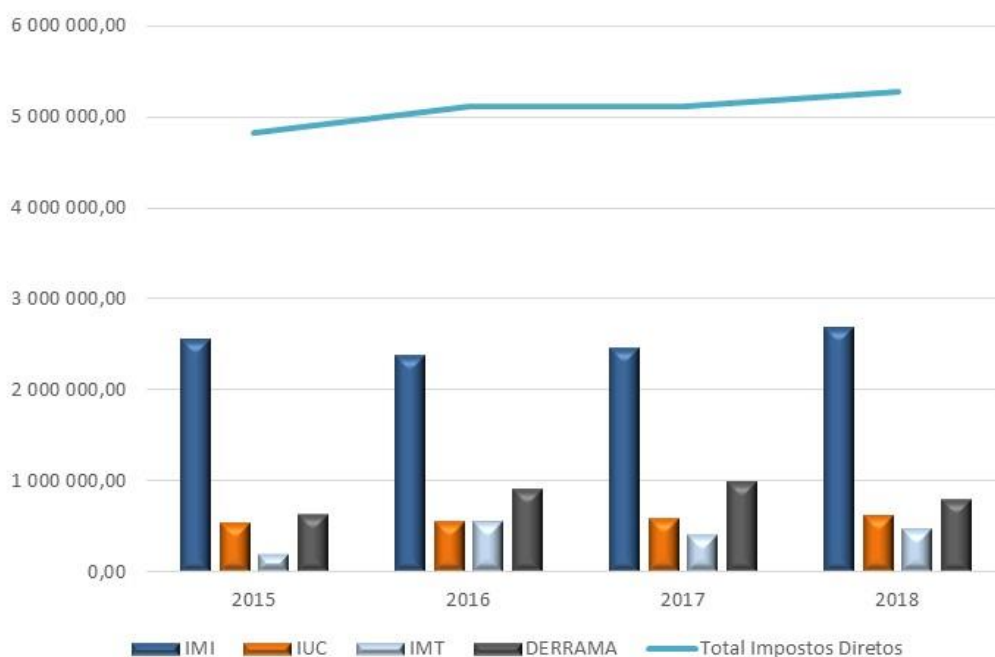
O gráfico a seguir evidencia a evolução em termos percentual do quadriénio do peso dos impostos diretos e indirectos e taxas, multas e outras penalidades sobre o total das receitas fiscais.

Gráfico nº 21 – Evolução das Receitas Fiscais 2015-2018


Do quadro e gráfico supra, constata-se que a arrecadação da receita de **impostos directos** em 2018 foi de 4.600.128,51€ apresentando um desvio positivo de 134.005,82€ (+3%), sendo que a derrama conheceu um decréscimo de 19,10%, traduzindo em termos absolutos uma diminuição de 189.411,86€. Em contrapartida a receita arrecadada com o IMI sofreu um aumento de 224.072,85€ (+9,08%) face ao registado em 2017.

Os impostos directos representam 87,16% das receitas tributárias do Município em 2018.

De seguida, temos a evolução dos impostos directos nas suas diferentes componentes no quadriénio 2015-2018.

Gráfico nº 22 – Evolução dos Impostos Diretos 2015-2018


No ano económico de 2018, os **impostos indiretos** (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram 543.490,56€, apresentando um acréscimo de 18,42% face a 2017, correspondendo em termos absolutos a um aumento de 84.555,64€ .

Deliberação dos impostos em 2018:

- ❖ IMI: Alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI [0,3% a 0,5%] - Taxa aprovada 0,35%;
- ❖ DERRAMA: - Volume de negócios superior a € 150.000,00 – 1,5% - Volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00 - 0,01%

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu um decréscimo significativo 29,39%.

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 2,56% das Receitas Totais e 4,15% das Receitas Correntes.

Quadro nº 36 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade
(unidade monetária : €uros)

Designação	2015 Valor	2016 Valor	2017 Valor	2018 Valor	Peso %	TX Cresc % 2017/2018
Juros	57 464,60	37 071,21	11 805,69	12 530,67	2,19%	6,14%
Dividendos e outras participações em lucros	55 865,15	106 797,15	79 762,57	63 189,37	11,02%	-20,78%
Rendas	487 667,41	488 916,90	493 103,77	497 456,74	86,79%	0,88%
TOTAL	600 997,16	632 785,26	584 672,03	573 176,78	100,00%	-1,97%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito essencialmente, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP. Conheceu um decréscimo de 1,97 % relativamente a 2017.

► Transferências Correntes

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando 47,50% do valor da receita corrente, auferida em 2018. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2018, os 6.560.110,93€, representando 29,35% das Receitas Totais arrecadadas.

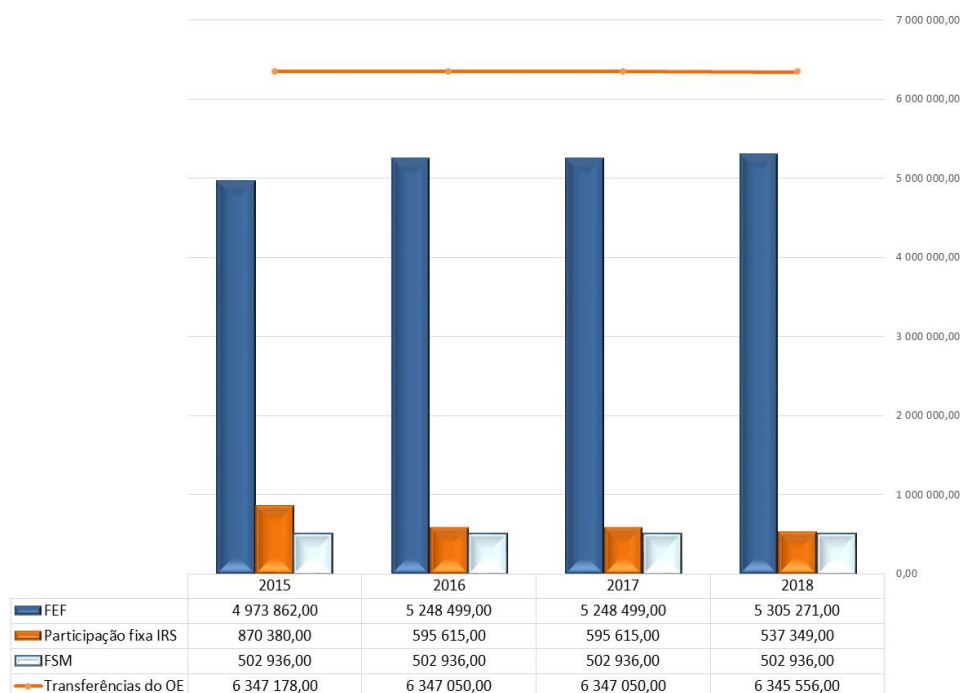
De forma discriminada, no quadro seguinte identifica-se a origem das receitas de transferências correntes.

Quadro nº 37- Transferências Correntes da Adm. Central / Outras		(unid monetária.: €uros)	
Designação	2017	2018	
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar			
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	82 417,10	0,00	
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional			
Programas Ocupacionais para Trabalhadores Desempregados	21 591,13	10 597,95	
Gabinete de Inserção Profissional	11 379,42	0,00	
Estágios Profissionais	9 125,22	0,00	
Direcção Geral das Autarquias Locais			
Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	13 937,14	13 937,14	
Direcção Regional de Educação do Centro			
Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	78 724,03	32 000,00	
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	10 180,54	54 384,78	
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	58 552,43	49 113,90	
Instituto de Desenvolvimento Social			
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	10 208,10	25 482,36	
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais			
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 248 499,00	5 305 271,00	
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00	
Participação Fixa no IRS	595 615,00	537 349,00	
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados			
PORTUGAL 2020 - PEPAL	2 511,16	0,00	
Programa Erasmus+Juventude em Ação/KA1	104 239,20	10 538,80	
Diversos - Familias e Donativos			
Diversos - Familias e Donativos	1 000,00	18 500,00	
TOTAL	6 750 915,47	6 560 110,93	

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas “**Transferências Correntes – Receita**” (Anexo às Demonstrações Financeiras).

No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, **Fundo Social Municipal** e **Participação Direta e Variável no IRS**.

Gráfico nº 23 – Repartição de recursos públicos entre o Estado e a autarquia
- Evolução no período 2015-2018



No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 96,72% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes.

► Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

A receita de Venda de Bens e Serviços Corrente distribui-se pelos seguintes agregados

Quadro nº 38 – Receita Arrecada – Venda de Bens e Serviços Correntes (2018 vs 2017)

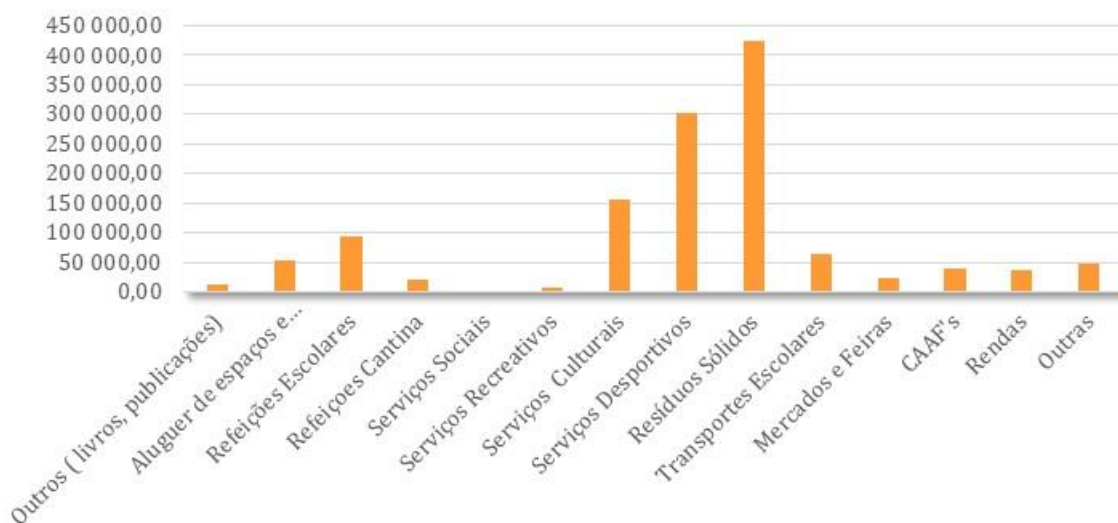
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2017	2018	Variação 2017/2018	% Tx Cresc	Peso%
Outros (livros, publicações)	7 949,61	11 688,75	3 739,14	47,04%	0,92%
Aluguer de espaços e equipamentos	79 091,46	51 840,55	-27 250,91	-34,45%	4,08%
Refeições Escolares	94 175,83	93 955,00	-220,83	-0,23%	7,39%
Refeições Cantina	20 211,42	19 688,83	-522,59	-2,59%	1,55%
Serviços Sociais	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00%
Serviços Recreativos	5 004,50	7 368,75	2 364,25	47,24%	0,58%
Serviços Culturais	65 659,10	154 993,85	89 334,75	136,06%	12,19%
Serviços Desportivos	356 687,68	301 299,63	-55 388,05	-15,53%	23,69%
Resíduos Sólidos	420 229,06	423 008,56	2 779,50	0,66%	33,26%
Transportes Escolares	64 740,99	62 838,18	-1 902,81	-2,94%	4,94%
Mercados e Feiras	6 180,75	21 779,50	15 598,75	252,38%	1,71%
CAAF's	29 058,58	38 859,87	9 801,29	33,73%	3,06%
Rendas	34 958,53	37 000,37	2 041,84	5,84%	2,91%
Outras	15 950,03	47 533,75	31 583,72	198,02%	3,74%
TOTAL	1 199 897,54	1 271 855,59	71 958,05	6,00%	100,00%

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia 1.271.855,59€, mais 71.958,05€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 6,00% deste tipo de receitas, justificado em grande parte pelo aumento significativo das receitas da sub-rubrica Serviços Culturais.

A Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes responde por 5,69% do total da receita de 2018 e 9,21% das receitas correntes.

A distribuição das receitas com venda de bens e serviços encontra-se ilustrada no gráfico infra:

Gráfico nº 24 – Venda de Bens e Serviços Correntes (2018)



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 33,26% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de Serviços Desportivos com 23,69%.

► **Outras Receitas Correntes**

A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia 126.350,44€, menos -139.799,34€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 52,53% deste tipo de receitas, representando 0,91% das Receitas Totais e 0,57% das Receitas Correntes.

Quadro nº 39 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

(unidade monetária : Euros)

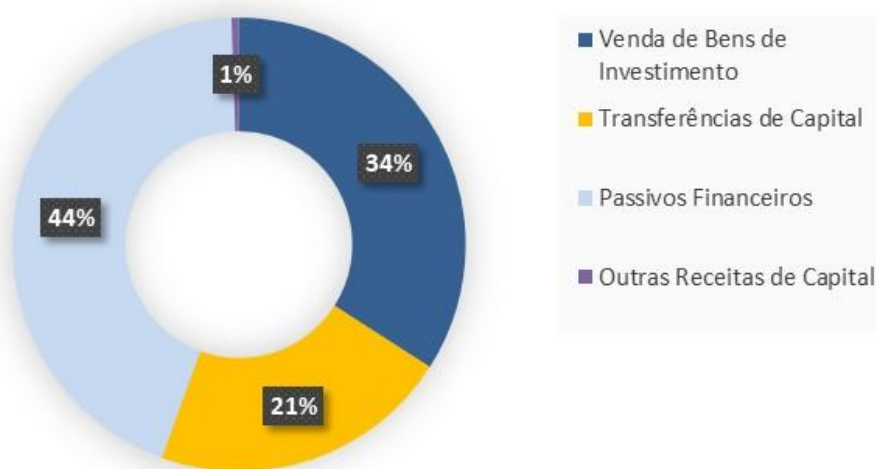
Designação	2017		2018		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deterioração, roubo e extravio	67,71	0,03%	38 017,94	0,03%	56048,19%
Indemnizações - estragos provocados por outrém	7 919,81	2,98%	3 851,29	2,98%	-51,37%
IVA-Reembolsado	124 654,51	46,84%	52 591,15	46,84%	-57,81%
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	112 928,15	42,43%	24 562,04	42,43%	-78,25%
Diversas	20 579,60	7,73%	7 328,02	7,73%	-64,39%
TOTAL	266 149,78	100,00%	126 350,44	100,00%	-52,53%

5.2.3. Análise das Receitas de Capital

O núcleo essencial da receita de capital é constituído por: vendas de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários de curto e médio e longo prazo, representando na sua globalidade **14,26%** das receitas totais executadas.

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2018, encontra-se descrita no gráfico seguinte.

Gráfico nº25 – Repartição das Receitas de Capital 2018



As Receitas de Capital são compostas em três grandes grupos: Passivos Financeiros (44%); Venda de Bens de Investimento (34%) e Transferências de Capital (21%), tendo atingido em 2018 os 3.187.120,05€.

Em termos de evolução e estrutura das receitas de capital no último quadriénio (2015-2018) apresenta-se o quadro infra:

Quadro nº 40 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	2015	2016	2017	2018	Variação 2017/2018	Peso %	Tx Cresc %
Venda de Bens de Investimento	152 283,50	2 243 622,29	1 034 715,50	1 085 845,14	51 129,64	34,07%	4,94%
Terrenos	117 003,50	2 242 471,29	1 027 715,50	1 056 605,14	28 889,64	33,15%	2,81%
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.
Edifícios	33 600,00	0,00	7 000,00	0,00	-7 000,00	0,00%	-100,00%
Outros Investimentos	1 680,00	1 151,00	0,00	29 240,00	29 240,00	0,92%	n.a.
Transferências de Capital	1 021 912,70	1 134 726,04	2 347 048,82	684 527,32	-1 662 521,50	21,48%	-70,83%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (OE)	552 651,00	557 759,00	583 167,00	589 475,00	6 308,00	18,50%	1,08%
Outras	469 261,70	576 967,04	208 227,99	0,00	-208 227,99	0,00%	-100,00%
Part. Comunitária em Projetos Co-Financiados	0,00	0,00	1 555 653,83	95 052,32	-1 460 601,51	2,98%	-93,89%
Passivos Financeiros	635 911,28	0,00	754 624,64	1 400 000,00	645 375,36	43,93%	85,52%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	635 911,28	0,00	754 624,64	1 400 000,00	645 375,36	43,93%	85,52%
Outras Receitas de Capital	26 703,35	128 625,00	50 726,45	16 747,59	-33 978,86	0,53%	-66,98%
Receitas de Capital	1 836 810,83	3 506 973,33	4 187 115,41	3 187 120,05	-999 995,36	100,00%	-23,88%

Assim, no ano em análise, ao totalizar 3.187.120,05€, a receita de capital diminui em relação ao ano anterior (-) 23,88% representando um decréscimo de receita de (-) 999.995,36€.

Constata-se um aumento na **venda de investimentos** na ordem dos 4,94%, sendo que as **transferências de capital** registam uma diminuição de 70,83% justificado no quadro a seguir.

Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se um aumento de 1,08% em relação ao transferido em 2017.

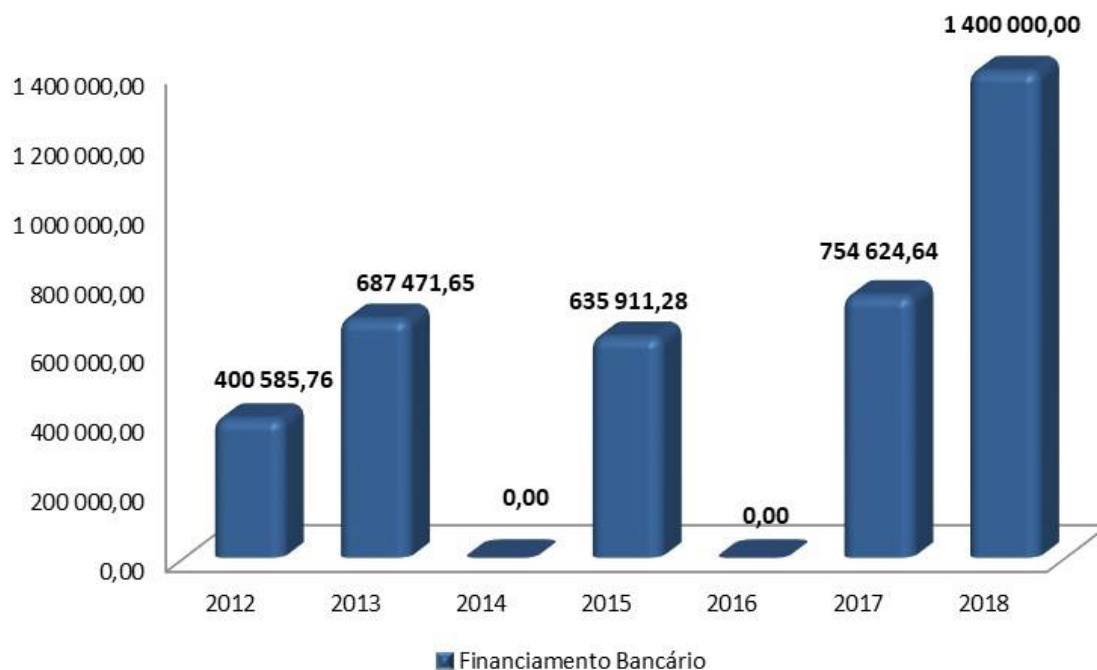
Quadro nº 41 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado (unid. monetária : €uros)

	2015	2016	2017	2018
Transferências Correntes OE	6 347 178,00	6 155 548,00	6 347 050,00	6 345 556,00
Transferências de Capital OE	552 651,00	557 759,00	583 167,00	589 475,00
TOTAL Transferências do OE	6 899 829,00	6 713 307,00	6 930 217,00	6 935 031,00

► Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, tem vindo a ser significativamente condicionado por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

Gráfico nº 26 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2018, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de 1.400.000,00€ para suportar aquisição de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja.

5.2.4. Grau de Independência

De referenciar o indicador de financeira do Município de Estarreja, sendo que este rácio relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. A independência financeira pode ser definida como a capacidade de gerar recursos próprios, sem ter que depender do financiamento de outras entidades para desenvolver atividades e prestar serviços, i.e., a faculdade de não precisar (ou precisar em grau reduzido) de recursos fornecidos por outras entidades.

Quadro nº 42– Independência Financeira

	2017	2018
RECEITA TOTAL considerado o saldo transitado	22 369 726,93	22 349 696,16
RECEITAS PRÓPRIAS (receita total cobrada -transferencias -passivos financeiros)	12 517 040,39	13 705 057,91
INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA (receitas próprias /receita total)	55,96%	61,32%

Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais, sendo que as receitas próprias são as receitas totais municipais deduzidos das transferências obtidas e dos passivos financeiros.

Assume especial relevância nas receitas próprias, a componente fiscal, ou seja, os impostos locais (designadamente, IMI, IMT e Derrama) e taxas, assim como as receitas resultantes da venda de bens e serviços correntes. As receitas fiscais e taxas do município atingiram o valor de 5.278.092,90€ em 2018 (37% das receitas próprias), superiores ao valor auferido em 2017 (+162.598,50%€ / +3,2%).

O total de receitas próprias do município de Estarreja, considerando o saldo transitado, aumentou entre 2017 e 2018, em 2.273.431,91€ (acréscimo de 18,1%). De referir que em 2018, como em 2017, as receitas próprias ultrapassaram o limiar de 50% da receita total.

Este aumento do nível de independência financeira justifica-se essencialmente, ao aumento do saldo de gerência transitado, ao aumento das receitas fiscais e das vendas de bens e serviços correntes e de investimento aumentando o peso relativo das receitas próprias no total da receita.

5.3. ANÁLISE DA DESPESA.

No contexto atual os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento territorial, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, exige-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada.

5.3.1. Execução, Evolução e Estrutura da Despesa Total -PAGA

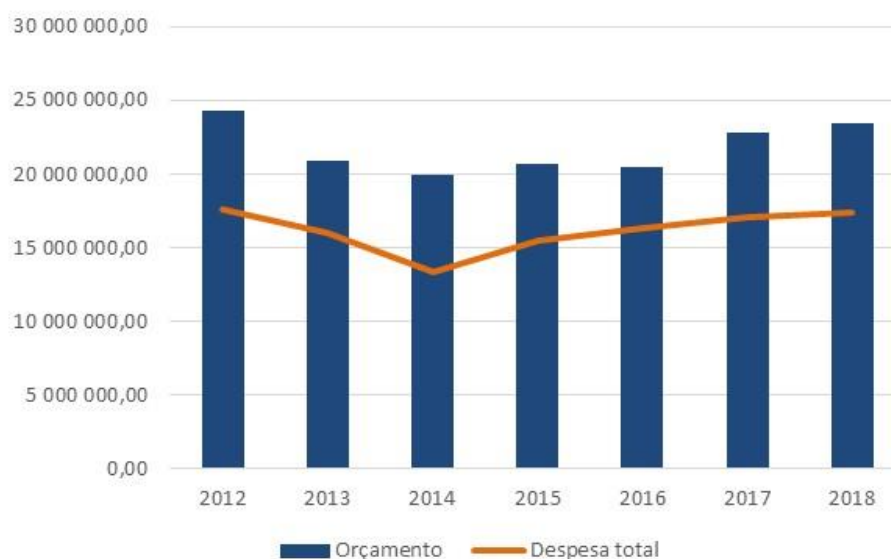
O gráfico e quadro supra apresenta a evolução da execução da despesa total entre 2012 e 2018, no qual se pode verificar que o grau de execução orçamental da despesa tem rondado valores entre os 70% e os 79%, sendo o ano 2016 o que apresenta a maior taxa de execução, muito próxima dos 80%. No ano 2018, verifica-se uma ligeira diminuição face a 2017, atingindo um grau de execução de 74,20%.

Quadro nº43 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

(unid. monetária : Euros)

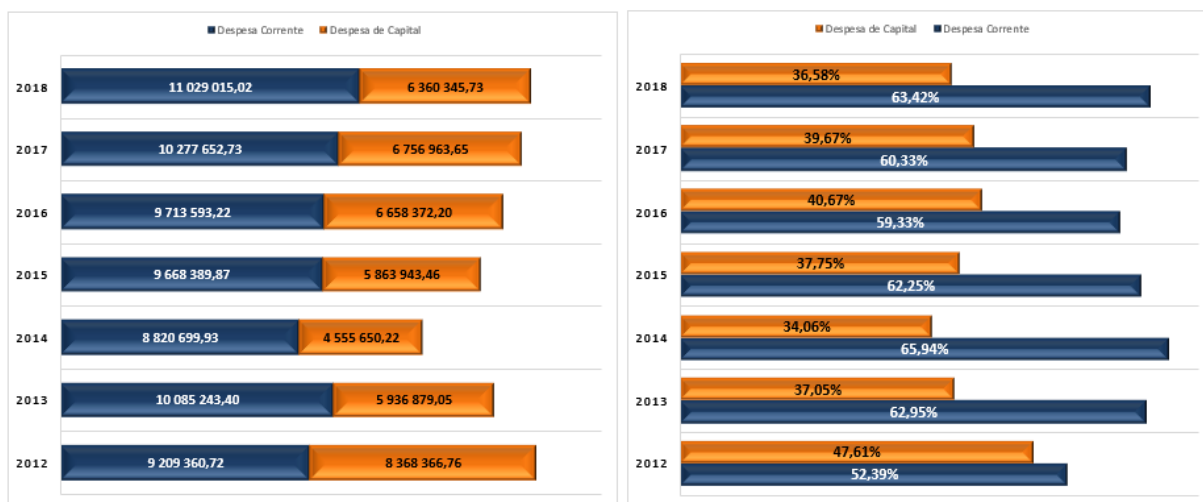
ORÇAMENTO DA DESPESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Orçamento	24 263 264,82	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23	22 770 670,28	23 435 110,55
Despesa total	17 577 727,48	16 022 122,45	13 376 350,15	15 532 333,33	16 371 965,42	17 034 616,38	17 389 360,75
%	72,45%	76,59%	67,10%	75,08%	79,83%	74,81%	74,20%

Gráfico nº 27 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução



Ao nível da evolução da estrutura da despesa temos os gráficos infra, sendo que a despesa corrente como de capital sofre variações na estrutura global da despesa, sublinhando, no entanto, a **tendência para a despesa correntes assumir maior peso na despesa total.**

Gráfico nº 28 e 29 – Evolução da estrutura da Despesa Paga



A análise do quadro abaixo permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de **pagamentos**, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 44 – Execução da Despesa Paga

(unid. monetária : Euros)

Económica	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Despesa Paga (execução)	Desvio	Exec %	Peso %
Despesas Correntes	11 633 982,00	12 665 482,00	11 029 015,02	-1 636 466,98	87,08%	63,42%
Despesas com Pessoal	4 774 300,00	4 659 950,00	4 428 878,78	-231 071,22	95,04%	25,47%
Aquisição de Bens e Serviços Corren	5 524 030,00	6 361 125,00	5 181 138,59	-1 179 986,41	81,45%	29,79%
Encargos correntes da dívida	66 822,00	66 822,00	21 676,26	-45 145,74	32,44%	0,12%
Transferências Correntes	1 109 130,00	1 360 110,00	1 215 563,88	-144 546,12	89,37%	6,99%
Outras Despesas Correntes	159 700,00	217 475,00	181 757,51	-35 717,49	83,58%	1,05%
Despesas de Capital	6 466 018,00	10 769 628,55	6 360 345,73	-4 409 282,82	59,06%	36,58%
Aquisição de Bens de Investimento	4 765 685,00	7 131 785,00	3 414 978,42	-3 716 806,58	47,88%	19,64%
Transferências de Capital	528 470,00	2 493 480,55	1 807 643,37	-685 837,18	72,49%	10,40%
Activos Financeiros	108 583,00	81 083,00	80 687,25	-395,75	99,51%	0,46%
Passivos Financeiros	1 057 280,00	1 057 280,00	1 057 036,69	-243,31	99,98%	6,08%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	6 000,00	0,00	-6 000,00	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	18 100 000,00	23 435 110,55	17 389 360,75	-6 045 749,80	74,20%	100,00%

Com base no quadro acima, a despesa paga em 2018 ascendeu a 17.389.360,75€ representando 74,20% do total orçado (corrigido). Por executar ficaram 25,80%, ou seja, aproximadamente (-) 6.045.749,80€.

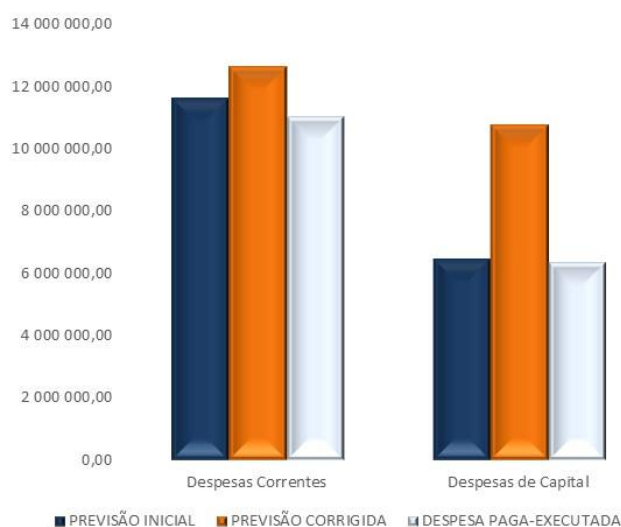
As **despesas correntes** de 2018, representando **63,42%** das despesas municipais, totalizando 11.029.015,02€, o que corresponde uma execução de **87,08%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas e em contraponto com

a variabilidade da generalidade das **despesas de capital**, as quais em 2018 representaram **36,58%** das despesas totais, atingindo os 6.360.345,73€, e que estão dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

As rubricas com maior peso na execução da despesa em 2018 foram **Aquisição de Bens e Serviços Correntes (29,79%)**, **Despesas com Pessoal (25,47%)**, **Aquisição de Bens de Investimento (19,64%)** e **Transferências de Capital (10,40%)**.

Assim, de forma ilustrativa temos os gráficos demonstrativos do comportamento da execução das componentes da despesa e a distribuição da receita total segundo a sua natureza (correntes e capital):

Gráfico nº 30 – Previsão vs Despesa Executada (Paga)



No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 82,43%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior.

Assim, pela análise do quadro infra, a taxa de execução orçamental global da despesa assumida (compromisso) traduz uma taxa de realização de 82,43% e apenas 74,20% despesa paga. Transitam para o ano seguinte, compromissos assumidos e não pagos no montante de 1.928.522,08€, sendo que dessa despesa assumida e não paga, apenas 106.071,51€ correspondem a compromissos faturados e não pagos.

Quadro nº 45 – Execução da Despesa 2018 nas suas diferentes fases

(unid. monetária : €uros)

Económica	Previsão Corrigida	Despesa Comprometida/Assumida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Compromisso por pagar (a transitar)	Faturação Não Paga	Exec % Compr	Exec % Faturado	Exec % Pago
Despesas Correntes	12 665 482,00	11 855 774,33	11 131 524,45	11 029 015,02	826 759,31	102 509,43	93,61%	87,89%	87,08%
Despesas com Pessoal	4 659 950,00	4 495 892,98	4 483 535,88	4 428 878,78	67 014,20	54 657,10	96,48%	96,21%	95,04%
Aquisição Bens e Serviç Correntes	6 361 125,00	5 890 131,62	5 205 632,88	5 181 138,59	708 993,03	24 494,29	92,60%	81,84%	81,45%
Encargos correntes da dívida	66 822,00	21 676,26	21 676,26	21 676,26	0,00	0,00	32,44%	32,44%	32,44%
Transferências Correntes	1 360 110,00	1 261 413,48	1 238 921,92	1 215 563,88	45 849,60	23 358,04	92,74%	91,09%	89,37%
Outras Despesas Correntes	217 475,00	186 659,99	181 757,51	181 757,51	4 902,48	0,00	85,83%	83,58%	83,58%
Despesas de Capital	10 769 628,55	7 462 108,50	6 363 907,81	6 360 345,73	1 101 762,77	3 562,08	69,29%	59,09%	59,06%
Aquisição de Bens de Investimento	7 131 785,00	4 381 280,57	3 418 540,50	3 414 978,42	966 302,15	3 562,08	61,43%	47,93%	47,88%
Transferências de Capital	2 493 480,55	1 943 103,99	1 807 643,37	1 807 643,37	135 460,62	0,00	77,93%	72,49%	72,49%
Activos Financeiros	81 083,00	80 687,25	80 687,25	80 687,25	0,00	0,00	99,51%	99,51%	99,51%
Passivos Financeiros	1 057 280,00	1 057 036,69	1 057 036,69	1 057 036,69	0,00	0,00	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	23 435 110,55	19 317 882,83	17 495 432,26	17 389 360,75	1 928 522,08	106 071,51	82,43%	74,65%	74,20%

No ano 2018, a despesa global **comprometida**, situou-se nos 19.317.882,83€, a despesa **faturada** em 17.495.432,26€ e a despesa **paga** em 17.389.360,75€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 106.071,51€ e compromissos por pagar no valor de 1.928.522,08€ (irão onerar o orçamento do ano 2019).

De forma resumida, a despesa nas suas diferentes fases (cabimento, **compromisso**, faturado e pagamento) apresentou, a 31/12/2018, os seguintes valores e desempenhos:

Quadro nº46 – Execução da Despesa 2018 nas suas diferentes fases

(unid. monetária : €uros)

CAPITULOS	Cabimento	Compromisso	Faturada	Pagamento	Faturado /Compr	Pago /Compr	Pago /Faturado
DESPESA DE PESSOAL	4 496 052,98	4 495 892,98	4 483 535,88	4 428 878,78	99,73%	98,51%	98,78%
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 915 490,00	5 890 131,62	5 205 632,88	5 181 138,59	88,38%	87,96%	99,53%
AQUISIÇÃO DE BENS	918 066,63	916 406,13	773 180,72	773 180,72	84,37%	84,37%	100,00%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4 997 423,37	4 973 725,49	4 432 452,16	4 407 957,87	89,12%	88,62%	99,45%
ENCARGOS CORRENTES DE DIVIDA	21 676,26	21 676,26	21 676,26	21 676,26	100,00%	100,00%	100,00%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 261 413,48	1 261 413,48	1 238 921,92	1 215 563,88	98,22%	96,37%	98,11%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	186 659,99	186 659,99	181 757,51	181 757,51	97,37%	97,37%	100,00%
DESPESAS CORRENTES	11 881 292,71	11 855 774,33	11 131 524,45	11 029 015,02	93,89%	93,03%	99,08%
AQUISIÇÃO BENS DE INVESTIMENTO	4 729 943,09	4 381 280,57	3 418 540,50	3 414 978,42	78,03%	77,94%	99,90%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 943 103,99	1 943 103,99	1 807 643,37	1 807 643,37	93,03%	93,03%	100,00%
ATIVOS FINANCEIROS	80 687,25	80 687,25	80 687,25	80 687,25	100,00%	100,00%	100,00%
PASSIVOS FINANCEIROS	1 057 036,69	1 057 036,69	1 057 036,69	1 057 036,69	100,00%	100,00%	100,00%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
DESPESAS DE CAPITAL	7 810 771,02	7 462 108,50	6 363 907,81	6 360 345,73	85,28%	85,24%	99,94%
TOTAL DE DESPESA	19 692 063,73	19 317 882,83	17 495 432,26	17 389 360,75	90,57%	90,02%	99,39%

O Município pagou **99,39%** da despesa faturada, faturou **90,57%** da despesa comprometida e comprometeu 98,10% da despesa cabimentada, o que revela um bom ajustamento do orçamento à execução financeira efetiva do ano.

De notar, que o valor da despesa faturada não paga, a 31/12/2018, cifrou-se em 106.071,51€, representando apenas 0,61% da despesa faturada.

Análise meramente caixa _ Despesa Paga

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2017 e 2018:

Quadro nº 47- Execução da Despesa Paga 2017-2018

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Diferença 2017/2018	Execução		Diferença 2017/2018	Taxas de Execução(%)		Tx de Cresci.to
	2018	2017		2018	2017		2018	2017	
Despesas Correntes	12 665 482,00	11 979 918,61	949 474,79	11 029 015,02	10 277 652,73	751 362,29	87,08%	85,79%	7,31%
Despesas com Pessoal	4 659 950,00	4 412 078,01	247 871,99	4 428 878,78	4 252 238,76	176 640,02	95,04%	96,38%	4,15%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	6 361 125,00	6 097 213,60	263 911,40	5 181 138,59	4 761 691,80	419 446,79	81,45%	78,10%	8,81%
<i>Aquisição de Bens</i>	<i>1 029 357,00</i>	<i>1 143 304,64</i>	<i>-113 947,64</i>	<i>773 180,72</i>	<i>732 946,98</i>	<i>40 233,74</i>	<i>75,11%</i>	<i>64,11%</i>	<i>5,49%</i>
<i>Aquisição de Serviços</i>	<i>5 331 768,00</i>	<i>4 953 908,96</i>	<i>377 859,04</i>	<i>4 407 957,87</i>	<i>4 028 744,82</i>	<i>379 213,05</i>	<i>82,67%</i>	<i>81,32%</i>	<i>9,41%</i>
Encargos correntes da dívida	66 822,00	68 250,00	-1 428,00	21 676,26	27 737,26	-6 061,00	32,44%	40,64%	-21,85%
Transferências Correntes	1 360 110,00	1 138 273,00	221 837,00	1 215 563,88	988 024,06	227 539,82	89,37%	86,80%	23,03%
Outras Despesas Correntes	217 475,00	264 104,00	-46 629,00	181 757,51	247 960,85	-66 203,34	83,58%	93,89%	-26,70%
			0,00						
Despesas de Capital	10 769 628,55	10 790 751,67	-21 123,12	6 360 345,73	6 756 963,65	-396 617,92	59,06%	62,62%	-5,87%
Aquisição de Bens de Investimento	7 131 785,00	6 773 113,59	358 671,41	3 414 978,42	3 358 549,57	56 428,85	47,88%	49,59%	1,68%
Transferências de Capital	2 493 480,55	2 060 805,00	432 675,55	1 807 643,37	1 474 074,07	333 569,30	72,49%	71,53%	22,63%
Activos Financeiros	81 083,00	109 583,00	-28 500,00	80 687,25	107 583,00	-26 895,75	n.a.	98,17%	-25,00%
Passivos Financeiros	1 057 280,00	1 827 850,08	-770 570,08	1 057 036,69	1 798 426,77	-741 390,08	99,98%	98,39%	-41,22%
Outras Despesas de Capital	6 000,00	19 400,00	-13 400,00	0,00	18 330,24	-18 330,24	0,00%	94,49%	-100,00%
Total da Despesa	23 435 110,55	22 770 670,28	928 351,67	17 389 360,75	17 034 616,38	354 744,37	74,20%	74,81%	2,08%

Assinala-se um decréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2018, de cerca de (-) 0,61 p.p. em relação ao apurado no exercício 2017.

A taxa de execução das despesas correntes conheceu um acréscimo de 7,31%, sendo que a das despesas de capital conheceu uma diminuição de 5,87% face ao registado no exercício económico de 2017.

O montante pago em 2018(17.389.360,75€) foi superior ao de 2017 (17.034.616,38€), constatando-se, em 2018, um aumento da despesa global paga no valor de (+) 354.744,37€ (2,08%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 74,20%.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem 63,42% do total geral da despesa paga, onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital, foi menor, ao assumir 36,58%.

Constata-se que as despesas **correntes** aumentaram 7,31% (em termos absolutos 751.362,29€) e as **despesas de capital** diminuíram 5,87% (em termos absolutos 396.617,92€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real_ Despesa Comprometida
DESPESA COMPROMETIDA
Quadro nº 48- Execução da Despesa Comprometida 2017-2018 (unid. monetária : €uros)

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2017/2018	Tx de Crescimento
	2018	2017		
01 Despesa com Pessoal	4 495 892,98	4 332 312,62	163 580,36	3,78%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes:	5 890 131,62	5 646 570,20	243 561,42	4,31%
03 Encargos Correntes de Dívida	21 676,26	27 737,26	-6 061,00	-21,85%
04 Transferências Correntes	1 261 413,48	1 060 823,87	200 589,61	18,91%
06 Outras Despesas Correntes	186 659,99	248 931,75	-62 271,76	-25,02%
Despesas Correntes	11 855 774,33	11 316 375,70	539 398,63	4,77%
07 Aquisição de Bens de Capital	4 381 280,57	4 218 642,28	162 638,29	3,86%
08 Transferências de Capital	1 943 103,99	1 608 557,56	334 546,43	20,80%
09 Activos Financeiros	80 687,25	107 583,00	-26 895,75	n.a.
10 Passivos Financeiros	1 057 036,69	1 798 426,77	-741 390,08	-41,22%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	18 330,24	-18 330,24	n.a.
Despesas de Capital	7 462 108,50	7 751 539,85	-289 431,35	-3,73%
TOTAL GERAL	19 317 882,83	19 067 915,55	249 967,28	1,31%

O volume de compromissos assumidos em 2018, conheceu um acréscimo relativamente ao registado no ano anterior, tendo a despesa comprometida aumentado 1,31% (249.967,28€) relativamente ao registado no ano 2017, globalizando uma despesa comprometida de 19.317.882,83€.

5.3.2. Análise da Despesas Correntes

As despesas correntes, compostas pelas despesas com pessoal, pela aquisição de bens e serviços, juros do serviço de dívidas e transferências, assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento que tendencialmente aumentam. Assim, a **despesa corrente paga totalizou**, em 2018, **11.029.015,02€**, registando-se um aumento de 751.362,29€€, apresentando ainda uma **taxa de variação de +7,31%** em relação ao ano anterior.

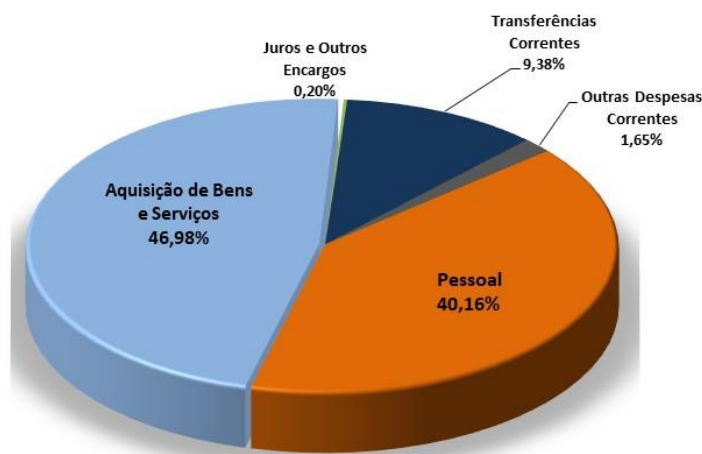
A Despesa Corrente apresenta no período de 2015-2018, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 49 - Evolução das Despesas Correntes (unid. monetária : €uros)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Peso%	Crescimento	
						Valor	%
Pessoal	4 208 946,93	4 217 493,40	4 252 238,76	4 428 878,78	40,16%	176 640,02	4,15%
Aquisição de Bens e Serviços	4 368 353,09	4 277 657,90	4 761 691,80	5 181 138,59	46,98%	419 446,79	8,81%
Juros e Outros Encargos	84 278,80	41 013,48	27 737,26	21 676,26	0,20%	-6 061,00	-21,85%
Transferências Correntes	943 838,26	982 439,51	988 024,06	1 215 563,88	11,02%	227 539,82	23,03%
Outras Despesas Correntes	62 972,79	194 988,93	247 960,85	181 757,51	1,65%	-66 203,34	-26,70%
Total	9 668 389,87	9 713 593,22	10 277 652,73	11 029 015,02	100,00%	751 362,29	7,31%

As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, e ao nível das despesas correntes globais pagas no 2018, a **Aquisição de Bens e Serviços** (5.181.138,59€) assume-se como o grupo de despesas com maior expressão dentro das Despesas Correntes, obtendo um peso de 46,98% seguido de imediato pelas **Despesas com Pessoal** (4.428.878,78€) com 40,16%.

Gráfico nº 31 – Peso de cada uma das rubricas no total das Despesas Correntes (%) - 2018



► Despesa com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 40,16% das despesas correntes em cerca de 25,47 % das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Da apreciação do quadro seguinte, conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2018 totalizaram 4.428.878,78 €, assinalando um acréscimo de (+) 176.640,02€ face a 2017, (+) 4,15%.

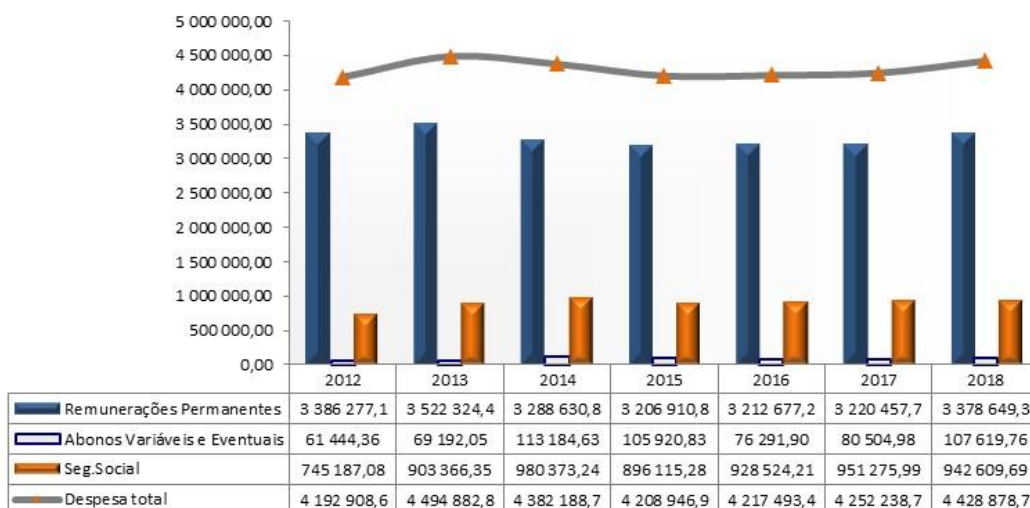
Quadro nº50 - Despesas com Pessoal (2015-2018)

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Peso %	Crescimento 2017/2018	
						Valor	%
Membros de Órgãos Autárquicos	121 950,36	128 663,17	135 864,78	163 756,02	3,70%	27 891,24	17,03%
Pessoal do Quadro	2 159 183,87	2 131 103,74	2 134 206,19	2 002 401,78	45,21%	-131 804,41	-6,58%
Pessoal Contratado a Termo	0,00	0,00	0,00	10 153,84	0,23%	10 153,84	100,00%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	197 365,26	229 263,06	216 286,59	262 982,43	5,94%	46 695,84	17,76%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	72 968,17	83 477,62	81 749,77	256 488,59	5,79%	174 738,82	68,13%
Subsídio de Refeição	195 416,55	185 787,70	197 860,84	203 712,46	4,60%	5 851,62	2,87%
Subsídio de Férias e de Natal	404 569,96	399 153,74	399 904,61	420 473,67	9,49%	20 569,06	4,89%
Outras Remunerações	55 456,65	55 228,26	54 585,01	58 680,54	1,32%	4 095,53	6,98%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3 206 910,82	3 212 677,29	3 220 457,79	3 378 649,33	76,29%	158 191,54	4,68%
Horas Extraordinárias	69 231,25	42 820,33	49 238,41	69 698,04	1,57%	20 459,63	29,35%
Abono para falhas	5 513,33	5 095,41	5 138,89	4 934,98	0,11%	-203,91	-4,13%
Outros Abonos	31 176,25	28 376,16	26 127,68	32 986,74	0,74%	6 859,06	20,79%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	105 920,83	76 291,90	80 504,98	107 619,76	2,43%	27 114,78	25,19%
Encargos com Saúde (ADSE)	147 680,36	180 175,89	206 948,74	151 553,63	3,42%	-55 395,11	-36,55%
Caixa Geral de Aposentações	557 531,03	544 040,58	551 638,04	561 033,40	12,67%	9 395,36	1,67%
Segurança Social -Reg Geral	143 403,35	139 434,02	132 839,62	152 138,24	3,44%	19 298,62	12,68%
Outras Prestações Sociais (*)	28 493,33	35 062,48	29 733,80	29 954,79	0,68%	220,99	0,74%
Seguros com Pessoal	19 007,21	29 811,24	30 115,79	47 929,63	1,08%	17 813,84	37,17%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	896 115,28	928 524,21	951 275,99	942 609,69	21,28%	-8 666,30	-0,92%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4 208 946,93	4 217 493,40	4 252 238,76	4 428 878,78	100,00%	176 640,02	4,15%

De salientar, o decréscimo verificado ao nível dos Encargos com a saúde em 2018 face a 2017 (+) 55.395,11€ que contribui para minimizar o aumento das despesas com pessoal.

Por forma a termos uma visão da evolução das despesas de pessoal desde 2012, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 32 – Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes


O grupo mais representativo corresponde a **remunerações certas e permanentes** (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de 3.378.649,33€. Segue-se o grupo referente a **contribuições e encargos patronais com a segurança social** (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou 942.609,69€. O remanescente, no valor de 107.619,76€, reflete o conjunto de **abonos variáveis e eventuais**, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de **Remunerações Certas e Permanentes**, representam 76,29% das Despesas com Pessoal, evidenciando um acréscimo relativamente ao ano 2017 de (+) 4,68% (158.191,54€), sendo que dentro deste agrupamento temos rubricas com tendências de crescimento diferentes.

Os **Abonos Variáveis e Eventuais**, afiguram 2,43% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2017, um acréscimo de (+) 4,68% (+ 27.114,78€).

A **Segurança Social**, consome 31,28% das Despesas com Pessoal, registando em relação ao exercício de 2017, uma diminuição de (-) 0,9%, correspondendo em termos absolutos a (-)8.666,30€, sendo de realçar o decréscimo com despesas pagas ao nível dos encargos de saúde.

Rubricas com acréscimos face a 2017

- » ↑ Despesas com Pessoal em Regime de Contrato de Tarefa e Avença no valor de (+) 46.695,84€;
- » ↑ Despesas com horas extraordinárias no valor de (+) 20.459,63€;
- » ↑ Despesas com Remunerações de Membros de Órgãos Autárquicos no valor de (+) 27.891,24€;
- » Consequentemente, ↑ do subsídio de refeição, de férias e natal e ↑ das contribuições para a segurança social.

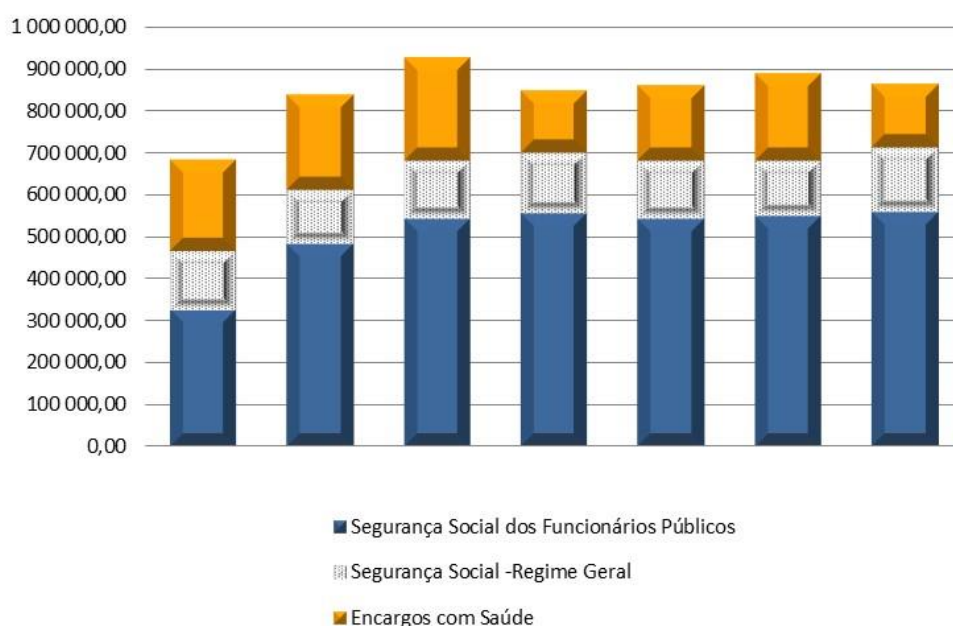
De referir, que o aumento das despesas em Pessoal e qq outra situação resulta da incorporação das remunerações dos dirigentes nesta rubrica, anteriormente registado na rubrica Pessoal do Quadro.

Rubricas com decréscimos face a 2017

- » ↓ Despesas com Encargos com a Saúde no valor de (-) 55.395,11€

Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, a sua evolução encontra-se ilustrada no gráfico seguinte:

Gráfico nº 33 – Evolução das Contribuições Sociais



➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

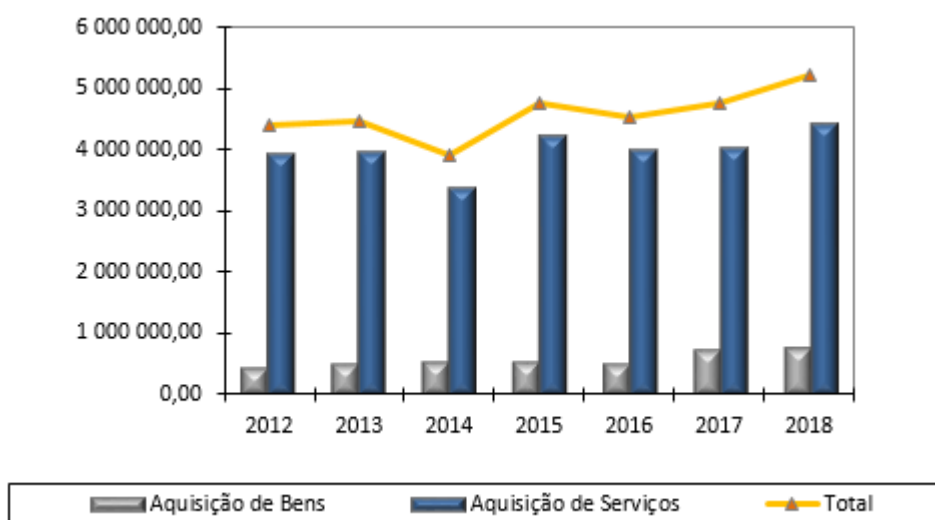
Quadro nº51 – Aquisição de Bens e Serviços Correntes (2017-2018)

DESPESA DE AQUISIÇÃO E DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES							
	2017		2018		2017/2018		
	Despesa Faturada	Despesa Paga	Despesa Faturada	Despesa Paga	Variação	Tx Cresc.	%no Total
AQUISIÇÃO DE BENS							
Matérias primas e subsidiárias	33 227,82	33 227,82	29 300,84	29 300,84	-3 926,98	-11,82%	0,57%
Combustíveis e Lubrificantes	157 555,76	157 555,76	169 803,59	169 803,59	12 247,83	7,77%	3,28%
Gasolina	5 844,63	5 844,63	5 442,96	5 442,96	-401,67	-6,87%	0,11%
Gasóleo	89 465,46	89 465,46	100 340,87	100 340,87	10 875,41	12,16%	1,94%
Outros	62 245,67	62 245,67	64 019,76	64 019,76	1 774,09	2,85%	1,24%
Limpeza e Higiene	12 898,58	12 898,58	10 591,83	10 591,83	-2 306,75	-17,88%	0,20%
Alimentação - Refeições Confeccionadas	170 296,35	170 296,35	238 540,28	238 540,28	68 243,93	40,07%	4,60%
Vestuário e Artigos Pessoais	14 522,32	14 522,32	3 616,76	3 616,76	-10 905,56	-75,10%	0,07%
Material de Escritório	20 343,33	20 343,33	22 903,38	22 903,38	2 560,05	12,58%	0,44%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	14 464,57	14 464,57	44 048,63	44 048,63	29 584,06	204,53%	0,85%
Material de Transporte - Peças	11 232,49	11 232,49	9 090,51	9 090,51	-2 141,98	-19,07%	0,18%
Outro material - Peças	10 325,48	10 325,48	13 507,27	13 507,27	3 181,79	30,81%	0,26%
Prémios, Condecorações e Ofertas	193 041,64	193 041,64	146 911,52	146 911,52	-46 130,12	-23,90%	2,84%
Mercadorias para venda	4 652,08	4 652,08	12 371,44	12 371,44	7 719,36	165,93%	0,24%
Ferramentas e Utensílios	6 501,85	6 501,85	1 013,58	1 013,58	-5 488,27	-84,41%	0,02%
Livros e Documentação Técnica	425,87	425,87	327,06	327,06	-98,81	-23,20%	0,01%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00%
Material de Educação, Cultura e Recreio	14 792,54	14 792,54	11 221,80	11 221,80	-3 570,74	-24,14%	0,22%
Outros Bens	68 666,30	68 666,30	59 932,23	59 932,23	-8 734,07	-12,72%	1,16%
Total_BENS	732 946,98	732 946,98	773 180,72	773 180,72	40 233,74	5,49%	14,92%
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS							
Encargos de Instalações	454 799,26	454 638,16	491 343,27	491 034,33	36 396,17	8,01%	9,48%
Limpeza e Higiene	91 826,54	88 028,89	90 929,01	90 929,01	2 900,12	3,29%	1,76%
Conservação de Bens	83 586,64	83 586,64	171 064,36	171 064,36	87 477,72	104,66%	3,30%
Locação de Edifícios	162,16	162,16	163,09	163,09	0,93	0,57%	0,00%
Locação de Material de Informática	17 573,01	17 573,01	32 288,83	32 288,83	14 715,82	83,74%	0,62%
Locação de Outros Bens	197 139,80	197 139,80	308 648,98	308 648,98	111 509,18	56,56%	5,96%
Comunicações	60 130,12	60 130,12	52 684,94	52 370,43	-7 759,69	-12,90%	1,01%
Transportes	217 119,17	217 119,17	274 525,31	274 525,31	57 406,14	26,44%	5,30%
Representação dos Serviços	849,80	849,80	1 085,88	1 085,88	236,08	27,78%	0,02%
Seguros	49 301,82	49 301,82	46 959,32	46 959,32	-2 342,50	-4,75%	0,91%
Deslocações e Estadas	88 875,97	88 875,97	131 054,47	131 054,47	42 178,50	47,46%	2,53%
Estudos, projectos, pareceres e consultar	157 388,06	157 388,06	201 379,39	201 379,39	43 991,33	27,95%	3,89%
Formação	10 810,70	10 810,70	12 317,70	12 317,70	1 507,00	13,94%	0,24%
Seminários, Exposições e Similares	34,70	34,70	0,00	0,00	-34,70	-100,00%	0,00%
Publicidade	105 082,36	105 082,36	140 025,72	140 025,72	34 943,36	33,25%	2,70%
Vigilância e Segurança	62 547,58	62 547,58	56 889,82	56 889,82	-5 657,76	-9,05%	1,10%
Assistência Técnica	89 832,15	89 832,15	79 446,20	79 446,20	-10 385,95	-11,56%	1,53%
Outros Trabalhos Especializados	1 490 967,25	1 490 967,25	1 577 490,62	1 553 619,78	62 652,53	4,20%	29,99%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	569 396,37	569 396,37	589 134,18	565 263,34	-4 133,03	-0,73%	10,91%
Serviços de Alimentação	16 717,95	16 717,95	1 471,80	1 471,80	-15 246,15	-91,20%	0,03%
Serviços de Limpeza Urbana	11 621,52	11 621,52	18 334,60	18 334,60	6 713,08	57,76%	0,35%
Diversos	893 231,41	893 231,41	968 550,04	968 550,04	75 318,63	8,43%	18,69%
Encargos de Cobrança de Receitas	90 026,55	90 026,55	96 691,75	96 691,75	6 665,20	7,40%	1,87%
Outros Serviços	769 637,59	764 649,93	667 463,50	667 463,50	-97 186,43	-12,71%	12,88%
Emolumentos	21 730,12	21 730,12	29 113,33	29 113,33	7 383,21	33,98%	0,56%
Publicações	8 745,38	8 745,38	0,00	0,00	-8 745,38	-100,00%	0,00%
Electricidade -Iluminação Pública	721 127,65	716 139,99	616 770,38	616 770,38	-99 369,61	-13,88%	11,90%
Diversos Serviços	18 034,44	18 034,44	21 579,79	21 579,79	3 545,35	19,66%	0,42%
Total_SERVIÇOS	4 037 691,23	4 028 744,82	4 432 452,16	4 407 957,87	379 213,05	9,41%	85,08%
TOTAL	4 770 638,21	4 761 691,80	5 205 632,88	5 181 138,59	419 446,79	8,81%	100,00%

A rubrica “Aquisição de bens e serviços”, em termos de despesa total paga representou 46,1% da despesa corrente e 29,79% da despesa total. Os gastos neste âmbito aumentaram cerca 8,81%, em relação a 2017. Neste âmbito, a maior relevância nos gastos foi assumida pela aquisição de serviços. Do montante total pago (5.181.138,59€), cerca de **14,92%** corresponderam a despesa em **aquisição de bens** (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e **85,08%** corresponderam a despesa para **aquisição de serviços** (refeições escolares, AEC’s, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, etc.).

A evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos (2012-2018), encontra-se expressa no gráfico seguinte.

Gráficos nº 34 - Evolução das Aquisição de Bens e Serviços Despesa Realizada (2012-2018)



Na comparação da execução do exercício de 2018 com o exercício de 2017, verifica-se relativamente à **aquisição de bens** que as variações mais significativas foram nas seguintes sub-rubricas económicas:



- Alimentação – Refeições Confeccionadas 40,07% (+ 68.243,93€)
- Produtos químicos 204,53% - (+29.584,06€)
- Combustíveis 7,77% -(+12.247,83€)
- Outro Material-Peças 30,81% -(+3.181,79€)
- Material de escritório 12,58% (+2.560,05€)



- Prémios e Ofertas 23,90% (- 46.130,12€)
- Vestuário e Artigos Pessoais 75,10% (-10.905,56€)
- Ferramentas e Utensílios 84,41% (-5.488,27€)
- Material de Educação e Recreio (-3.750,74€)
- Matérias Primas e Subsidiárias -12% (-3.926,98€)

Já no que diz respeito a **aquisição de serviços**, verificaram-se os seguintes acréscimos e decréscimos, mais relevantes:



- Locação de Outros bens 56,56% (+ 111.509,18€)
- Conservação de bens 104,66% - (+87.477,72€)
- Deslocações e Estadas 47,46% -(+42.178,50€)
- Estudos e Consultadoria 27,95% -(+43.991,33€)
- Transportes 26,44% (+57.406,14€)
- Publicidade 33,25% (+34.943,36€)



- Eletricidade -Iluminação Pública 13,88% (- 99.369,61€)
- Assistência Técnica 11,56% (-10.385,95€)
- Comunicações 12,90% (-7.759,69€)
- Vigilância e Segurança 9,05% (-5.657,76€)
- Seguros 4,75% (2.342,50€)

► Encargos Correntes da Dívida

Os juros suportados correspondem 0,20% das Despesas Correntes e 0,12% das Despesas Totais.

Gráfico nº 35 – Juros e Outros Encargos



Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

► **Transferências Correntes**

Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

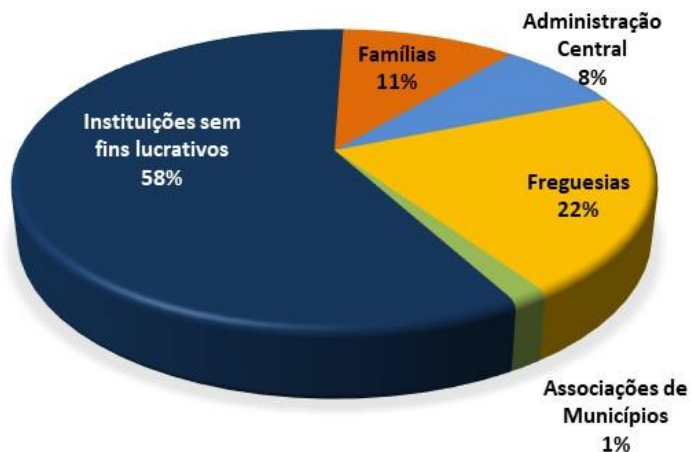
Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2018 por 6,99% do total da despesa paga, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

No agrupamento das **Transferências Correntes** são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica são registados os fluxos que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração no âmbito da educação (refeições escolares, atividades de apoio à família, etc.). O montante total pago a este título ascendeu a 1.215.563,88€ (+23,03% do que em 2017).

Quadro nº 52 – Transferências Correntes (Despesa)

Designação	2015	2016	2017	2018	variação 2017/2018	Tx Cresc	%Peso
Administração Central	114 181,73	86 292,29	52 726,86	93 749,64	41 022,78	77,80%	7,7%
Administração Local	255 083,29	255 383,03	268 234,57	282 217,59	13 983,02	5,21%	23,2%
Municípios	9 581,61	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,0%
Freguesias	235 591,35	255 170,30	263 450,30	263 450,30	0,00	0,00%	21,7%
Associações de Municípios	9 910,33	212,73	4 784,27	18 767,29	13 983,02	292,27%	1,5%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,0%
Instituições sem fins lucrativo	489 035,78	520 029,85	570 044,33	711 048,46	141 004,13	24,74%	58,5%
Famílias	85 537,16	120 734,34	97 018,30	128 548,19	31 529,89	32,50%	10,6%
TOTAL	943 837,96	982 439,51	988 024,06	1 215 563,88	227 539,82	23,03%	100,0%
Variação - valor	98 482,64	38 601,55	5 584,55	227 539,82			
Variação - %	11,65%	4,09%	0,57%	23,03%			

Gráfico nº36 – Desagregação Transferências Correntes



No cômputo geral deste agregado económico o maior peso centra-se nos apoios concedidos às **Instituições Sem Fins Lucrativos** (58,5% e um montante de 711.048,46€), seguindo-se as verbas transferidas para as **Juntas de Freguesia** (que atingem 263.450,30€, representando 21,7%) e, por último, as transferências para as **famílias** que, ao totalizarem 128548,19€, assumem 10,6% do total deste agregado.

As transferências atribuídas a famílias/particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pelo Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica, Programas de Apoio ao Arrendamento Social e Apoio á Vacinação Infantil.

Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do quadro abaixo, que ilustra a distribuição das *transferências correntes* atribuídos.

Quadro nº 53 – Distribuição Transferências Correntes (Despesa)

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2018
Administração Central	93 749,64
Transferências Agrupamentos de Escolas (Refeições, Despesas de Transportes e outras	93 749,64
Administração Local -FREGUESIAS	263 450,30
Acordo de Execução - Limpeza e Vias Espaços Públicos; Manutenção Espaços Verdes	259 250,30
Contratos Interadministrativos - Polo de Leitura de Pardilhó	4 200,00
Administração Local -ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	18 767,29
Comparticipação - Região de Aveiro Digital	13 873,81
Comparticipação - Delegação Permanente Bruxelas	703,73
Comparticipação - Produtos Turísticos Integrados	2 189,75
Comparticipação - Aveiro Região Bicicleta	2 000,00
INSTITUIÇÕES EM FINS LUCRATIVOS	711 048,46
Equipa de Intervenção Permanente /Bombeiros Voluntários Estarreja	47 432,07
Manutenção de Espaços Verdes - Ass.Moradores Urbanização Póvoa Baixo	9 750,00
APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AGENTES DESPORTIVOS	
Apoio a Eventos Desportivos	
Grande Prémio de Atletismo- Centro Recreativo de Estarreja	5 374,45
Encontro Nacional de Minis	10 000,00
Apoio ao Associativismo Desportivo	226 159,98
Manutenção de Relvados	32 400,00
APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS	
Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo	93 045,19
Apoio a Eventos Culturais	
Protocolo de Parceria Associação Carnaval de Estarreja	125 150,00
Trofeu Samba- Associação Carnaval de Estarreja	9 063,58
Samba com Vida 2018	11 000,00
Carnaval Infantil	24 585,00
Festas de Santo António	13 315,00
Festival de Cinema de Avanca- Cine Clube de Avanca	25000
APOIO EDUCAÇÃO - Associações de Pais e Encarregados de Educação	5 430,00
APOIO AÇÃO SOCIAL	52 343,19
APOIO Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores da CME	21 000,00
FAMÍLIAS	128 548,19
Contrato Emprego Inserção + Estágios Profissionais	31 499,59
Projecto "Estarreja Compartilha"	15 348,50
Programa de Bolsas de Estudo do Ensino Superior	22 500,00
Subsídio de Transporte Escolar	417,21
Apoio Vacinação Infantil	5 563,61
Apoio Arrendamento Habitacional	49 254,58
Comparticipação - Apoio a Particulares RMAA	1 433,86
Cartão Sénior Municipal	2 530,84
TOTAL	1 215 563,88

► Outras Despesas Correntes

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2018 aos 181.757,51€. No ano económico de 2018, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 26,70%, correspondendo a uma diminuição de -66.203,34€.

Quadro nº 54 – Outras Despesas Correntes

Designação	2014	2015	2016	2017	2018		Tx Cresc
					Valor	%	
Impostos e Taxas	40 359,30	11 506,26	30 549,09	36 649,46	36 992,24	20,35%	0,94%
Restituições	98 316,22	16 383,85	50 781,88	34 544,39	48 106,98	26,47%	39,26%
IVA Pago	0,00	0,00	75 692,65	140 954,90	61 294,76	33,72%	-56,51%
Serviços Bancários	2 491,92	2 106,63	2 352,75	3 598,07	2 779,40	1,53%	-22,75%
Quotizações		29 548,00	29 289,35	30 076,78	29 786,68	16,39%	-0,96%
Diversas	2 461,31	3 428,05	6 323,21	2 137,25	2 797,45	1,54%	30,89%
TOTAL.....	143 628,75	62 972,79	194 988,93	247 960,85	181 757,51	100,00%	-26,70%

Inerente ao incremento constatado nesta rubrica, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas diferentes componentes da mesma, destacando a rubrica *IVA pago* (61.294,76€), com uma variação de (-) 79.660,14€ relativamente ao ano anterior, cerca de 56,5%.

O valor das restituições (+ 13.562,59€) conheceu um significativo aumento decorrente do aumento de restituições associadas a impostos municipais processados no ano 2018, essencialmente relacionados com a cobrança do imposto Municipal de Imóveis (IMI).

5.3.3. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 6.360.345,73€, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de 396.617,92€ em relação ao ano anterior, traduzindo um decréscimo de 5,87% (vide Quadros nº 47 e 55).

A Despesa de Capital apresenta no período de 2015-2018, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

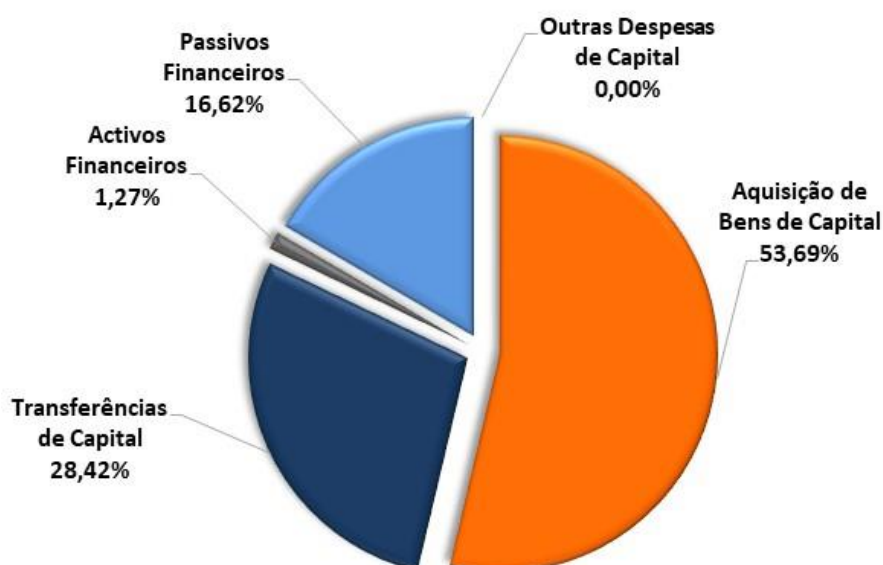
Quadro nº 55 – Evolução das Despesas de Capital

(unidade monetária : €uros)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Peso%	Crescimento	
						Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	3 132 430,84	3 992 923,88	3 358 549,57	3 414 978,42	53,69%	56 428,85	1,68%
Transferências de Capital	920 757,23	1 264 325,69	1 474 074,07	1 807 643,37	28,42%	333 569,30	22,63%
Activos Financeiros	107 583,00	236 208,00	107 583,00	80 687,25	1,27%	-26 895,75	-25,00%
Passivos Financeiros	1 692 049,23	1 057 397,88	1 798 426,77	1 057 036,69	16,62%	-741 390,08	-41,22%
Outras Despesas de Capital	11 123,16	107 516,75	18 330,24	0,00	0,00%	-18 330,24	n.a.
TOTAL	5 863 943,46	6 658 372,20	6 756 963,65	6 360 345,73	100,00%	-396 617,92	-5,87%

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2018, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº 37 – Desagregação das Despesas de Capital (2018)



► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos 4 anos, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº56- Evolução Investimento Global- Pago

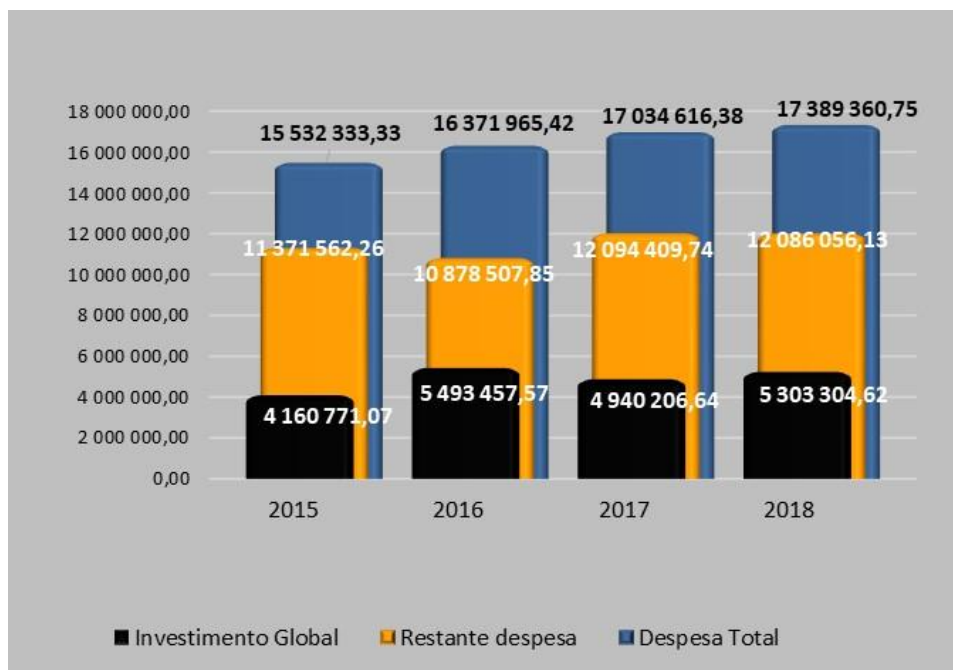
(unidade monetária : €uros)

Capítulos	2015	2016	2017	2018	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	3 132 430,84	3 992 923,88	3 358 549,57	3 414 978,42	64,39%	1,68%
Transferências de Capital	920 757,23	1 264 325,69	1 474 074,07	1 807 643,37	34,09%	22,63%
Ativos Financeiros	107 583,00	236 208,00	107 583,00	80 687,25	1,52%	-25,00%
TOTAL	4 160 771,07	5 493 457,57	4 940 206,64	5 303 309,04	100,00%	7,35%

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2018, um valor de 5.303.304,62€, apresentando uma variação de + 7,35% (+363.097,98€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 30,5%.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução do investimento global nos últimos 4 exercícios:

Gráfico nº 38 – Investimento Global



INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento (rubrica de aquisição de bens de capital) totalizou, em 2018, valores em termos de pagamento de 3.414.978,42€, traduzindo-se num acréscimo de 1,68% e apresentando uma taxa de execução de 47,88%.

Gráfico nº 39 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 53,69% das Despesas de Capital e 19,64% das Despesas Totais.

Quadro nº57 – Estrutura do Investimento

Designação	2016		2017		Peso%	Taxa de Crescimento	
	Pago	Dotações Finais	Pago			Valor	%
TERRENOS	588 716,31	2 125 000,00	1 801 219,39	52,74%	84,76%	1 212 503,08	205,96%
HABITAÇÕES	175 000,00	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%	- 175 000,00	-100,00%
EDIFÍCIOS	213 725,34	769 320,00	240 338,90	7,04%	31,24%	26 613,56	12,45%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	54 876,75	662 300,00	182 274,50	5,34%	27,52%	127 397,75	232,15%
MATERIAL DE TRANSPORTE	283 607,31	86 500,00	60 101,37	1,76%	69,48%	- 223 505,94	-78,81%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	28 986,98	114 000,00	61 405,78	1,80%	53,86%	32 418,80	111,84%
SOFTWARE INFORMÁTICO	11 676,03	74 500,00	59 117,96	1,73%	79,35%	47 441,93	406,32%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	75 894,03	96 400,00	44 752,52	1,31%	46,42%	- 31 141,51	-41,03%
EQUIPAMENTO BÁSICO	526 189,21	533 400,00	230 772,71	6,76%	43,26%	- 295 416,50	-56,14%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4 984,19	22 000,00	3 932,92	0,12%	17,88%	- 1 051,27	-21,09%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	11 000,00	8 500,00	0,25%	77,27%	8 500,00	n.a.
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0,00	4 600,00	0,00	0,00%	0,00%	-	n.a.
OUTROS INVESTIMENTOS	46 587,87	100 700,00	27 266,91	0,80%	27,08%	- 19 320,96	-41,47%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	9 907,25	0,00	0,00	0,00%	n.a.	- 9 907,25	-100,00%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1 972 772,61	2 531 065,00	695 295,46	20,36%	27,47%	-1 277 477,15	-64,76%
TOTAL.....	3 992 923,88	7 131 785,00	3 414 978,42	100,00%	47,88%	- 577 945,46	-14,47%

► Transferências de Capital

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 1.807.643,37€, traduzindo um aumento de 18,75% (333.569,30€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 58 – Transferências de Capital (Despesa)

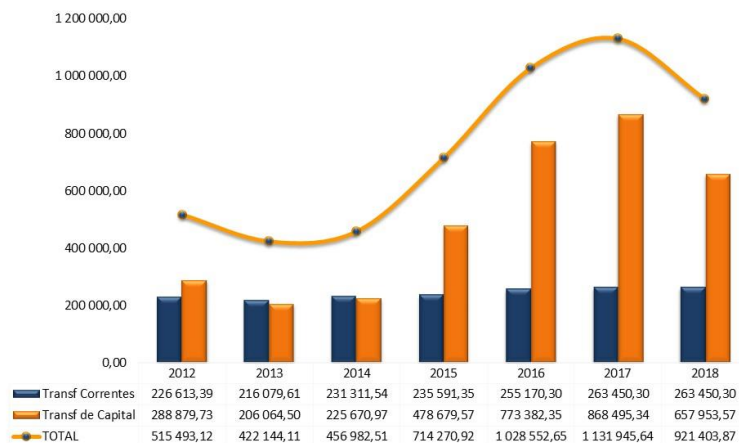
Designação	2015	2016	2017	2018	Variação		
					Peso%	valor	%
Administrações públicas	483 679,57	773 382,35	868 917,32	1 138 662,68	62,99%	269 745,36	23,69%
Fundos e serviços autónomos	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Administração autárquica	478 679,57	773 382,35	868 917,32	1 138 662,68	62,99%	269 745,36	23,69%
Freguesias	478 679,57	773 382,35	868 495,34	657 953,57	36,40%	-210 541,77	-32,00%
Assoc. Municípios	0,00	0,00	421,98	480 709,11	26,59%	480 287,13	99,91%
Administrações privadas	437 077,66	490 943,34	605 156,75	668 980,69	37,01%	63 823,94	9,54%
Instituições particulares	412 129,39	458 975,49	575 509,76	661 527,05	36,60%	86 017,29	13,00%
Famílias	24 948,27	31 967,85	29 646,99	7 453,64	0,41%	-22 193,35	-297,75%
TOTAL.....	920 757,23	1 264 325,69	1 474 074,07	1 807 643,37	100,00%	333 569,30	18,45%

O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em Freguesias cujas transferências ascenderam a 657.953,57€.

Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as participações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/FREGUESIAS

Gráfico nº 40 – Evolução das Transferências para as Freguesias (Correntes e Capital)



Do montante total das transferências (correntes e capital – 3.023.207,25€), cerca de 30,50% (921.403,87€) destinaram-se a transferências para as **freguesias**, no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências.

ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Gráfico nº 41 – Evolução das Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos (Correntes e Capital)

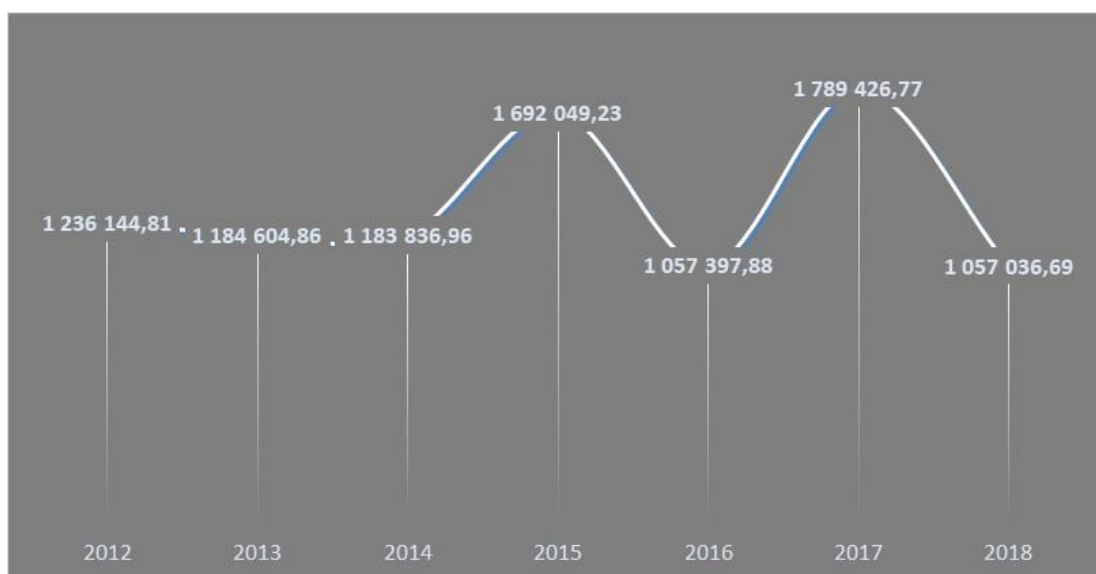


Do montante total das transferências (correntes e capital – 3.023.207,25€), cerca de 45,4 % (1.372.775,31€) destinaram-se Instituições Sem Fins Lucrativos, nas quais se incluem as associações apoiadas no âmbito dos diversos Programas de Apoio ao Associativismo. Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

► **Passivos Financeiros**

Durante o ano económico de 2018, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 1.057.036,99€. De referir que o valor de amortizações de empréstimos registado no ano 2017 deveu-se essencialmente á amortização total (754.624,64€) de empréstimo afeto a investimentos inscritos no PPI 2010 através de contratação e utilização de operação de financiamento para substituição de dívida realizada no âmbito da LOE 2016 e visada pelo Tribunal de contas em 2017.

Gráfico nº 42 – Evolução dos Passivos financeiros



5.3.4. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económica e social, suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “ **Execução do Plano Plurianual de Investimentos** “, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2017, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2018, é de 59,06%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “Execução do Plano de Atividades Municipais”, apresentando em 2018 uma execução de 87,08%.

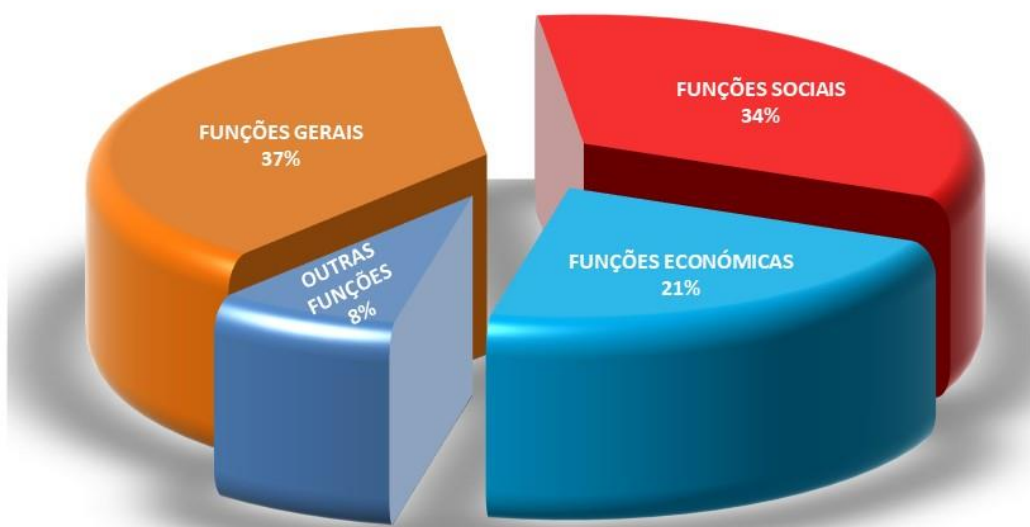
Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2018, em termos da classificação funcional, é apresentada nos quadros seguintes.

Quadro nº 59 – Estrutura das GOP's 2018

(unidade monetária : Euros)

GOP 2018									
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		TOTAL		Exec. Financeir a Anual (%)	Peso %
		Valor Previsto	Valor Executado	Valor Previsto	Valor Executado	Valor Previsto	Valor Executado		
1	FUNÇÕES GERAIS	962 410,55	417 537,84	6 699 965,00	6 006 511,59	7 662 375,55	6 424 049,43	83,84%	36,94%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	897 410,55	382 343,24	6 605 165,00	5 935 371,06	7 502 575,55	6 317 714,30	84,21%	36,33%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	897 410,55	382 343,24	6 605 165,00	5 935 371,06	7 502 575,55	6 317 714,30	84,21%	36,33%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	65 000,00	35 194,60	94 800,00	71 140,53	159 800,00	106 335,13	66,54%	0,61%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	65 000,00	35 194,60	94 800,00	71 140,53	159 800,00	106 335,13	66,54%	0,61%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3 321 150,00	1 769 187,69	4 893 845,00	4 088 538,18	8 214 995,00	5 857 725,87	71,31%	33,69%
2.1.	Educação	89 000,00	39 817,92	967 230,00	815 021,36	1 056 230,00	854 839,28	80,93%	4,92%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	89 000,00	39 817,92	304 300,00	211 971,18	393 300,00	251 789,10	64,02%	1,45%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00	662 930,00	603 050,18	662 930,00	603 050,18	90,97%	3,47%
2.2.	Saúde	87 000,00	52 829,05	0,00	0,00	87 000,00	52 829,05	60,72%	0,30%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	87 000,00	52 829,05	0,00	0,00	87 000,00	52 829,05	60,72%	0,30%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	273 000,00	193 151,53	252 400,00	184 263,78	525 400,00	377 415,31	71,83%	2,17%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	273 000,00	193 151,53	252 400,00	184 263,78	525 400,00	377 415,31	71,83%	2,17%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1 700 480,00	816 816,75	951 000,00	819 395,61	2 651 480,00	1 636 212,36	61,71%	9,41%
2.4.1.	HABITAÇÃO	55 000,00	26 144,57	0,00	0,00	55 000,00	26 144,57	47,54%	0,15%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	355 280,00	135 939,37	33 000,00	20 169,55	388 280,00	156 108,92	40,21%	0,90%
2.4.3.	SANEAMENTO	428 600,00	51 794,17	0,00	0,00	428 600,00	51 794,17	12,08%	0,30%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	58 900,00	32 313,82	647 200,00	575 473,90	706 100,00	607 787,72	86,08%	3,50%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO	802 700,00	570 624,82	270 800,00	223 752,16	1 073 500,00	794 376,98	74,00%	4,57%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 171 670,00	666 572,44	2 723 215,00	2 269 857,43	3 894 885,00	2 936 429,87	75,39%	16,89%
2.5.1.	CULTURA	291 000,00	145 328,06	1 364 615,00	1 124 178,18	1 655 615,00	1 269 506,24	76,68%	7,30%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	853 170,00	521 094,58	1 276 480,00	1 079 804,18	2 129 650,00	1 600 898,76	75,17%	9,21%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	27 500,00	149,80	82 120,00	65 875,07	109 620,00	66 024,87	60,23%	0,38%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 347 705,00	3 035 896,26	809 750,00	717 188,99	6 157 455,00	3 753 085,25	60,95%	21,58%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	3 500,00	0,00	0,00	0,00	3 500,00	0,00	0,00%	0,00%
3.1.1.	AGRICULTURA	3 500,00	0,00	0,00	0,00	3 500,00	0,00	0,00%	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	2 574 000,00	1 856 484,75	781 050,00	700 571,69	3 355 050,00	2 557 056,44	76,22%	14,70%
3.2.1.	INDUSTRIA	2 474 000,00	1 802 252,59	99 050,00	82 523,85	2 573 050,00	1 884 776,44	73,25%	10,84%
3.2.2.	ENERGIA	100 000,00	54 232,16	682 000,00	618 047,84	782 000,00	672 280,00	85,97%	3,87%
3.3.	Transportes e Comunicações	2 701 205,00	1 113 997,15	18 200,00	16 617,30	2 719 405,00	1 130 614,45	41,58%	6,50%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2 701 205,00	1 113 997,15	18 200,00	16 617,30	2 719 405,00	1 130 614,45	41,58%	6,50%
3.4.	Comércio e Turismo	69 000,00	65 414,36	10 500,00	0,00	79 500,00	65 414,36	82,28%	0,38%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	69 000,00	65 414,36	0,00	0,00	69 000,00	65 414,36	94,80%	0,38%
3.4.2.	TURISMO	0,00	0,00	10 500,00	0,00	10 500,00	0,00	0,00%	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1 138 363,00	1 906 009,77	261 922,00	216 776,26	1 400 285,00	1 354 500,20	96,73%	7,79%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	1 138 363,00	1 137 723,94	66 922,00	21 776,26	1 205 285,00	1 159 500,20	96,20%	6,67%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1 057 280,00	1 057 036,69	66 922,00	21 776,26	1 124 202,00	1 078 812,95	95,96%	6,20%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	81 083,00	80 687,25	0,00	0,00	81 083,00	80 687,25	99,51%	0,46%
4.2.	Transferências entre Administrações	0,00	0,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	100,00%	1,12%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUT	0,00	0,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	195 000,00	100,00%	1,12%
TOTAL		10 769 628,55	7 128 631,56	12 665 482,00	11 029 015,02	23 435 110,55	17 389 360,75	74,20%	100,00%

Gráfico nº 43 – GOP – Repartição por funções (%)



6. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

6.1. ENQUADRAMENTO

O RFALEI (Lei das Finanças Locais - Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 1 de janeiro de 2014, veio a estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é a **dívida total** de operações orçamentais.

No apuramento da **dívida total** de operações orçamentais do município, inclui-se os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (nº 2 do art.º 52º da referida LFL).

O limite da dívida total de cada município é o previsto no artigo 52º do referido RFALEI, limite esse que apenas tem em consideração o passivo dos municípios, incluindo a dívida das entidades do setor empresarial municipal, deixando de contar com efeito de algumas rubricas do ativo (disponibilidades e direitos a receber), ao contrário do que acontecia com o conceito de Endividamento Líquido.

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

De referir que ao nível do endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Assim, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do nº1 do artº 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;
- c) As empresas locais e participadas;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida, o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2017, e respetivas normas de execução orçamental.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

6.2. DÍVIDA TOTAL

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

Quadro nº 60 – Dívida do Município 2015-2018

(unidade monetária : €uros)

	31/dez/2015	31/dez/2016	31/dez/2017	31/dez/2018	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	9 945 524,03	8 772 488,48	7 621 103,35	5 614 426,23	69,67%	-2 006 677,12	-26,33%
Fonecedores de Imobilizado	8 054,67	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
FAM - Exigível após 2018	537 914,39	430 331,39	322 748,39	26 895,75	0,33%	-295 852,64	-91,67%
Empréstimos de M/L Prazo	7 286 270,33	6 228 872,45	5 185 070,32	5 528 033,63	68,60%	342 963,31	6,61%
Outros Credores (SIMRIA)	2 053 787,79	2 053 787,79	2 053 787,79	0,00	0,00%	-2 053 787,79	-100,00%
Outros Credores (Cauções)	59 496,85	59 496,85	59 496,85	59 496,85	0,74%	0,00	0,00%
Dívida de Curto Prazo	2 042 340,35	1 946 479,34	2 429 333,48	2 443 796,48	30,33%	14 463,00	0,60%
Fornecedores Conta Corrente	16 040,59	59 341,14	4 987,66	308,94	0,00%	-4 678,72	-93,81%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	390 827,67	191 554,84	384 416,55	419 806,13	5,21%	35 389,58	9,21%
Fornecedores de Imobilizado	8 789,45	0,00	0,00	3 562,08	0,04%	3 562,08	n.a.
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	29 037,55	5 287,51	124 904,04	100 360,85	1,25%	-24 543,19	-19,65%
Estado e Outros Entes Públicos	121 180,53	119 799,25	115 336,57	130 461,32	1,62%	15 124,75	13,11%
FAM - Exigível após 2018	107 583,00	107 583,00	107 583,00	53 791,50	0,67%	-53 791,50	-50,00%
Outros Credores	320 707,81	449 254,60	687 446,66	660 950,66	8,20%	-26 496,00	-3,85%
Adiantamento por Conta de Vendas	1 048 173,75	1 013 659,00	1 004 659,00	1 074 555,00	13,33%	69 896,00	6,96%
TOTAL	11 987 864,38	10 718 967,82	10 050 436,83	8 058 222,71	100,00%	-1 992 214,12	-19,82%

Em 31 de Dezembro de 2018 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 8.058.222,71€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 69,67% e 30,33% de curto prazo.

A **dívida global do município** a 31 de dezembro de 2018, no valor de 8.058.222,71€, regista, assim, menos (-) **1.992.214,12 €** que no final de 2017, evidenciando um decréscimo de (-) 19,82%, devido fundamentalmente a alteração de registo contabilístico no âmbito dos Outros Credores (SIMRIA/AdCL,S.A.).

Neste seguimento, a redução da dívida de médio e longo cifrou-se em (-) 2.006.677,12€ (Δ -26,33%), completando no final do exercício económico a quantia 5.614.426,13€.

A reclassificação contabilística operada ao nível do passivo de médio e longo prazo no montante de 2.053.787,78€ (resultante de faturação excessiva emitida pela SIMRIA em anos anteriores), passou pela transferência deste valor para uma conta de provisões, por considerar que não é um valor exigível e certo, tanto que não tem sido reconhecido pelo Município e quanto à sua certeza do montante em dívida está dependente da contingência do recebimento de dividendos. Desconhece-se de quanto e quando é exigível o seu pagamento, estando completamente dependente do conhecimento do recebimento dos dividendos.

Expurgando o efeito desta reclassificação o valor da dívida de médio e longo prazo teria aumentado muito ligeiramente, no valor de 47.100,67 (+0,62%).

A dívida de curto prazo totaliza no final de 2018 o valor de 2.443.796,48€, sofrendo um acréscimo de +0,6% face ao exercício transato, correspondendo em termos absolutos a um aumento de (+) 14.463,00€.

Da análise do quadro supra, podemos concluir que 69,67% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 98,46% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um decréscimo, no valor (-)24.543,19€, tendo os Fornecedores Conta Corrente (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conhecido uma tendência contrária, registando um acréscimo no valor de 35.389,58 (Δ 9,21%).

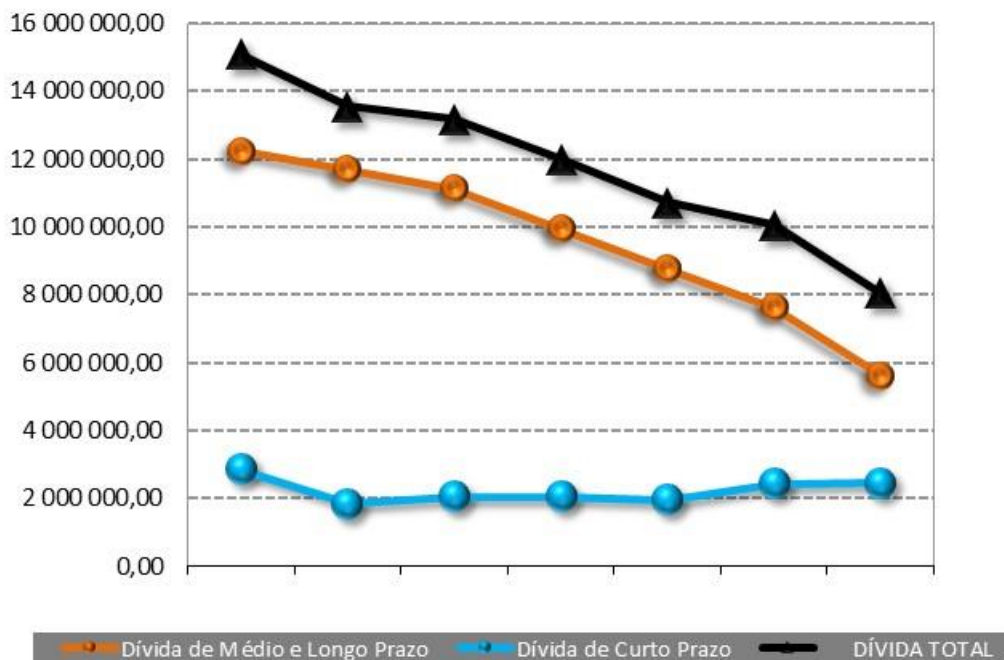
Quadro nº 61 – Evolução da dívida total (2012 - 2018) (unidade monetária : €uros)

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida de Médio e Longo Prazo	12 236 220,34	11 698 243,09	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48	7 621 103,35	5 614 426,23
Dívida de Curto Prazo	2 855 581,92	1 849 029,87	2 056 593,80	2 042 340,35	1 946 479,34	2 429 333,48	2 443 796,48
DÍVIDA TOTAL	15 091 802,26	13 547 272,96	13 178 393,80	11 987 864,38	10 718 967,82	10 050 436,83	8 058 222,71
Taxa de crescimento da Dívida							
Médio e Longo Prazo	-6,83%	-4,40%	-4,93%	-10,58%	-11,79%	-13,12%	-26,33%
Curto Prazo	-40,31%	-35,25%	11,23%	-0,69%	-4,69%	24,81%	0,60%
TOTAL	-15,77%	-10,23%	-2,72%	-9,03%	-10,58%	-6,24%	-19,82%

Tendo em conta a evolução dos dados retratados no quadro acima, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2012-2017, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar o 1M€ a 3M€ , num contexto de apertada gestão de disponibilidades.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2012 a 2018, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 44 – Evolução da Dívida (2012-2017)

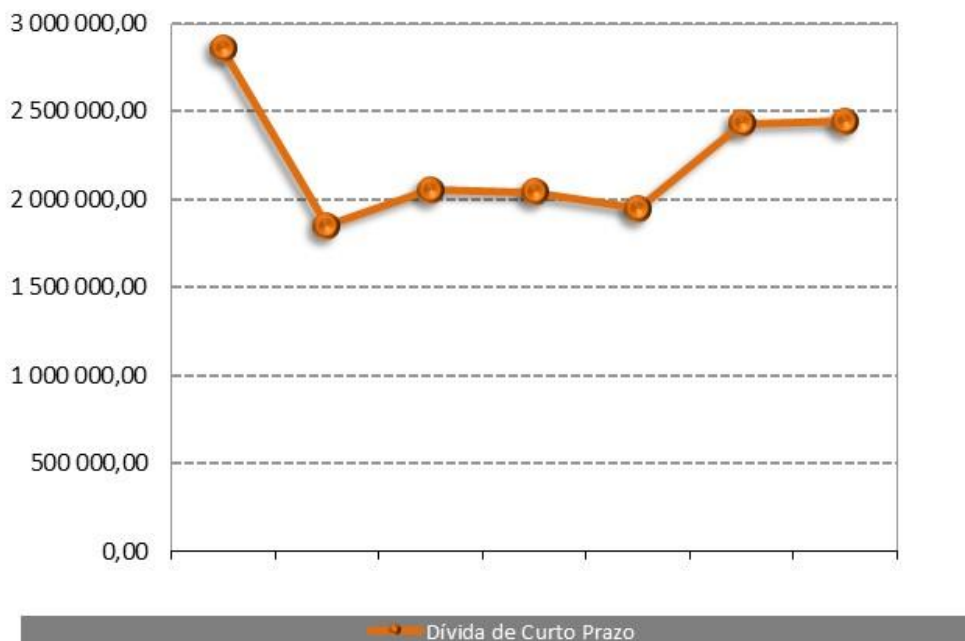


Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controlo do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município.

6.3. DIVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no gráfico infra, seguinte.

Gráfico nº 45 – Evolução da Dívida de curto-prazo (2012-2018)



► Pagamento em Atraso

No âmbito da análise da dívida de curto prazo, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Quanto aos **pagamentos em atraso** (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

► Prazo Médio de Pagamentos

Genericamente, o prazo médio de pagamento representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, publicado no Diário da Republica n.º 71, 2.ª Série Parte C, foi adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) que passou a basear-se na seguinte fórmula, para efeitos de cálculo, reporte e monitorização pela Tutela (DGAL):

$$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^t DF}{4}}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que:

t - Trimestre

DF – Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

A – Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

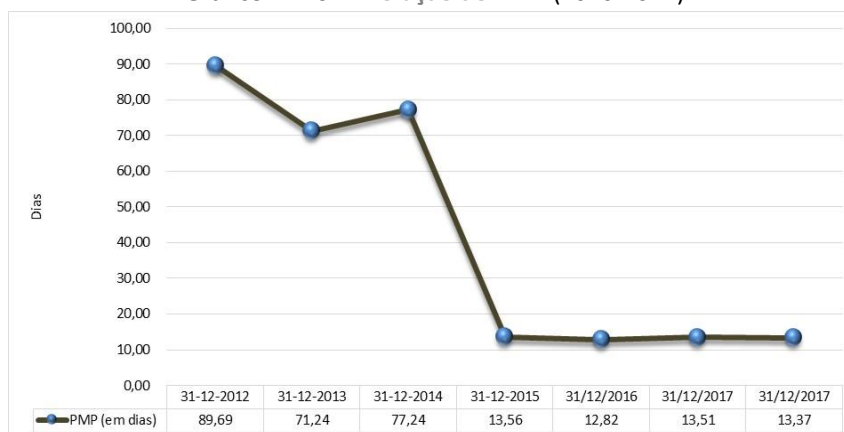
Da qual resulta a seguinte evolução do PMP:

Quadro nº 62 – Evolução do PMP _ DGAL

Dados/ Datas de Referência	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Dívidas de Fornecedores (DF) (4 trimestres - de t a t-3)	19 488 646,60	13 544 226,02	8 906 156,08	1 663 638,90	1 756 006,00	2 094 720,00	2 026 811,00
Aquisições de bens e Serviços (A) (4 trimestres - de t a t-3)	19 828 350,99	17 347 765,20	10 522 083,14	11 198 456,74	12 503 157,00	14 145 922,00	13 828 638,00
PMP (em dias)	89,69	71,24	77,24	13,56	12,82	13,51	13,37
PMP em meses	2,99	2,37	2,57	0,45	0,43	0,45	0,45

O prazo médio de pagamentos (PMP) do Município de Estarreja apurado à data de 31 de dezembro de 2018 é de 13,37 dias.

Gráfico nº 46 – Evolução do PMP (2010-2017)



6.4. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “relevar” ou “não relevar” para a capacidade de endividamento municipal.

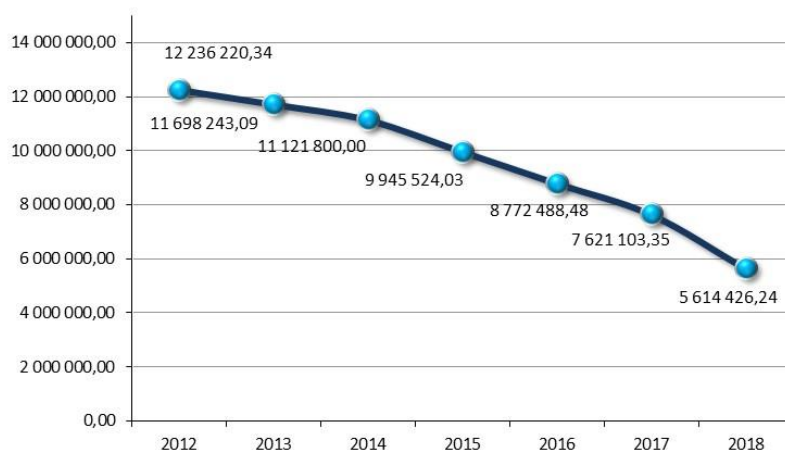
No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos seis anos:

Quadro nº 63 – Estrutura da Dívida de M/L Prazo (2012 e 2018)

(unidade monetária : €uros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,45	5 185 070,32	5 528 033,64
Outras dívidas de Médio e Longo Prazo	2 212 841,89	2 171 997,85	2 779 391,72	2 659 253,70	2 543 616,03	2 436 033,03	86 392,60
Fonecedores de Imobilizado	99 407,25	58 531,06	20 609,87	8 054,67	0,00	0,00	0,00
FAM - Exigível após 2018	0,00	0,00	645 497,39	537 914,39	430 331,39	322 748,39	26 895,75
Outros Credores	2 113 434,64	2 113 466,79	2 113 284,46	2 113 284,64	2 113 284,64	2 113 284,64	59 496,85
TOTAL Dívida de M/L Prazo	12 236 220,34	11 698 243,09	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48	7 621 103,35	5 614 426,24

Gráfico nº 47– Evolução da Dívida de M/L



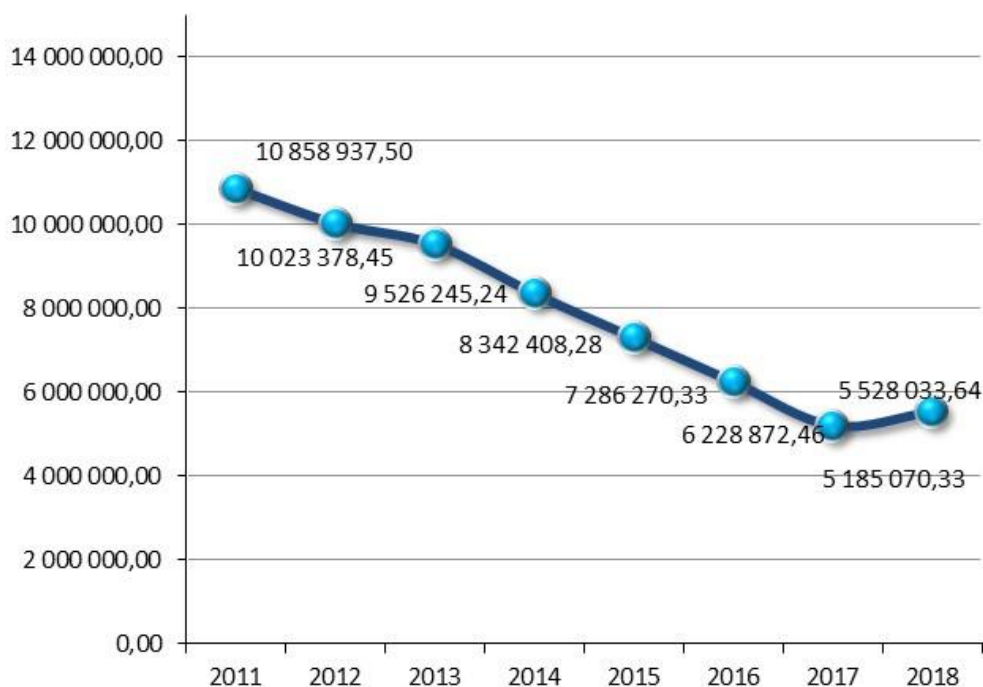
Promovendo uma análise geral à evolução destes passivos, os dados presentes no quadro supra demonstram que desde 2012 e até ao final de 2018 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo. A diminuição registada no ano 2018 está inteiramente relacionada com a alteração de registo contabilístico ao nível do valor “em divida” á SIMRIA(atual AdCAL,S.A.), passando a ser tratada como um passivo contingente em forma de provisão, dada a sua incerteza quanto á sua exigibilidade e certeza do montante e momento do seu pagamento.

Relativamente aos empréstimos, atento o cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos. No quadro e gráfico seguinte temos a evolução da stock da dívida com empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro nº 64 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : €uros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(1)Dívida no início do período	10 858 937,50	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46	5 185 070,33
(2)Empréstimos contraídos e utilizados no período	400 585,76	687 471,65	0,00	635 911,28	0,00	754 624,64	1 400 000,00
(3)Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4)Amortizações do Período	1 236 144,81	1 184 604,86	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87	1 798 426,77	1 057 036,69
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46	5 185 070,33	5 528 033,64
Taxa de crescimento da Dívida %	-7,69%	-4,96%	-12,43%	-12,66%	-14,51%	-16,76%	6,61%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	-835 559,05	-497 133,21	-1 183 836,96	-1 056 137,95	-1 057 397,87	-1 043 802,13	342 963,31

Gráfico nº 48 – Evolução do stock da dívida


Do observado no quadro supra verifica-se tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo. No entanto no ano 2018, por questões de necessidade de financiamento foi utilizado 1.400.000,00 de empréstimo obtido e visado pelo Tribunal de Contas em finais de 2017 e contraído junto do Banco de Investimento Português (BPI). Nesta lógica, registou-se do valor do capital em dívida de médio e longo prazo de origem bancária, no valor de 342.963,31€ (Δ 6,61%).

6.5. SERVIÇO DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2012 a 2017, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 65 - Evolução do Serviço de Dívida (2012 - 2018) (unidade monetária : €uros)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total do Serviço de Dívida	1 376 274,04	1 262 540,21	1 283 351,91	1 775 077,03	1 095 464,51	1 826 064,90	1 078 282,52
Amortizações	1 236 144,81	1 184 604,86	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87	1 798 426,77	1 057 036,69
Juros	140 129,23	77 935,35	99 514,95	83 027,80	38 066,64	27 638,13	21 245,83
Taxa de crescimento do Serviço da Dívida		-8,26%	1,65%	38,32%	-38,29%	66,69%	-40,95%
Amortizações		-4,17%	-0,06%	42,93%	-37,51%	70,08%	-41,22%
Juros		-44,4%	27,7%	-16,6%	-54,2%	-27,4%	-23,1%

O serviço de dívida no ano 2018 apresentou um decréscimo de (747.782,38€) face a 2017. Essa diminuição deve-se fundamentalmente à amortização/liquidação antecipada do empréstimo “Financiamento de Diversos Investimentos no PPI de 2010” no valor de 768.100,08€, com a contração de novo financiamento por operação de substituição de dívida ao abrigo do art.63º do LOE 2016, efetuada no exercício económico 2017.

No peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca de 98% do seu valor global.

6.6. COMPOSIÇÃO DA CAPITAL BANCÁRIO EM DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 66 - Composição do Capital Bancário (unidade monetária : €uros)

	Capital em Dívida em 31/12/2015	Capital em Dívida em 31/12/2016	Capital em Dívida em 31/12/2017	Capital em Dívida em 31/12/2018	
	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Construção Arrendamento Social-INH	180 524,35	135 784,01	90 745,53	45 475,11	0,82%
Diversos Investimentos - PA 1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	1 282 471,56	1 025 977,24	769 482,92	512 988,60	9,28%
Parque Industrial - PA 2000	1 888 781,64	1 652 683,96	1 416 586,28	1 180 488,60	21,35%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	169 910,65	147 255,89	124 601,13	101 946,38	1,84%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	79 936,08	69 944,07	59 952,06	49 960,05	0,90%
Diversos Investimentos - PPI 2004	415 099,20	371 404,56	327 709,92	284 015,28	5,14%
Diversos Investimentos - PPI 2005	449 511,65	402 242,31	354 919,67	307 597,03	5,56%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	42 585,10	38 529,38	34 473,66	30 417,94	0,55%
Parque Industrial - PPI/2006	567 361,13	514 583,36	461 805,58	409 027,79	7,40%
Parque Desportivo Municipal	23 894,84	19 913,27	15 930,63	11 947,98	0,22%
PREDE Entidade Bancária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
PREDE Estado	745 467,80	532 477,00	319 486,20	106 495,40	1,93%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	822 001,84	768 100,08	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PPI 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Operação de Substituição de Dívida -2015	618 724,49	549 977,33	481 230,17	412 483,01	7,46%
Operação de Substituição de Dívida -2016	0,00	0,00	728 146,58	675 190,46	12,21%
Aquisição de Terrenos Eco-Parque	0,00	0,00	0,00	1 400 000,00	
Total da dívida de médio e longo prazo	7 286 270,33	6 228 872,46	5 185 070,33	5 528 033,63	100,00%

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos para financiamento de Infraestruturas de Saneamento Básico – PPI 2000, no valor de 3.940.503,39 €, que conheceu uma redução de 256.494,32 no valor da dívida, o empréstimo bancário adjudicado ao Banco BPI para financiamento do Parque Industrial 2000, no montante de 3.541.465,07 €, que determinou um corte adicional de 236.097,68 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 212.990,80€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável ao Estado, cujo seu período de amortização iniciou a dezembro de 2014.

6.7. LIMITES À DIVIDA

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (grupo municipal), **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

Assim, procedendo ao respetivo apuramento (quadro infra), o limite de dívida total para o Município de Estarreja, no ano 2018 situa-se, nos **20.348.461,36€**.

Quadro nº 67- Apuramento do Limite da Dívida Total -Ano 2018

Descrição	2015	2016	2017
Receita Corrente	13 265 729,44 €	13 514 064,05 €	13 917 129,22 €
Total			40 696 922,71 €
			Média dos 3 anos
			13 565 640,90 €
			Média dos 3 anos x 1,5
			20 348 461,36 €

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontram-se identificados as tipologias e requisitos das entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma.

Decorrente dos pressupostos anteriormente descritos, procede-se de seguida ao apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo Municipal.

De referir, que no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

CÁLCULO DA MARGEM al b) nº3 do ART.52.º do RFALEI
Quadro nº 68

Rúbricas da dívida	01/jan/2018
Dívida de Médio e Longo Prazo	7 621 103,35
Dívida de Curto Prazo	2 429 333,48
TOTAL	10 050 436,83
A Abater	1 206 535,25
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	776 203,86
Dívida pela subscrição do FAM	430 331,39
Dívida total do Município (A)	8 843 901,58
A Acrescer: Dívida das Entidades Relevantes (B)	590 458,00
Dívida total a considerar (C)=(A)+(B)	9 434 359,58
MARGEM 2018	
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - A	13 565 640,90
Limite da dívida - B = A x 1,5 (Art. 52.º da LFL)	20 348 461,36
Margem absoluta - C= B - Dívida Total a considerar	10 914 101,78
Margem utilizável, de acordo com a alínea b) do nr. 3 do art. 52.º - 20% da margem disponível no início do exercício	2 182 820,36

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E IMPOSIÇÕES LEGAIS DO ART.52.º DO RFALEI
Quadro nº 69

Rúbricas da dívida	dez/2017 (01jan.2018)	31 dez.2018
Dívida de Médio e Longo Prazo	6 563 837,09	4 663 680,26
Empréstimos de M/L Prazo - componente de MLP	4 127 804,06	4 577 287,66
FAM - Exigível após 2019	322 748,39	26 895,75
Outros credores (Simria)	2 053 787,79	0,00
Outros Credores (Cauções)	59 496,85	59 496,85
Dívida de Curto Prazo	3 486 599,74	3 394 542,45
Empréstimos de M/L Prazo - componente de CP	1 057 266,26	950 745,97
Fornecedores Conta Corrente	4 987,66	308,94
Fornecedores - Fact. em Recepção e Conf.	384 416,55	419 806,13
Fornecedores de Imobilizado c/c	0,00	3 562,08
Fornecedores Imobilizado - Fact. em Recepção e Conf.	124 904,04	100 360,85
Estado e Outros Entes Públicos	115 336,57	130 461,32
Outros Credores	795 029,66	714 742,16
Adiantamento por Conta de Vendas	1 004 659,00	1 074 555,00
DÍVIDA DO MUNICÍPIO (1)	10 050 436,83	8 058 222,71
A Abater (2)		
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	776 203,86	741 056,13
Dívida pela subscrição do FAM	430 331,39	80 687,25
Dívida total do Município (3)=(1)-(2)	8 843 901,58	7 236 479,33
Dívida das Entidades relevantes a imputar ao ME:	590 458,00	341 623,00
Dívida total a considerar (5) = (3) + (4)	9 434 359,58	7 578 102,33
Evolução da dívida total (6)	-	1 856 257,25
Limite Legal (7)	20 348 461,36	
Margem Absoluta (8)	10 914 101,78	
Margem disponível efetiva para aumento da Dívida Total (al b) do n.º 3 do art. 52º RFALEI (9)	2 182 820,36	
Margem disponível para utilização - Ano 2018 (10) = (6)-(9)		4 039 077,61

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 31 de dezembro de 2018 a dívida total de operações orçamentais do município - grupo municipal – ascende a 7.578.102,33€, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 12.770.359,03€.

Pelo supra constata-se que o Município de Estarreja cumprindo o limite do nº 1 do art.52º do RFALEI, e perante o disposto na alínea b) do nº3 do mesmo articulado, em 31 de dezembro de 2018 detinha uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento (endividamento não tomado) de 4.039.077,61€.

MECANISMOS DE ALERTA PRECOCE

O Município de Estarreja cumpre todos os limites previstos no art. 52º do RFALEI, não se encontrando enquadrado no nº1 do art.56º do dito diploma legal, ou seja, em alerta precoce uma vez que a dívida total a 31 de dezembro de 2018 não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, ficando abaixo desse limite em 5.987.238,57€, conforme demonstrado em quadro seguinte.

Quadro nº 70 – Mecanismo de Alerta Precoce

Descrição	dez/18
Dívida total a considerar (A)	7 578 102,33
Média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (B)	13 565 640,90
ALERTA PRECOCE (nº1 art.56º LFL) (B)-(A)	5 987 538,57

Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

7. ANÁLISE PATRIMONIAL

As informações apresentadas neste capítulo resultam da **Contabilidade Patrimonial ou Financeira**, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa do património do Município, determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida.

O **Balanço e Demonstração de Resultados** facultam a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, para ulterior diagnóstico e tomada de decisões.

No presente relatório recorreu-se à para a obtenção de informação necessária à análise económica, centrada nos proveitos e custos, e de estrutura financeira.

Será de salientar, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores relativos a Proveitos e Custos (Contabilidade Patrimonial ou Financeira) e de Receitas e Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza diversa dos conceitos.

7.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1.1. Análise ao Balanço

O **Balanço** é a ferramenta contabilística, por excelência, de aferição da posição económica e financeira de uma entidade.

O **Balanço** apresenta a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer o **Ativo**, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos (imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), isto é, a sua estrutura económica, e o **Passivo e Capital Próprio**, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos undos próprios ou capitais alheios/passivo).

Da articulação destas duas partes é possível inferir acerca da capacidade da entidade para se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante terceiros pontualmente

Para a analisar a evolução da situação patrimonial, importa proceder à comparação com o Balanço reportado a 31/12/2018, evidenciado em valores líquidos.

Quadro nº 71 – Balanço

Designação	2018		2017		Variação Valor	Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%		
Ativo						
Imobilizado	92 928 727,43	88,45%	94 258 008,42	89,09%	-1 329 280,99	-1,41%
<i>Bens de Domínio Público</i>	32 900 937,35	31,32%	34 152 425,38	32,28%	-1 251 488,03	-3,66%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	27 540,80	0,03%	27 540,80	0,03%	0,00	0,00%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	58 016 600,41	55,22%	57 825 436,48	54,66%	191 163,93	0,33%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 983 648,87	1,89%	2 252 605,76	2,13%	-268 956,89	-11,94%
Circulante	12 134 833,00	11,55%	11 542 066,44	10,91%	592 766,56	5,14%
<i>Existências</i>	177 558,15	0,17%	167 667,46	0,16%	9 890,69	5,90%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	453 862,36	0,43%	479 961,65	0,45%	-26 099,29	-5,44%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	5 701 391,54	5,43%	6 111 314,41	5,78%	-409 922,87	-6,71%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	5 802 020,95	5,52%	4 783 122,92	4,52%	1 018 898,03	21,30%
TOTAL DO ATIVO	105 063 560,43	100,00%	105 800 074,86	100,00%	(736 514,43)	-0,70%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	61 982 256,47	59,00%	60 620 901,00	57,30%	1 361 355,47	2,25%
<i>Património</i>	33 148 031,99	31,55%	33 148 031,99	31,33%	0,00	0,00%
<i>Reservas Legais</i>	1 230 803,08	1,17%	1 190 539,37	1,13%	40 263,71	3,38%
<i>Subsídios</i>	73 706,36	0,07%	73 706,36	0,07%	0,00	n.a.
<i>Doações</i>	119 514,25	0,11%	119 414,25	0,11%	100,00	0,08%
<i>Resultados Transitados</i>	26 430 539,03	25,16%	25 283 934,74	23,90%	1 146 604,29	4,53%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	979 661,76	0,93%	805 274,29	0,76%	174 387,47	21,66%
Passivo	43 081 303,96	41,00%	45 179 173,86	42,70%	-2 097 869,90	-4,64%
<i>Provisões para Riscos e Encargos</i>	2 242 473,50	2,13%	564 629,03	0,53%	1 677 844,47	0,00%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	4 663 680,26	4,44%	6 563 837,09	6,20%	-1 900 156,83	-28,95%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3 394 542,45	3,23%	3 486 599,74	3,30%	-92 057,29	-2,64%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	32 780 607,75	31,20%	34 564 108,00	32,67%	-1 783 500,25	-5,16%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	105 063 560,43	100,00%	105 800 074,86	100,00%	(736 514,43)	-0,70%

► ANÁLISE GLOBAL

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2018 atingiu o montante de 105.063.560,43€, assistindo-se a uma variação líquida de (-) 736.514,43€ relativamente ao comparável Ativo Líquido de 2017, sobretudo devido a diminuição de imobilizado líquido (-)1.251.488,03€ e diminuição dos depósitos em instituições financeiras e caixa (-) 409.922,87€.

Em termos de estrutura, o imobilizado representa, em 2018, 88,45% do valor do ativo, tendo registado um decréscimo relativamente ao ano 2017, por oposição à variação do peso percentual do circulante, que passou de 10,91% para 11,55%.

Nos fundos próprios e passivo, é de realçar o aumento no valor de (+) 1.361.355,47€ dos fundos próprios, que traduz uma variação positiva de +2,25 % comparativamente ao ano anterior, tendo por oposição a variação negativa do Passivo no montante de (-) 2.097.869,90€ correspondendo em termos percentuais a (-) 4,64%.

Na diminuição do agregado do Passivo é de realçar o contributo da redução do valor das dívidas de médio e longo prazo (- 1.900.156,83€) e dos acréscimos e diferimentos (-1.783.500,25€).

Os fundos próprios representam assim, no final do ano 2018, 59% do valor global desta massa patrimonial e o passivo representa 41%. Importa referir que cerca de 81,29 % do valor do passivo, é constituído por provisões e acréscimos e diferimentos, que **não representam dívida municipal**.

Segue-se uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

► **ATIVO**

O ativo agrega os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Os pontos seguintes remetem-nos para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada uma das componentes do ativo.

IMOBILIZADO

A preponderância do imobilizado na estrutura do ativo é evidenciada pela sua representatividade (próximo dos 90%) no âmbito desta massa patrimonial.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas que compõem o imobilizado.

Quadro n.º 72 – Variação do valor do Imobilizado Bruto

(unidade monetária: €uros)

Imobilizado Bruto	2018		2017		2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017	%
	149 022 370,44	100,00%	145 577 064,45	100,00%	141 294 291,08	100,00%	137 124 131,66	100,00%	3 445 305,99	2,37%
<i>Bens de Domínio Público</i>	70 403 919,23	47,24%	68 437 308,12	47,01%	66 239 504,82	46,88%	64 306 060,35	46,90%	1 966 611,11	2,87%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	320 719,36	0,22%	320 719,36	0,22%	320 719,36	0,23%	317 736,36	0,23%	0,00	0,00%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	76 314 082,98	51,21%	74 566 431,21	51,22%	72 481 106,75	51,30%	70 375 999,80	51,32%	1 747 651,77	2,34%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 983 648,87	1,33%	2 252 605,76	1,55%	2 252 960,15	1,59%	2 124 335,15	1,55%	-268 956,89	-11,94%

O imobilizado bruto, sem o efeito das amortizações, reintegrações e provisões, tem verificado, entre os anos 2015 e 2018 uma tendência de aumento. Entre 2017 e 2018, verifica-se um incremento de 3.445.305,99€, sendo os grandes contributos positivos são provenientes dos bens de domínio público e das imobilizações corpóreas.

Quadro n.º 73 - Variação do valor das Amortizações/Provisões acumuladas

(unidade monetária: €uros)

Amortizações/ Provisões Acumuladas	2018		2017		2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017	%
	56 093 643,01	100,00%	51 319 056,03	100,00%	46 680 371,73	100,00%	42 145 696,63	100,00%	4 774 586,98	9,30%
<i>Bens de Domínio Público</i>	37 502 981,88	66,86%	34 284 882,74	66,81%	31 234 607,30	66,91%	27 979 021,94	66,39%	3 218 099,14	9,39%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	293 178,56	0,52%	293 178,56	0,57%	290 610,82	0,62%	284 307,18	0,67%	0,00	0,00%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	18 297 482,57	32,62%	16 740 994,73	32,62%	15 155 137,61	32,47%	13 882 351,51	32,94%	1 556 487,84	9,30%
<i>Investimentos Financeiros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	16,00	0,00%	16,00	0,00%	0,00	n.a.

Quadro n.º 74 – Variação do valor do Imobilizado Líquido

(unidade monetária: €uros)

Imobilizado Líquido	2018		2017		2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017	%
	92 928 727,43	100,00%	94 258 008,42	100,00%	94 613 919,35	100,00%	94 978 435,03	100,00%	-1 329 280,99	-1,41%
<i>Bens de Domínio Público</i>	32 900 937,35	35,40%	34 152 425,38	36,23%	35 004 897,52	37,00%	36 327 038,41	38,25%	-1 251 488,03	-3,66%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	27 540,80	0,03%	27 540,80	0,03%	30 108,54	0,03%	33 429,18	0,04%	0,00	0,00%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	58 016 600,41	62,43%	57 825 436,48	61,35%	57 325 969,14	60,59%	56 493 648,29	59,48%	191 163,93	0,33%
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 983 648,87	2,13%	2 252 605,76	2,39%	2 252 944,15	2,38%	2 124 319,15	2,24%	-268 956,89	-11,94%

O imobilizado líquido apresenta uma variação negativa no montante de (-) 1.329.280,99 €, muito por força do efeito das amortizações do exercício, cujo montante (4.774.586,98€), expresso na demonstração de resultados de 2018, se mostrou superior ao valor do aumento do imobilizado bruto (3.445.305,99€).

Na análise da evolução dos Bens de Domínio Público líquido, é constatável uma diminuição do seu valor de (-) 1.251.488,03€, decorrente do facto de as amortizações regulares deste imobilizado mais do que compensarem os aumentos da rubrica, em termos brutos - vindos sobretudo de Outras Construções e Infraestruturas, contendo custos suportados designadamente com melhorias de arruamentos e viadutos do Município.

De acrescentar ainda que os aumentos no ativo bruto resultam essencialmente das aquisições de imobilizado efetuadas em 2018, bem como da incorporação de bens que não haviam sido considerados no balanço inicial. Por sua vez, as amortizações correspondem ao reconhecimento sistemático do custo (desgaste/desvalorização) dos ativos imobilizados, tendo em conta a respetiva vida útil esperada, de acordo com as taxas de amortização preconizadas pelo CIBE.

Complementarmente importa referir, no âmbito desta análise ao ativo imobilizado, a importância da correlação das amortizações do exercício com o reconhecimento dos proveitos inerentes ao financiamento dos bens adquiridos com o apoio de fundos comunitários ou no âmbito de contratos-programa celebrados com o Estado. Também este reconhecimento é sistemático ao longo da vida útil dos bens financiados. Neste âmbito, em 2018 foi reconhecido o montante de 1.683.055,81€ como proveitos do exercício relativos a esses apoios, que abatidos ao valor das amortizações do exercício, resultam num valor ajustado de 3.110.405,22€.

Em termos de estrutura, o imobilizado líquido apresenta-se muito semelhante aos anos anteriores.

Gráfico n.º 49 – Estrutura do Imobilizado Líquido



As imobilizações corpóreas, com uma representatividade de 62,43 % são a rubrica com maior relevância financeira no cômputo geral do imobilizado líquido. Conforme se pode observar no balanço, as imobilizações corpóreas integram os terrenos e recursos naturais, os edifícios e outras construções, os equipamentos básicos, administrativo e de transporte, e as ferramentas e utensílios.

A rubrica dos bens de domínio público, com uma representatividade de 35,40%, é maioritariamente composta por construções e infraestruturas diversas, destacando-se a rede viária municipal, parques e jardins e outras infraestruturas classificadas como bens de domínio público pelo CIBE.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza em 31 de dezembro de 2018 o montante de 12.670.473,72€, representando 11,55% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, tendo nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total, à semelhança do verificado no ano 2017.

Quadro n.º 75 – Ativo Circulante

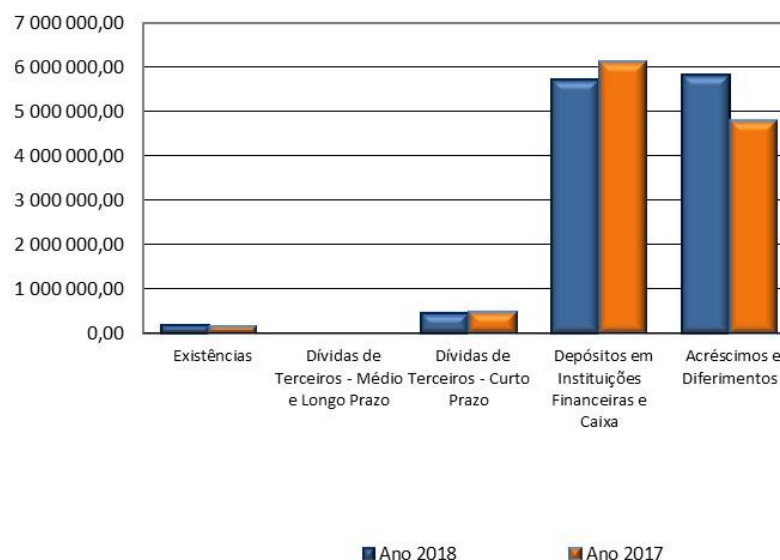
(unidade monetária: €uros)

Designação	Ano 2018		Ano 2017		Ano 2016		Ano 2015		Variação	
Circulante	12 670 473,72	100,00%	11 542 066,44	100,00%	8 648 177,73	100,00%	8 281 064,79	100,00%	1 128 407,28	9,78%
Existências	250 300,95	1,98%	167 667,46	1,45%	254 032,50	2,94%	245 786,14	2,97%	82 633,49	49,28%
Dívidas de Terceiros	916 760,28	7,24%	479 961,65	4,16%	2 889 757,58	33,41%	3 341 709,71	40,35%	436 798,63	91,01%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	5 701 391,54	45,00%	6 111 314,41	52,95%	4 764 780,29	55,10%	4 026 079,97	48,62%	-409 922,87	-6,71%
Acréscimos e Diferimentos	5 802 020,95	45,79%	4 783 122,92	41,44%	739 607,36	8,55%	667 488,97	8,06%	1 018 898,03	21,30%

Relativamente ao ano 2017, o Ativo Circulante regista um incremento de 9,78%, o que representa, em termos absolutos um aumento de + 1.128.407,28€. Esta variação resulta do acréscimo verificado em dívidas de terceiros (+91,01%) e nos Acréscimos e Diferimentos (+21,30%), este último acréscimo fruto de melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos contabilísticos associados à especialização de exercícios, nomeadamente no reconhecimento de impostos (IMI, derrama e IRS) a cobrar em 2019 e referentes ao ano 2018.

Neste seguimento, encontra-se em prática a política contabilística de reconhecimento de impostos municipais no estrito cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, resultando por tal facto que as demonstrações financeiras passem a proporcionar informação mais fiável e relevante sobre os seus efeitos.

De realçar que o valor das disponibilidades inclui o saldo de operações de tesouraria, no valor de 741.056,13 €. Retirando o efeito destas operações, as disponibilidades que o Município de Estarreja pode utilizar para a realização de operações orçamentais é de 4.960.335,41€.

Gráfico n.º 50 – Evolução da Estrutura do Ativo Circulante


ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro n.º 76 – Acréscimos e Diferimentos Ativos

Acréscimos de Proveitos	Saldo final
Renda de Concessão EDP, 4º Trimestre a receber em 2019	124 625,00
Impostos Municipais a receber	4 449 168,38
Outros Acréscimos de Proveitos (serviços 2018 reconhecidos em 2019; parte da retribuição anual da ADRA, entre outros	1 224 507,11
TOTAL	5 798 300,49

O reconhecimento de acréscimos de proveitos apresenta, no final de 2018, o valor de 5.798.300,49€, repartidos conforme demonstrado no quadro supra, e diz respeito a relativo à especialização das receitas de impostos municipais a receber: IMI (2.717.825€), IUC e IMT (115.990€), derrama (1.201.983€) e IRS (531.349€) e outros acréscimos de proveitos, dos quais se destacam a especialização dos rendimentos a obter futuramente no âmbito do contrato de gestão celebrado com ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., concretamente a retribuição anual prevista no artigo 10º, no valor acumulado de 563.158€ (imputação do exercício – 90.932€, de acordo com o volume de vendas daquela entidade) e o proveito da renda de concessão da EDP do 4º trimestre de 2018 recebida em 2019 (124.625€).

► PASSIVO

Em 31/12/2018, o passivo do município (incluindo os acréscimos e diferimentos, no valor de 32.780.607,75 €) registou o valor de 43.081.303,96 €, o que traduz uma diminuição de -2.097.869,90€ (-4,64%), relativamente ao exercício de 2017.

Este decréscimo no valor do passivo resulta do efeito conjugado da redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo e dos acréscimos e diferimentos, estes últimos que, ainda assim, continuam a ser, à semelhança dos anos anteriores, a parcela com maior expressividade no total do passivo, representando 76% do seu total. Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, mais concretamente, na nota n.º 8.2.33, são apresentadas informações complementares acerca desta rubrica.

No que se refere às dívidas a terceiros, no quadro seguinte podemos observar a respetiva estrutura e variação.

Quadro n.º 77 – Variação das dívidas a terceiros

(unidade monetária: €uros)

Dívidas a terceiros	2018	2017	2016	2015	Variação
	8 058 222,71 100,00%	10 050 436,83 100,00%	10 718 967,82 100,00%	11 987 864,38 100,00%	-1 992 214,12 -19,82%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	4 663 680,26 57,87%	6 563 837,09 65,31%	7 714 515,69 71,97%	8 878 543,32 74,06%	-1 900 156,83 -28,95%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3 394 542,45 42,13%	3 486 599,74 34,69%	3 004 452,13 28,03%	3 109 321,06 25,94%	-92 057,29 -2,64%

No quadro acima verifica-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, que são constituídas pelo passivo exigível num prazo superior a um ano, diminuíram (-) 19,82% relativamente ao ano anterior.

De notar que todos os empréstimos bancários ou de outra natureza contratados pelo Município de Estarreja em anos anteriores são formalmente considerados como de médio e longo prazo. No entanto, no Balanço a 31/12/2018, o valor em dívida encontra-se desagregado entre a componente que será exigível durante o ano 2018 e nos anos seguintes - curto prazo e médio e longo prazo, respetivamente.

A dívida de curto prazo manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição em 2018 se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro n.º 78 – Acréscimos e Diferimentos Ativos

Acréscimos e Custos Diferidos Passivos	Saldo final
Acréscimos de Custos	710 564,41
Remunerações a liquidar - ano seguinte	557 361,53
Juros de empréstimos a liquidar	3 923,64
Outros Acréscimos de Custos	149 279,24
Proveitos Diferidos	32 070 043,34
Subsídios para Investimentos	25 728 740,05
Retribuição Inicial da ADRA	5 993 837,43
Proveitos diferidos diversos	347 465,86
TOTAL	32 780 607,75

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 32.780.607,75€, distribuindo-se maioritariamente (97,83%) por Proveitos Diferidos, e em bastante menor dimensão por Acréscimos de Custos.

A parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a estimativa de remunerações a pagar em 2018 a título de férias e subsídio de férias. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 31 de dezembro de 2018.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis a 2018 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, no valor total de 149.279,24€, cuja fatura é datada do ano de 2019.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam cerca de 78,49% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva: respeitam às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado na medida dos pedidos de pagamento efetuados e cujos proveitos vão sendo reconhecidos em linha com as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

➤ **CAPITAL PRÓPRIO**

Verifica-se um aumento de 17,52% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2017, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n.º 79 – Fundos Próprios

(unidade monetária: Euros)

Fundos Próprios	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	61 982 256,47	100,00%	60 620 901,00	100,00%	1 361 355,47	2,25%
<i>Património</i>	33 148 031,99	53,48%	33 148 031,99	54,68%	0,00	0,00%
<i>Reservas Legais</i>	1 230 803,08	1,99%	1 190 539,37	1,96%	40 263,71	3,38%
<i>Subsídios</i>	73 706,36	0,12%	73 706,36	0,12%	0,00	0,00%
<i>Doações</i>	119 514,25	0,19%	119 414,25	0,20%	100,00	0,08%
<i>Resultados Transitados</i>	26 430 539,03	42,64%	25 283 934,74	41,71%	1 146 604,29	4,53%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	979 661,76	1,58%	805 274,29	1,33%	174 387,47	21,66%

A justificação mais detalhada dos movimentos ocorridos no decurso do ano 2018 em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28.

7.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A **Demonstração de Resultados** disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço, assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos criadores de bens e serviços (públicos) consumidores desses gastos – e, inerentemente, da capacidade dos últimos para cobrir os primeiros na íntegra.

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2018 em comparação com o período homólogo de 2017, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 80 - Demonstração de Resultados

(unidade monetária: €uros)

Designação	2018		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	348 170,11	2,06%	322 077,14	1,99%	26 092,97	8,10%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 771 143,95	28,28%	4 587 748,61	28,35%	183 395,34	4,00%
Custos com Pessoal	4 478 155,80	26,54%	4 264 211,43	26,35%	213 944,37	5,02%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4 866 871,09	28,85%	4 977 552,22	30,75%	-110 681,13	-2,22%
Transferências /Sub Concedidos	1 253 982,05	7,43%	994 471,26	6,14%	259 510,79	26,10%
Outros Custos e Perdas Operacionais	66 971,13	0,40%	70 951,32	0,44%	-3 980,19	-5,61%
Custos e Perdas Operacionais (A)	15 785 294,13	93,57%	15 217 011,98	94,02%	568 282,15	3,73%
Custos e Perdas Financeiras	27 631,47	0,16%	31 195,18	0,19%	-3 563,71	-11,42%
Custos e Perdas Correntes(C)	15 812 925,60	93,73%	15 248 207,16	94,21%	564 718,44	3,70%
Custos e Perdas Extraordinários	1 057 451,45	6,27%	937 135,58	5,79%	120 315,87	12,84%
Total dos Custos e Perdas (E)	16 870 377,05	100,00%	16 185 342,74	100,00%	685 034,31	4,23%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	1 218 454,09	6,83%	1 139 387,50	6,71%	79 066,59	6,94%
Impostos e Taxas	5 639 732,03	31,60%	5 042 268,49	29,68%	597 463,54	11,85%
Proveitos Suplementares	17 228,98	0,10%	11 603,79	0,07%	5 625,19	48,48%
Transferências /Sub Obtidos	7 264 580,30	40,70%	7 364 960,17	43,35%	-100 379,87	-1,36%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	271 845,30	1,52%	265 348,47	1,56%	6 496,83	2,45%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	14 411 840,70	80,74%	13 823 568,42	81,36%	588 272,28	4,26%
Proveitos e Ganhos Financeiros	602 045,23	3,37%	595 240,76	3,50%	6 804,47	1,14%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	15 013 885,93	84,11%	14 418 809,18	84,86%	595 076,75	4,13%
Proveitos e ganhos Extraordinários	2 836 152,88	15,89%	2 571 807,85	15,14%	264 345,03	10,28%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	17 850 038,81	100,00%	16 990 617,03	100,00%	859 421,78	5,06%
Resultados Operacionais: (B-A)	-1 373 453,43		-1 393 443,56		19 990,13	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	574 413,76		564 045,58		10 368,18	
Resultados Correntes: (D-C)	-799 039,67		-829 397,98		30 358,31	
Resultados Extraordinários:	1 778 701,43		1 634 672,27		144 029,16	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	979 661,76		805 274,29		174 387,47	
Total dos Custos e Perdas +RLE	17 850 038,81		16 990 617,03		859 421,78	

Numa primeira análise, destaca-se um aumento de 4,23 % nos custos e perdas do exercício, comparativamente ao ano 2017, o que representa um incremento de 685.034,31€. Na sua grande maioria as rubricas de Custos e Perdas Operacionais registaram aumentos, comparativamente ao exercício anterior, sendo de destacar os aumentos verificados ao nível dos fornecimentos e serviços externos, nos custos com pessoal e nas transferências /subsídios concedidos. As amortizações/provisões do exercício registaram uma diminuição de 2,22% (110.681,13€).

Quanto aos proveitos e ganhos do exercício, verificou-se um aumento de 5,06%, o que se traduz, em termos absolutos, no valor de 859.421,78€.

Do atrás exposto e do quadro supra, constata-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2018, positivo e no montante de 979.661,76 €.

A junção das variações registados dos proveitos gerados e dos custos efetuados ao nível da atividade operacional, do exercício da função financeira e dos fatos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos de forma autónoma do seu recebimento ou pagamentos, tendo originado um Resultado Líquido do Exercício **positivo**.

Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada entre 2017 e 2018 (174.387,47€) resulta de acréscimo da performance ao nível de todas as naturezas de resultados, sendo esta variação atribuível em (+)19.990,13€ à atividade de natureza operacional, (+)10.368,18 € à de natureza financeira e (+)144.029,16€ à de natureza extraordinária.

➤ **Estrutura dos Resultados**

No exercício económico de 2018 o resultado líquido do exercício aumentou 174.387,47€, comparativamente ao exercício anterior. Este aumento resultou, muito genericamente, do acréscimo do valor dos proveitos e ganhos superior ao valor do acréscimo registado ao nível dos Custos e Perdas.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2017 e o ano 2018.



Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do resultado líquido do exercício.

➤ **Estrutura dos Custos e Perdas**

Relativamente ao exercício anterior, o valor dos custos e perdas conheceu aumento de 685.034,31 €.



➤ **Estrutura dos Proveitos e Ganhos**

Os proveitos e ganhos obtidos no exercício económico de 2018 registaram um aumento de 859.421,78 € relativamente ao ano anterior, o que representa um acréscimo de (+) 5,06%.

Gráfico nº 53 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos



➤ **Resultados Operacionais – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais**

A atividade regular da autarquia gera um conjunto de proveitos e de custos operacionais que, de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos proveitos e custos por natureza, contribuindo decisivamente para o comportamento do resultado líquido do exercício.

Durante o ano 2018, os resultados operacionais foram superiores aos do ano anterior, passando de (-) 1.393.443,56€ para (-) 1.373.453,43€. Esta variação, de (+)19.990,13€ resulta do aumento de 568.282,15€ (+3,73%), relativamente a 2017, verificado ao nível dos custos e perdas operacionais, conjugado com o aumento de 588.272,28€ (+4,26%) operado ao nível dos proveitos e ganhos desta natureza.

Ainda sobre os resultados operacionais, importa realçar que as amortizações do exercício são contabilizadas como custos operacionais (em 2018, representaram 30,3% destes custos). No entanto, esta tipologia de custo está diretamente correlacionada com o valor do reconhecimento anual dos proveitos associados aos financiamentos/subsídios obtidos para a aquisição/construção de bens amortizáveis, que são tratados pelo POCAL como proveitos extraordinários.

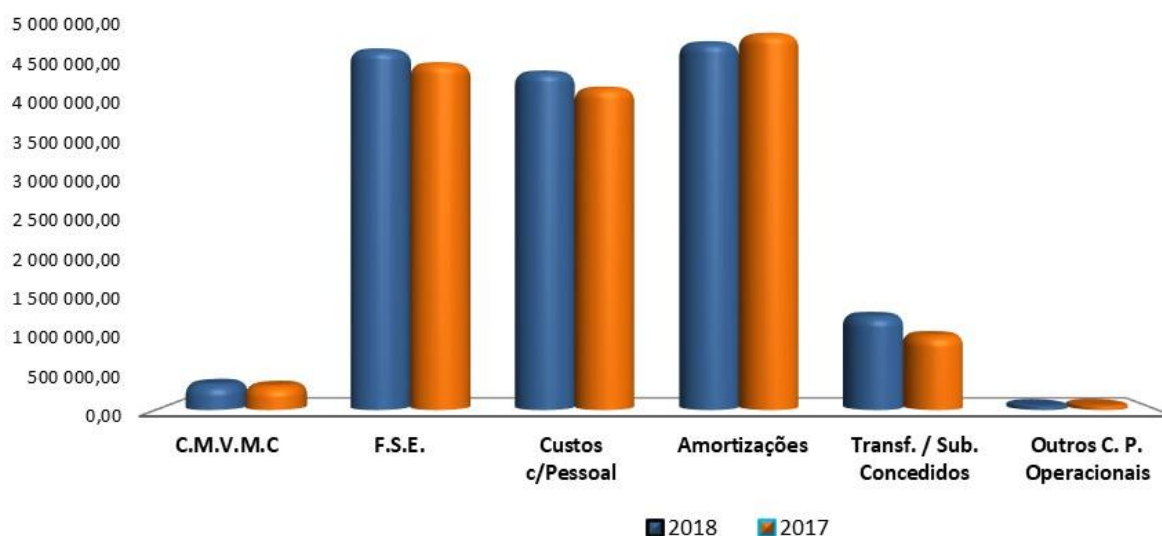
É esta a principal justificação para a existência de resultados operacionais negativos e resultados extraordinários positivos.

CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os custos e perdas operacionais resultam da atividade regular da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, destacando-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos (FSE), amortizações do exercício e transferências e subsídios correntes concedidos.

Em 2018 totalizaram 15.785.294,13€, destacando-se as rubricas de amortizações do exercício, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

Gráfico nº 54 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2018 e 2017, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no cômputo total. De destacar a aumento do peso dos FSE, dos custos com pessoal e das transferências /subsídios concedidos, sendo que por oposição à diminuição registada nas amortizações do exercício.

Os custos com pessoal sofreram um aumento de (+)213.944,37€ relativamente ao exercício anterior. No que se refere aos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte evidencia a variação ocorrida nas rubricas que compõem esta componente dos custos operacionais:

Quadro nº 81 – Fornecimentos e Serviços Externos

(unidade monetária: Euros)

Rubricas de FSE	2018	2017	2016	Variação 2018/2017	
				Valor	%
Subcontratos	1 032 950,34	1 009 475,67	853 790,23	23 474,67	2,33%
Transportes escolares	212 404,36	196 730,41	173 736,33	15 673,95	7,97%
Serviço de Refeições da Cantina Municipal/Escolares	217 922,74	221 837,58	168 879,52	(3 914,84)	-1,76%
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana	591 414,28	589 923,68	501 073,58	1 490,60	0,25%
Serviços de educação		-	-	-	N.A.
Aluguer de Equipamento	11 208,96	-	5 045,50	11 208,96	N.A.
Outros		984,00	5 055,30	(984,00)	-100,00%
Energia	984 305,40	1 098 723,02	936 477,59	(114 417,62)	-10,41%
Iluminação Pública	624 971,42	754 026,02	583 943,13	(129 054,60)	-17,12%
Electricidade - Instalações	359 333,98	344 697,00	352 534,46	14 636,98	4,25%
Combustíveis	48 329,15	47 321,84	52 614,76	1 007,31	2,13%
Água	101 118,35	91 305,77	94 523,12	9 812,58	10,75%
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2 504,13	940,07	2 666,67	1 564,06	166,38%
Livros e documentação Técnica	258,67	418,75	233,40	(160,08)	-38,23%
Material de Escritório	523,51	507,03	111,37	16,48	3,25%
Artigos para oferta	92 270,40	128 516,09	90 766,18	(36 245,69)	-28,20%
Rendas e Alugueres	352 243,31	242 157,49	137 806,56	110 085,82	45,46%
Despesas de Representação	929,54	1 006,59	4 453,45	(77,05)	-7,65%
Comunicação	57 276,02	57 693,40	57 028,42	(417,38)	-0,72%
Seguros	58 242,27	38 117,52	60 019,38	20 124,75	52,80%
Transporte	128,23	6,15	69,66	122,08	1985,04%
Deslocações e Estadas	153 077,76	103 869,02	45 212,38	49 208,74	47,38%
Honorários	2 214,00	88,57	24 086,79	2 125,43	2399,72%
Contencioso e Notariado	41 956,86	21 595,12	14 860,67	20 361,74	94,29%
Conservação e Reparação	281 292,59	183 740,49	227 090,99	97 552,10	53,09%
Publicidade e propaganda	117 823,24	100 976,86	73 919,12	16 846,38	16,68%
Limpeza, higiene e conforto	85 854,87	86 425,98	74 780,10	(571,11)	-0,66%
Vigilância e segurança	54 927,76 €	58 706,11	36 042,23	(3 778,35)	-6,44%
Trabalhos especializados	1 139 503,17	1 092 982,42	851 588,89	46 520,75	4,26%
Serviços Informáticos	1 851,15 €	15 964,99	1 950,35	(14 113,84)	-88,40%
Trabalhos Gráficos/Fotograficos e Vídeo	14 823,09 €	9 119,83	8 871,20	5 703,26	62,54%
Análises Laboratoriais/Tratamento Água	5 127,22 €	2 658,95	3 839,70	2 468,27	92,83%
Estudos e Consultadoria	200 056,12 €	156 390,07	142 002,12	43 666,05	27,92%
Produção/Actuação espectáculos	385 627,26 €	377 917,32	236 845,30	7 709,94	2,04%
Trabalhos Especializados Diversos	532 018,33 €	530 931,26	458 080,22	1 087,07	0,20%
Vestuário , Calçado e Adereços	- €	86,42	89,67	(86,42)	-100,00%
Encargos de cobrança	96 213,58 €	151 688,12	86 569,12	(55 474,54)	-36,57%
Prémios e Condecorações	570,00 €	1 850,00	262,03	(1 280,00)	-69,19%
Outros fornecimentos e serviços	66 630,80	69 550,11	71 225,47	(2 919,31)	-4,20%
Aquisição/Assinatura de Jornais e Revistas	3 599,34 €	3 502,65	2 794,91	96,69	2,76%
Publicações Oficiais	8 140,11 €	9 103,03	8 977,85	(962,92)	-10,58%
Emolumentos		27,00	10 433,50	(27,00)	-100,00%
Outros FSE-Diversos não especificados	54 891,35 €	56 917,43	49 019,21	(2 026,08)	-3,56%
Total	4 771 143,95	4 587 748,61	3 796 288,25	183 395,34	4,00%

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) tem um peso de 2,21% no valor global dos custos e perdas operacionais, no entanto, apesar da reduzida expressividade a sua análise permite complementar a informação apresentada apresentado abaixo, nomeadamente no que se refere aos custos com combustíveis, material de escritório, material de limpeza, entre outros, que foram movimentados através do sistema de gestão de stocks.

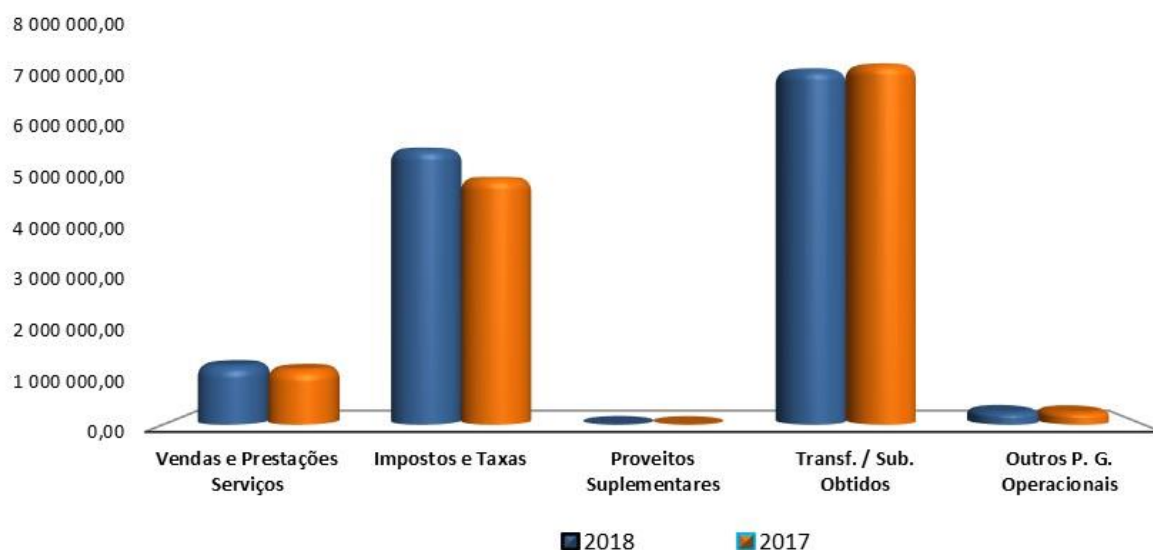
Quadro nº 82 – CMVMC

(unidade monetária: €uros)

	2018	2017	2016
Mercadorias	7 950,43 €	5 421,41	3 012,87
Matérias Primas e Outros Materiais de Consumo	340 219,68	316 655,73	289 078,38
Matérias Primas	31 024,47 €	42 674,58	59 570,81
Combustíveis	117 842,73	108 804,10	91 899,22
Gasóleo	100 648,14	89 005,51	81 028,23
Gasolina	5 500,92	5 844,04	8 235,16
Gas	574,91	13 208,78	1 243,16
Outros combustíveis e lubrificantes	11 118,76	745,77	1 392,67
Materiais Diversos	191 352,48	165 177,05	137 502,31
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 743,72	3 092,08	4 813,13
Material de Escritório	20 780,88	19 184,12	17 819,16
Material de Limpeza, higiene e conforto	51 699,84	30 096,27	27 720,14
Peças e acessórios para viaturas	15 263,01	10 713,93	17 338,38
Artigos para ofertas	61 654,50	59 252,81	32 312,78
Vestuário e Proteção Pessoal	2 261,47	14 812,15	10 522,84
Outros materiais	35 949,06	28 025,69	26 975,88
Total do CMVMC	348 170,11	322 077,14	292 091,25

PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram, em 2018, 14.411.840,70€, revelando um aumento (+4,26%) relativamente ao exercício anterior.

Gráfico nº 55 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais


No ano 2018, à exceção das transferências /subsídios obtidos, verificou-se um aumento no valor de todas as rubricas que compõem os proveitos e ganhos operacionais, destacando-se as impostos e taxas e as vendas e prestações de serviços.

De salientar que, no exercício de 2017, mantendo-se em 2018, foi alterada a política contabilística de reconhecimento de impostos municipais (IMI, Derrama e Participação fixa no IRS), estrito cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, resultando por tal facto que as demonstrações financeiras passem a proporcionar informação mais fiável e relevante sobre os seus efeitos.

No que se refere aos impostos diretos, o aumento verificado resulta do aumento dos proveitos contabilizados em todos os impostos (IMI, IUC, IMT e Derrama) com uma variação positiva de 12,70%, sendo de salientar os aumentos significativos registados no IMI e na Derrama.

Os impostos indiretos conheceram um acréscimo no valor de 79.683,03€ (+16,03%).

Quadro nº 83 – Impostos e Taxas

Rubrica	2018	2017	2016	2015	Variação 2018/2017	
					Valor	%
Impostos Diretos	5 063 180,94	4 492 716,99	4 436 989,86	3 948 646,36	570 463,95	12,70%
IMI	2 717 824,81	2 492 257,06	2 388 795,21	2 547 378,39	225 567,75	9,05%
IUC	670 684,93	595 795,84	563 521,73	542 245,74	74 889,09	12,57%
IMT	472 688,32	412 175,93	567 531,02	209 704,44	60 512,39	14,68%
Derrama	1 201 982,88	992 488,16	917 141,90	649 317,79	209 494,72	21,11%
Impostos Indiretos	576 776,91	497 093,88	589 335,97	188 283,48	79 683,03	16,03%
Taxas	119 170,75	111 669,91	82 557,68	85 108,20	7 500,84	6,72%
Reembolsos, Restituições e Anulações	(119 396,57)	(59 212,29)	(48 655,69)	(26 837,12)	(60 184,28)	101,64%
Total.....	5 639 732,03	5 042 268,49	5 060 227,82	4 195 200,92	597 463,54	11,85%

As vendas e prestações de serviços registaram um aumento de 6,94% relativamente ao exercício anterior, para o qual contribuiu de forma mais expressiva a variação positiva verificada nos serviços culturais (+130,78% - 78,5 mil euros). O facto de ter sido o Município de Estarreja a liderar a organização do Carnaval, implicou que as receitas e despesas inerentes à mesma fossem da responsabilidade da autarquia.

No que se refere às transferências e subsídios obtidos, que representam 40,70% dos proveitos obtidos em 2018, registou-se uma diminuição relativamente ao ano 2017, registando-se decréscimos em praticamente todas as rubricas exceto no Fundo de Equilíbrio Financeiro (verba transferida do Orçamento de Estado).

Quadro n.º 84 – Transferências e Subsídios Obtidos

(unidade monetária: €uros)

Rubrica	2018	2017	2016	2015	Variação 2018/2017	
					Valor	%
Transferências Correntes	6 656 605,30	6 689 138,31	6 515 142,39	6 647 868,97	(32 533,01)	-0,49%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 305 271,00	5 248 499,00	5 019 828,00	4 973 862,00	56 772,00	1,08%
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00	502 936,00	502 936,00	-	0,00%
Participação Fixa no IRS	531 427,00	537 349,00	632 784,00	870 380,00	(5 922,00)	-1,10%
Outras Transferências correntes das AP	316 971,30	400 354,31	359 594,39	300 690,97	(83 383,01)	-20,83%
Transferências de Capital	589 475,00	583 167,00	557 759,00	552 651,00	6 308,00	1,08%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	589475	583 167,00	557 759,00	552 651,00	6 308,00	1,08%
Transferências correntes da Adm. Autárquica	0	-	-	62 478,87	-	-
Transferências correntes da Fundos e Serviços Autonomos	0	-	11 948,00	-	-	-
Transferências correntes da Famílias	0	-	36 047,55	-	-	-
Transferências correntes de empresas	18 500,00	90 143,70	100,00	11 692,49	(71 643,70)	-79,48%
Transferências correntes Outras	-	2 511,16	2 852,47	-	(2 511,16)	-100,00%
Total.....	7 264 580,30	7 364 960,17	7 123 849,41	7 274 691,33	(100 379,87)	-1,36%

➤ **RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS** – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2018 fixaram-se em 1.778.701,43€, traduzindo uma variação positiva, face a 2017, de + 144.029,16 (8,81%) .

Através do quadro infra, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2018, comparando-as com as de 2017.

Quadro n.º 85 - Resultados Extraordinários

(unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas	2018	2017	2016	2015	Variação 2018/2017	
						Valor	%
691	Transferências Capital Concedidas	923 215,41	785 953,42	589 915,71	541 211,95	137 261,99	17,46%
693	Perdas em existências	7 883,37	12,38	13 127,78	1 911,94	7 870,99	63578,27%
694	Perdas em Imobilizações	23 276,77	4 109,20	409,69	7 947,43	19 167,57	466,46%
695	Multas e Penalidades	171,00	-	2 051,92	-	171,00	#DIV/0!
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	-	-	1 046,20	-	-	#DIV/0!
697	Correcções relativas a anos anteriores	90 287,62	133 091,00	81 392,37	39 181,51	(42 803,38)	-32,16%
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	12 617,28	13 969,58	33 367,96	11 278,45	(1 352,30)	-9,68%
TOTAL		1 057 451,45	937 135,58	721 311,63	601 531,28	120 315,87	12,84%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2018	2017	2016	2015	Valor	%
793	Ganhos em existências	2 065,59	349,48	56,39	2 166,38	1 716,11	491,05%
794	Ganhos em Imobilizações	566 518,94	791 466,38	1 823 768,98	9 407,41	(224 947,44)	-28,42%
795	Benefícios e Penalidades Contratuais	10 675,47	11 018,80	21 402,14	16 348,19	(343,33)	-3,12%
796	Reduções de Amortizações e Provisões	476 304,29	11 225,28	9 668,29	223 693,67	465 079,01	4143,14%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	55 904,19	72 302,94	115 749,81	36 168,80	(16 398,75)	-22,68%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 724 684,40	1 685 444,97	1 128 824,09	1 080 739,51	39 239,43	2,33%
TOTAL		2 836 152,88	2 571 807,85	3 099 469,70	1 368 523,96	264 345,03	10,28%
Resultados Extraordinários		1 778 701,43	1 634 672,27	2 378 158,07	766 992,68	144 029,16	8,81%

Comparativamente ao exercício de 2017, de salientar os aumentos registados nas transferências de capital concedidas (freguesias e instituições em fins lucrativas).

No que se refere às transferências de capital concedidas, importa referir que em 2016 foi implementada metodologia para apuramento das verbas transferidas ao abrigo de contratos interadministrativos celebrados com as Freguesias, destinadas à construção/grandes reparações de bens pertencentes ao Município. Neste âmbito, a nível patrimonial, estas transferências não figuram como custos do exercício, passando a consubstanciar-se em património municipal (imobilizado).

O valor registado nos outros proveitos extraordinários resulta essencialmente do reconhecimento dos proveitos do exercício associados a bens adquiridos/construídos com recurso a apoios comunitários ou estatais. Na nota 8.2.33 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, podemos encontrar informação mais detalhada sobre a contabilização inerente aos subsídios ao investimento.

> **RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros, que se demonstraram a par dos Resultados Extraordinários decisivos para a formação do resultado líquido do exercício, apresentam-se com maior detalhe no ponto 8.2.31 das Notas ao Balanço e DR. Os resultados financeiros apresentaram em 2018 um aumento de 1,84% passando de 564.045,58€ em 2017, para 574.413,76€ em 2018.

Quadro n.º 86 – Resultados Financeiros

(unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas Financeiros	2018	2017	2016	2015	Variação 2017/2018	
						Valor	%
681	Juros Suportados	21 478,07	25 577,19	38 673,17	74 551,97	(4 099,12)	-16,03%
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	6 153,40	5 617,99	7 139,38	7 059,87	535,41	9,53%
	TOTAL	27 631,47	31 195,18	45 812,55	81 611,84	(3 563,71)	-11,42%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos Financeiros	2018	2017	2016	2015	Variação 2017/2018	
						Valor	%
781	Juros Obtidos	12 530,67	11 805,69	34 423,25	55 665,88	724,98	6,14%
783	Rendimentos de Imóveis	501 757,23	494 323,24	489 445,36	487 331,52	7 433,99	1,50%
784	Rendimentos de Participações de Capital	63 189,37	79 762,57	106 797,15	55 865,15	(16 573,20)	-20,78%
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	24 567,96	9 349,26	78 763,95	41 188,71	15 218,70	162,78%
	TOTAL	602 045,23	595 240,76	709 429,71	640 051,26	6 804,47	1,14%
	Resultados Financeiros	574 413,76	564 045,58	663 617,16	558 439,42	10 368,18	1,84%

8. INDICADORES DE GESTÃO

Quadro n.º 87(A) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2015	2016	2017	2018	VARIACÃO (pontos percentuais)			OBSERVAÇÕES			
					2016/2017	2017/2018					
GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS											
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) / Despesa Total Paga	*100	130,16%	126,05%	131,32%	22 349 696	128,53%	5,27	-2,79	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
	2	Receita Corrente Cobrada / Despesa Corrente Paga	*100	144,45%	139,13%	135,41%	13 809 587	125,21%	-3,71	-10,20	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
	3	Receita Corrente Cobrada / Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	*100	91,04%	79,38%	76,87%	13 809 587	81,16%	-2,51	4,29	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
	4	Receita Próprias Cobradas / Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	*100	46,93%	54,68%	45,58%	8 352 068	49,09%	-9,10	3,51	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspectiva orçamental.
	5	Despesa Corrente Paga / Despesa Total Paga	*100	65,94%	59,33%	60,33%	11 029 015	61,82%	1,00	1,49	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
	6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados / Despesa Total Paga	*100	130,16%	126,05%	126,89%	20 949 696	117,44%	0,84	-9,45	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
	7	Receitas Próprias Cobradas / Despesa Total Paga	*100	49,10%	56,85%	48,44%	8 352 068	46,82%	-8,41	-1,62	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas directamente pela autarquia.
	8	Fundos Municipais / Despesa Total Paga	*100	49,03%	42,46%	40,68%	7 123 160	39,93%	-1,77	-0,75	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.
	9	Transf da Administração Central / Despesa Total Paga	*100	52,79%	43,59%	39,62%	6 749 915	37,84%	-3,96	-1,79	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central.
	9	Receita Corrente Cobrada Localmente / Despesa Total Paga	*100	16,26%	15,43%	15,85%	5 151 940	28,88%	0,42	13,03	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas por terceiros).
	11	Receita Corrente / Despesas de Funcionamento	*100	161,83%	155,51%	150,26%	13 809 587	141,03%	-5,25	-9,23	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento.
	12	Receitas de Capital / Despesas de Investimento	*100	36,79%	63,84%	84,76%	3 187 120	50,11%	20,92	-34,65	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros pelas receitas de capital.
ESTRUTURA DA RECEITA											
Estrutura da Receita	13	Receitas Próprias / Receita Total Disponível	*100	37,73%	45,11%	36,89%	8 352 068	37,37%	-8,22	0,48	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadas/disponíveis.
	14	Receitas cobradas localmente / Receita Total Disponível	*100	12,49%	12,25%	12,07%	5 151 940	23,05%	-0,17	10,98	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais.
	15	Impostos Diretos / Receita Total Disponível	*100	23,30%	21,37%	19,71%	4 600 129	20,58%	-1,66	0,87	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total.
	16	Fundos Municipais / Receita Total Disponível	*100	37,67%	33,68%	30,98%	7 123 160	31,87%	-2,70	0,89	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	17	Transf Adm Central / Receita Total Disponível	*100	40,56%	34,58%	30,17%	6 749 915	30,20%	-4,40	0,03	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total.
	18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) / Receita Total Disponível	*100	0,00%	0,00%	3,37%	1 400 000	6,26%	3,37	2,89	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
	19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento / Receita Total Disponível	*100	7,07%	16,26%	9,99%	2 357 701	10,55%	-6,27	0,56	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total.
	ESTRUTURA DA DESPESA										
	Estrutura da Despesa	20	Despesa de Capital / Despesa Total	*100	34,06%	40,67%	39,67%	6 360 346	35,65%	-1,00	-4,01
21		Aquisição de bens de Capital / Despesa Total	*100	20,52%	24,39%	19,72%	3 414 978	19,14%	-4,67	-0,57	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga.
22		Transferências de Capital (despesa) / Despesa Total	*100	4,69%	7,72%	8,65%	1 807 643	10,13%	0,93	1,48	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total.
23		Pessoal / Despesa Total	*100	32,76%	25,76%	24,96%	4 428 879	24,83%	-0,80	-0,14	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga.
24		Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes / Despesa Total	*100	24,59%	19,62%	18,91%	3 378 649	18,94%	-0,72	0,03	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga.
25		Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Total	*100	25,03%	26,13%	27,95%	5 181 139	29,04%	1,83	1,09	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total.

Quadro n.º 87 (B) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2015	2016	2017	2018	VARIACÃO (pontos percentuais)			OBSERVAÇÕES		
					2016/2017	2017/2018				
ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS										
Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) / Receita Total Disponível *100	0,00%	0,00%	3,37%	1 400 000 / 22 349 696	6,26%	3,37	2,89	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
	27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) / Despesa Total Paga *100	0,00%	0,00%	4,43%	1 400 000 / 17 839 361	7,85%	4,43	3,42	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) / Investimento (PPI) *100	0,00%	0,00%	0,00%	1 400 000 / 6 360 346	22,01%	0,00	22,01	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal.
	29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP / Despesa Total Paga *100	9,59%	6,66%	10,72%	1 078 713 / 17 839 361	6,05%	4,06	-4,67	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
	30	Amortização de Empréstimos de MLP / Despesa Total Paga *100	8,85%	6,46%	10,56%	1 057 037 / 17 839 361	5,93%	4,10	-4,63	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.
	31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP / Receita Total Disponível *100	7,37%	5,28%	8,16%	1 078 713 / 22 349 696	4,83%	2,88	-3,34	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.
	32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP / População	48	41	41	1 078 713 / 26 338	40,96	-0,71	0,28	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".
	GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO									
Grau de Financiamento do Investimento	33	Fundos municipais de capital / Investimento (PPI) *100	12,09%	8,51%	8,66%	589 475 / 6 360 346	9,27%	0,15	0,60	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal.
	34	Fundos municipais de capital / Aquisição de bens de Capital *100	19,62%	13,97%	17,36%	589 475 / 6 360 346	9,27%	3,39	-8,10	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital.
	35	Venda de bens de investimento / Investimento (PPI) *100	7,57%	34,25%	15,37%	1 085 845 / 6 360 346	17,07%	-18,88	1,70	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento investimento municipal.
	36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da UE / Investimento (PPI) *100	7,91%	8,81%	23,11%	95 052 / 6 360 346	1,49%	14,31	-21,62	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal.
RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA										
Relação dos fundos municipais Correntes com as principais componentes da despesa	37	Pessoal / Fundos Municipais Correntes *100	72,80%	65,97%	67,00%	4 428 879 / 6 345 556	69,79%	1,03	2,80	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
	38	Aquisição de bens e serviços correntes / Fundos Municipais Correntes *100	55,61%	66,91%	75,02%	5 181 139 / 6 345 556	81,65%	8,11	6,63	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS / DESPESA PAGA										
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos / Despesa Paga	39	Compromissos Assumidos para o Exercício / Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP) *100	105,09%	100,93%	102,03%	19 317 883 / 17 913 399	107,84%	1,10	5,81	Se < 100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
	40	Despesa Total Paga / Compromissos Assumidos para o Exercício *100	83,55%	89,82%	89,34%	17 839 361 / 19 317 883	92,35%	-0,48	3,01	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrem facturados ou não) no mesmo exercício.
	41	Saldo Final Orçamental da Gerência / Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) *100	217,13%	252,73%	322,73%	5 335 111 / 1 702 740	313,32%	70,00	-9,40	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
	42	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) / Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP) *100	12,19%	8,01%	8,85%	1 702 740 / 17 913 399	9,51%	0,84	0,66	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
	43	Dívida Municipal em sentido lato / Despesa Total Paga *100	90,96%	59,13%	54,44%	7 317 167 / 17 839 361	41,02%	-4,69	-13,43	Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.) / Despesa total paga.
	44	Receita Total Disponível / Dívida Municipal em sentido lato *100	143,09%	213,17%	241,20%	22 349 696 / 7 317 167	305,44%	28,03	64,24	Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	45	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) / Dívida Municipal em sentido lato *100	143,09%	213,17%	233,07%	20 949 696 / 7 317 167	286,31%	19,89	53,24	Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos" / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	46	Dívida financeira de MLP / Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) *100	47,92%	30,18%	23,99%	5 528 034 / 20 949 696	26,39%	-6,20	2,40	Somatório do capital em dívida dos empréstimos obrigacionistas e de médio e longo prazos, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".
	47	Dívida Municipal em sentido lato / População	456	368	352	7 317 167 / 26 074	280,63	-15,43	-71,49	Permite apurar a dívida "per capita".
	DÍVIDA MUNICIPAL/ RECEITA									
Dívida Municipal / Receita	48	Dívida Municipal em sentido lato / Receita próprias regulares	1,0	0,7	0,7	7 317 167 / 14 184 507	0,5	-0,04	-0,14	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
	49	Dívida financeira de MLP / Receita próprias regulares	0,7	0,4	0,4	5 528 034 / 14 184 507	0,4	-0,08	0,02	
	50	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) / Receita próprias regulares	0,1	0,1	0,1	1 702 740 / 14 184 507	0,1	0,01	0,00	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	51	Dívida Municipal em sentido lato / Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMPL e leasing)	1,5	1,0	0,9	7 317 167 / 9 733 952	0,8	-0,06	-0,19	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01.- Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02. - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03.- Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
	52	Dívida financeira de MLP / Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMPL e leasing)	1,0	0,6	0,5	5 528 034 / 9 733 952	0,6	-0,12	0,04	
	53	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) / Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMPL e leasing)	0,2	0,2	0,2	1 702 740 / 9 733 952	0,2	0,02	0,01	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMPL e dos contratos de locação financeira.

Quadro n.º 87 (C) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2015	2016	2017	2018	VARIÇÃO (pontos percentuais)			OBSERVAÇÕES	
					2016/2018	2017/2018			
RÁCIOS DE LIQUIDEZ									
Liquidez geral	Activo Circulante	200,28%	219,49%	331,04%	12 134 833	357,48%	137,99%	26,44%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 394 542				
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	192,11%	211,03%	326,23%	11 957 275	352,25%	26,02%	160,14%	
Liquidez imediata	Disponibilidades	129,48%	158,59%	175,28%	5 701 392	167,96%	-7,32%	38,47%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 394 542				
IMOBILIZAÇÕES									
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes				66 645 937				Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizado Líquido	61,17%	62,67%	71,28%	92 928 727	71,72%	0,44%	10,55%	
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	3,27%	3,18%	3,70%	3 394 542	3,65%	-0,05%	0,38%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido				92 928 727				
ENDIVIDAMENTO									
Endividamento	Passivo	11,61%	10,38%	9,50%	8 058 223	7,67%	-1,83%	-3,94%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				105 063 560				
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	74,06%	71,97%	65,31%	4 663 680	57,87%	-7,43%	-16,19%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				8 058 223				
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	60,85%	58,11%	41,07%	5 528 034	68,60%	27,53%	7,75%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				8 058 223				
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	25,94%	28,03%	34,69%	3 394 542	42,13%	7,44%	16,19%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				8 058 223				
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA									
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	191,07%	199,82%	234,18%	105 063 560	243,87%	9,69%	52,81%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				43 081 304				
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	15,28%	13,01%	9,77%	4 663 680	7,00%	-2,77%	-8,29%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				66 645 937				